



# DIÁRIO

## *da Assembleia Nacional*

XI LEGISLATURA (2018-2022)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 2 DE ABRIL DE 2020

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Delfim Neves

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Arlindo Barbosa

Elálcio da Marta

Adilson Managem

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

O Plenário procedeu à alteração da ordem do dia.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro) prestou informações sobre o impacto das medidas de prevenção, anunciadas pelo Governo, em relação à Covid-19 e o Sr. Ministro da Saúde (Edgar Neves) respondeu a algumas questões prévias das Sras. e dos Srs. Deputados, relativamente à pandemia da Covid-19, tendo o Plenário se congratulado e aplaudido, de pé, as medidas e os esforços empreendidos pelos profissionais da Saúde. Usaram da palavra os Srs. Deputados Elálcio da Marta (MLSTP/PSD), Abnildo d'Oliveira (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Amaro Couto (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI), Levy Nazaré (ADI), Aérton Rosário (MLSTP/PSD), Alda Ramos (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Ana Rita (MLSTP/PSD), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCI), Américo Pinto (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD) e José António Miguel (ADI).

Após a discussão, foi, na generalidade, especialidade e em votação final global, a proposta de lei n.º 14/XI/3.ª/2020 – Medidas Orçamentais Extraordinárias para fazer face à Covid-19 e o anexo integrante, contendo medidas complementares, após a aprovação do requerimento de avocação ao Plenário da votação na especialidade. Além do Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro), que procedeu à apresentação da proposta, e Srs. Ministros do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (Francisco Ramos), intervieram os Srs. Deputados Carlos Vila Nova (ADI), Abnildo d'Oliveira (ADI), Amaro

Couto (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (ADI), José António Miguel (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Cristina Dias (MLSTP/PSD), Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD), Carlos Cassandra (ADI) e Aérton Rosário (MLSTP/PSD).

Igualmente, após discussão, foi avocado e aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, a proposta de lei n.º 13/XI/3.ª/2020 – Alteração à Lei n.º 13/2019, que aprova o Código do IVA, tendo usado da palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro), que procedeu à apresentação da proposta, e os Srs. Deputados Abnildo d'Oliveira (ADI), Aérton do Rosário (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI), Arlindo Ramos (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) e Carlos Pinheiro (ADI).

Por último, foi apreciado e aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, a proposta de resolução n.º 37/XI/3.ª/2020 – Acordo de financiamento entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Além do Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro), que procedeu à apresentação da proposta, e o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (Francisco Ramos), fizeram uso da palavra os Srs. Deputados Abnildo d'Oliveira (ADI), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Levy Nazaré (ADI), Alda Ramos (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) e Manuel Vicente (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**

**Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos**

**Abnildo do Nascimento d'Oliveira**

**Alexandre da Conceição Guadalupe**

**Anaydi dos Prazeres Ferreira**

**André Varela Ramos**

**Arlindo Quaresma dos Santos**

**Arlindo Ramos**

**Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento**

**Carlos Alberto Pires Pinheiro**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**Carlos Manuel Vila Nova**

**Domingos José da Trindade Boa Morte**

**Ekneide Lima dos Santos**

**Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos**

**Idalécio Augusto Quaresma**

**Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso**

**José António do Sacramento Miguel**

**Levy do Espírito Santo Nazaré**

**Mário Fernando de Jesus Rainho**

**Salcedas d'Alva Teixeira Barros**

**Sebastião Lopes Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Aérton do Rosário Crisóstomo**

**Amaro Pereira de Couto**

**Américo Cravid Pereira Pinto**

**Ana Isabel Meira Rita**

**António das Neves Sacramento Barros**

**Arlindo Barbosa Semedo**

**Ayza Fortes da Silva**

**Cílio Soddy da Vera Bandeira Pires dos Santos**

**Cristina Maria Fernandes Dias**

**Danilo Neves dos Santos**

**Eláckio Afonso da Marta**

**Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva**

**Gelsa Pinto da Silva**

**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**

**Hélder dos Santos Ceita Joaquim**

**Italnísio Fernandes da Trindade Rita**

**José Rui Tavares Cardoso**

**Jaime Pires Sequeira de Menezes**

**Jerónimo Lima Pires Quaresma**

**Maiquel Jackson do Espírito Santo**

**Manuel Vicente**

**Paula Maria Fonseca Tavares**

**Raúl do Espírito Santo Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

**Arlindo Vicente de Assunção Carvalho**

**Danielson Alcântara Fernandes Cotú**

**Delfim Santiago das Neves**

**Felisberto Fernandes Afonso**

**Jamel Joana Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes

**Beatriz da Veiga Mendes Azevedo**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário-Geral, Caros Consultores, Caros Técnicos: Pela conjuntura, que todos sabemos e conhecemos, tivemos que improvisar esta Sala de Anfiteatro para a nossa sessão de hoje, tendo em conta a necessidade de distanciamento entre as pessoas, de modo a evitar eventuais contágios por coronavírus.

Peço desculpa aos Srs. Deputados que estão acomodados num espaço sem a mesa de trabalho, mas a necessidade obriga, é melhor prevenir do que remediar.

Nós, pelo formato da Sala, colocamos dois microfones na plateia mais o púlpito, para todos os Srs. Deputados que queiram intervir.

No entanto, aqueles que queiram que a sua imagem tenha a cobertura televisiva, são forçados a falar no púlpito, porque as câmaras estão no fundo da Sala. Portanto, serão apanhados de costa, se não estiverem no púlpito.

Para esta reunião, não há período de antes da ordem do dia, nem posse de deputados substitutos.

Temos quatro pontos na ordem do dia, que foram aprovados pela Conferência de Líderes e pela Comissão Permanente, publicados no *Diário da Assembleia Nacional*.

A proposta que a Mesa iria fazer aos Srs. Deputados não é uma alteração, mas sim uma inversão da ordem do dia. Tendo em conta que o primeiro ponto seria informações sobre o impacto das medidas de prevenção anunciadas pelo Governo, em relação à Covid-19, de seguida analisaríamos, neste caso, a «proposta de lei das Medidas Orçamentais Extraordinárias para fazer face à Covid-19», para haver uma ligação, ou seja, a troca do segundo ponto pelo terceiro ponto. O segundo ponto seria, neste caso, «Medidas Orçamentais» e o terceiro seria o «Código do IVA».

Gostaria de perguntar às respectivas bancadas, na pessoa dos Líderes, se têm alguma inconveniência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, do nosso lado não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não há qualquer inconveniência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, também não.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Srs. Deputados. Efectuamos a troca do segundo ponto pelo terceiro.

Com efeito, vamos dar início aos nossos trabalhos, começando pelo primeiro ponto: «informações sobre o impacto das medidas de prevenção anunciadas pelo Governo, relativamente ao combate da Covid-19 e, seguidamente, abriremos espaço para pedidos de esclarecimento e algumas perguntas dos Srs. Deputados.

De seguida, peço ao Sr. Secretário para confirmar o quórum

O Sr. **Secretário** (Elálcio da Marta): — Sr. Presidente, com a sua permissão, confirma-se 51 Deputados na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Secretário.

Temos 51 Deputados na Sala, sendo 22 do Grupo Parlamentar do ADI, 23 do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD e 1 do MCI.

Vamos dar início ao primeiro ponto da agenda dos nossos trabalhos, pedindo ao Governo que nos dê algumas informações sobre o impacto das medidas de prevenção anunciadas, relativamente ao combate da Covid-19. Seguidamente, abriremos espaço para pedidos de esclarecimento e algumas perguntas dos Srs. Deputados.

Tem a palavra Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Wuando Castro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Como foram convidados outros membros do Governo para intervirem nas diversas áreas, nomeadamente: Saúde, Finanças, Trabalho e Agricultura, vou fazer a parte introdutória, no que toca às medidas adoptadas e regulamentadas. Solicitava que pedisse aos Serviços para mandarem entrar os outros membros do Governo, para complementarem a minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Agradeceria aos Serviços que convidassem os Srs. Membros do Governo.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Fazendo a introdução deste ponto, começo por dizer que todos temos acompanhado a evolução desta pandemia da Covid-19, que começou como epidemia na China, em Dezembro, e foi-se alastrando pelo mundo todo de forma dramática.

Gostaria de dizer que, em 26 de Janeiro, a nível do Ministério da Saúde, foi criada uma célula de crise para começar a lidar com esta questão do coronavírus. Na altura, estava ainda restrita à China, mas atendendo às características específicas e especiais deste vírus, sabíamos que era uma questão de tempo até se espalhar por todo o mundo. Como disse, foi criada essa célula no Ministério da Saúde para começar a lidar com esta pandemia. Epidemia, na altura, foi declarada como pandemia apenas em 11 de Março.

Nos finais de Fevereiro, atendendo à evolução mundial, o Governo decidiu também criar um Comité de Crise a nível governamental, chefiado pelo Sr. Primeiro-Ministro. A partir daí, além das secções do Conselho de Ministros, passamos também a reunir semanalmente o tal Comité de Crise, para fazer um acompanhamento mais próximo sobre a evolução mundial do coronavírus.

Face à chegada do vírus, sobretudo à Europa – Portugal, país com o qual temos ligações mais próximas, começamos a tomar algumas medidas restritivas, de forma a evitar a todo custo que este vírus chegassem a São Tomé e Príncipe. Na sequência desta constatação, o Sr. Primeiro-Ministro solicitou a Sua Excelência o Presidente da República a convocação de uma reunião entre todos os Órgãos de Soberania, para abordar de forma holística este problema, porque o Governo sentiu que era um problema do Estado e não apenas do Governo, face ao que temos assistido por este mundo fora.

No seguimento desta reunião com os Órgãos de Soberania, ficou então decidido que deveríamos adoptar o estado de emergência em saúde pública, para permitir ao Governo adoptar medidas ainda mais restritivas que brigavam com alguns direitos fundamentais dos nossos cidadãos.

Daí que, a 17 de Março, depois de devidamente autorizado pela Assembleia Nacional, através da Resolução n.º 86/XI/2020, Sua Excelência o Presidente da República decretou então o estado de emergência em saúde pública, que permitiu ao Governo adoptar uma série de medidas espelhadas no Decreto-Lei n.º 02/2020. Não vale a pena ler todas essas medidas, mas queria fazer referência a algumas que proibiam a entrada de estrangeiros no País, decretavam a obrigatoriedade de quarentena para todos os cidadãos nacionais que chegassem ao País, proibiam também a acostagem de navios de cruzeiros e descida de passageiros e tripulantes de navios de carga, dentre outras medidas, proibiam também as grandes concentrações ao nível cultural, desportivo e recreativo.

Face à evolução dramática, porque isso é um processo muito dinâmico e diariamente somos confrontados com novos dados, numa segunda fase, o Governo decidiu suspender todos os voos privados e comerciais, de e para São Tomé e Príncipe, naturalmente salvaguardando algumas excepções para os cargueiros e eventuais voos de carácter humanitário.

A partida, naquela altura, pelo facto de não termos confirmado nenhum caso suspeito do coronavírus, parecia que seriam medidas muito gravosas, extemporâneas, se calhar, mas preferimos pecar por excesso do que por defeito. Sabemos as consequências que o nosso país poderia ter, se este vírus chegassem a São Tomé, decidimos nos precaver e tomar algumas medidas, que podem parecer excessivas.

É nesta senda que, ainda esta semana, depois de mais uma reunião do Comité de Crise, o Governo decidiu solicitar a Sua Excelência o Presidente da República a prorrogação do estado de emergência, por mais 15 dias.

Todos têm conhecimento dos cidadãos nossos que estão em quarentena desde o dia 21 de Março, creio eu, cerca de 150 cidadãos. O tempo de quarentena termina no próximo Sábado. Até agora, volto a frisar, não temos registado nenhum caso suspeito ou confirmado. Foram feitas recolhas aleatórias analisadas em Portugal e deram todas negativas. Mesmo assim, a prudência manda-nos manter estado de alerta e de prevenção, eventualmente corrigir algumas medidas, adequar outras e agravar algumas, sobretudo no que toca ao controlo e implementação dessas medidas, de forma a tudo fazer para evitar que esta doença chegue ao País.

Como disse no início, é um processo que não envolve apenas o Governo, mas é um problema que é do Estado são-tomense, naturalmente a Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, também tem um papel importante a jogar. Por isso, hoje, inclusive, trazemos este ponto informativo e uma proposta de lei para a flexibilização do orçamento, para permitir que o Governo tenha alguma margem para lidar com este problema que, como digo, é um processo muito dinâmico e diariamente temos que tomar medidas novas e decisões que não se compadecem com alguma burocracia e demora em que se insere, às vezes, o nosso sistema de Administração Pública.

Grosso modo, é isso que tenho a dizer no que toca às medidas adoptadas e o processo normativo.

Convidava o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul para fazer a apresentação das propostas que o Governo tem para tentar lidar com as consequências deste flagelo e, posteriormente, os Srs. Ministros da Saúde, da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional e o Sr. Secretário de Estado para o Comércio e Indústria irão falar, cada um, das medidas que estão a ser adoptadas nos seus sectores.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Estamos no primeiro ponto, informações. A intervenção do Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, quanto às medidas orçamentais, será no segundo ponto.

Feito o breve historial daquilo que tem sido o trabalho do Governo, estão abertas as inscrições, quer para os Deputados, quer para os membros do Governo que queiram intervir, no seu tempo, para pedidos de informações e esclarecimentos que desejarem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, caras e caros compatriotas que nos seguem, quer em São Tomé quer na diáspora, caras e caros amigos estrangeiros que se encontram a residir entre nós, nas nossas ilhas maravilhosas, queiram todas e todos receber as cordiais saudações do Partido e do Grupo Parlamentar do ADI, no momento em que o mundo inteiro vive com a questão da pandemia, e todos devemos dar as mãos.

Antes de entrar no âmago da minha intervenção, Sr. Presidente, permita-me, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, felicitar o Sr. Ministro da Saúde, que não se encontra na Sala, neste momento, mas, através do Governo, transmitir essas saudações a todo o corpo da equipa de trabalho, pelo esforço e dedicação demonstrados.

Em nome do Grupo Parlamentar, quero, igualmente, encorajar todos os profissionais, que estão e estarão na linha da frente nesta prevenção e combate ao coronavírus, particularmente os médicos, enfermeiros, técnicos da Saúde, os Bombeiros, a Polícia Nacional e também os militares.

Quero, igualmente, em nome do Grupo Parlamentar, pedir a todos os são-tomenses e a comunidade estrangeira residente no País para que possam cumprir com todas as medidas definidas e decretadas pelas autoridades nacionais.

Por fim, agradecer a todas as pessoas, singular e colectiva, e também aos nossos parceiros, o sistema das Nações Unidas, particularmente a OMS, a União Africana, a Fundação Alibaba, do bilionário chinês, ao Governo e ao povo chinês, o Partido Comunista Chinês, por todas as ajudas que têm dado ao povo são-tomense, porque merece, e ao Governo são-tomense, porque precisa.

Em nome do Partido e do Grupo Parlamentar, quero reiterar todo o nosso apoio ao Governo, pela luta, pela prevenção e também pelo combate de eventual caso que possa surgir no País.

Entendemos que todos nós estamos do mesmo lado da canoa. Estando todos do mesmo lado da canoa, implica que todos possamos remar para o mesmo fim, para a mesma praia e devemos todos funcionar como uma orquestra sinfónica, não obstante a dimensão dos números dos músicos que a compõem, não obstante a variedade e a quantidade dos instrumentos musicais, não obstante a tonalidade desses mesmos instrumentos, uns com sons mais graves, outros com sons mais agudos, é necessário que São Tomé e Príncipe possa agir como uma orquestra, sem cacofonia: o Governo, a Assembleia, e não há partidos políticos, MLSTP/PSD, ADI, PCD, UDD, CÓDÓ, PTS ou outros, não há branco ou preto, mulato, forro, caboverdiano, não há angolar, não há *minu ié*, todos somos são-tomenses e temos que remar no mesmo barco, do mesmo lado e para o mesmo fim.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é nosso entendimento que nesta orquestra alguma coisa está a faltar, por isso insistimos, na Comissão Permanente, na necessidade deste encontro, para ouvirmos o Governo, para trazer algumas explicações ou propostas de soluções que possam vir ao encontro da necessidade do povo são-tomense sobre aquilo que estamos a passar. Mas entendemos que há uma cacofonia e devemos evitá-la.

Em primeiro lugar, o Governo não pode dar mostras de desentendimento, e há uma sensação de o Governo estar com esses sinais. Todos os ministros não estão na linha da frente. Há um ministro a aparecer na linha da frente, todos não estão.

Segundo, o Governo, na nossa opinião, deve articular entre si, com mais diálogo, mais concertação. Aí o apelo do Grupo Parlamentar do ADI para que haja mais diálogo, mais concertação, mais entendimento entre o Governo Central e o Governo Regional do Príncipe.

Terceiro, mesmo ao nível da Assembleia, não pode haver, sobre esta matéria, Sr. Presidente, cacofonia. E nisto, Sr. Presidente, permita uma crítica do Grupo Parlamentar do ADI. Nós e os outros Deputados, quer do MLSTP/PSD, quer da Coligação, estamos todos de acordo, e o Grupo Parlamentar do ADI foi sempre insistindo para que nos pudesse facultar a documentação daquilo que vamos discutir hoje, para o bem do povo são-tomense.

Numa Conferência de Líderes, na Sexta-feira, em tempo, o Governo submeteu à Assembleia Nacional a proposta desde a Quinta-feira, na Sexta-feira tivemos a Conferência de Líderes, na Segunda-feira, em Comissão Permanente, pedimos a documentação, mas só as tivemos ontem, perto das 17 horas. Qual é o tempo que tivemos para estudar, tratando-se de uma situação sensível que temos que ver por vários ângulos e que é transversal? Às 18 horas a energia eléctrica vai-se a nível nacional e esta manhã, Sr. Presidente, queremos dar o nosso contributo. Ajudem-nos a ajudar, ou melhor, facilitem-nos a possibilidade de poder ajudar.

Dito isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, temos muitas preocupações. Uma delas, e acreditamos que o Governo possa trazer algumas soluções das propostas que apresentou. Esperemos que o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul nos possa dar essa explicação, tem a ver com a situação que vive o Sector do Turismo. A pandemia tem consequências, somos um país que vive com alguma remessa do turismo. Há guias turísticos em casa, funcionários hoteleiros em casa. Sr. Ministro do

Planeamento, Finanças e Economia Azul, o que o Governo tem para esses guias turísticos e suas famílias? O que o Governo tem para esses funcionários hoteleiros que estão em casa?

Sabemos que, para além da questão da saúde e a questão social, há a questão económica, e vice-versa, uma coisa está ligada à outra.

Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, temos informações de que algumas instâncias hoteleiras decidiram facilitar o pagamento de salários de alguns funcionários seus, mas não sabemos quantos meses. Se o Governo tem essa informação, nós gostaríamos de tê-la também. Quantos são esses funcionários? Não sabemos quando será a retoma do processo económico mundial, não só no Sector do Turismo: 6 meses, 9 meses, 1 ano? Como é que o Governo reage a isso? Há linha de crédito para essa gente? Vai responder? Quanto? Como?

É verdade que adoptámos o estado de emergência muito primeiro em relação a outros países, nomeadamente Cabo Verde, que é a nossa referência, mas Cabo Verde já tem algumas soluções, ideias e decisões práticas. Antes tarde do que nunca, mas queremos ter também, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Temos outra preocupação legítima, que tem a ver com a questão das nossas tias, irmãs, mamãs que vendem à frente das escolas e dos liceus, que vendem as merendas: açucrinha, doce de coco, pof-pof, argola, iogurte e gelados. Estão em casa. Não têm rendimento. E as suas famílias? Como é que o Governo está a agir? Essas pessoas devem ter um atendimento urgente.

Temos também a questão de «toc-toc», batemos a mesa, segundo o Governo, fazendo fé naquilo que o Governo nos tem transmitido, não temos casos no País. Não diria caso confirmado, mas não temos casos. Fico feliz por isso. Qualquer sãotomense sente-se feliz por isso, mas nós não temos controlo. Na eventualidade de termos casos, Srs. Ministros, os motoqueiros terão que suspender imediatamente a sua função e os taxistas também. Pela forma como os motoqueiros agem, as pessoas não podem, porque não há distanciamento mínimo observado.

Temos uma linha de crédito? Esta proposta contempla? Quanto? Nós não temos um cadastro de quantos motoqueiros temos. Onde é que eles estão? Daí, Srs. Ministros, o Governo tem uma tarefa gigantesca, uma responsabilidade acrescida e não pode brincar, não pode se distrair, não pode facilitar! É por isso que neste estado de emergência, nesse não dormir, não facilitar, o Governo tem uma responsabilidade e precisa definir prioridades. E o que é prioridade para nós? Saúde, vida, em primeiro lugar! Nessa vida e saúde, Sr. Ministro da Saúde, dos materiais chegados ao País, quantos são? Equipamentos de protecção, quantos são? São suficientes? Temos testes de despistagem? Testes rápidos, sim ou não? Quantos?

Ainda vemos as pessoas que recolhem lixo, na nossa capital e nos distritos, sem protecção! Estamos na prevenção!

Portanto, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, se nós levantamos essas questões, se pedimos todos os elementos, e nós queremos elementos detalhados, é porque o povo, a população, o cidadão, e mesmo os Deputados aqui, todos queremos sentir-nos seguros, tranquilos. Não há melhor coisa que se pode dar a um povo do que a questão da segurança, a questão da estabilidade e a questão da paz! Todos estamos imbuídos do mesmo espírito, mas é necessário que o povo se sinta seguro. Há um Governo a trabalhar, há condições, sabemos das nossas limitações, é verdade, mas o povo precisa sentir-se seguro. Daí que nós queremos ter todas as informações.

Como eu dizia, nessa questão de emergência, há prioridades. E há obras prioritárias, como há obras não prioritárias. A obra de requalificação, melhoramento de esgotos da capital, é prioritária. Tem que ser acabada, dentro de dias. Como é possível? Mobilizem recursos financeiros, humanos, façam adendas, se for preciso fazer, tirem a população dessa aglomeração. Esta obra é prioritária e urgente! Que trabalhem à noite! Liguem geradores, façam piquetes, ponham equipas a trabalhar, de manhã, à tarde e à noite, sem parar! Esta obra, sim, tem que acabar! A obra da ponte da EMAE também tem que acabar, é urgente! Mas, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, há obras que não são prioritárias! O passeio da marginal deve ficar para depois! Alocar o recurso dos passeios da Marginal para apoiar essa gente que já está em casa! Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, meu amigo, isto é o povo sãotomense e há pessoas já a passar fome.

Eu fico por aqui, por enquanto.

De todas as considerações e preocupações, gostaria de ouvir os Srs. Ministros.

Obrigado.

*Aplausos do ADI.*

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

A sua intervenção e a forma como endereçou a sua preocupação aos membros do Governo levam-nos, se assim a Assembleia também entender, se calhar, a fundir os pontos 1 e 2.

Portanto, estamos a abrir o debate, não pedido de informações e de esclarecimento. É um debate. O debate só se faz na discussão das leis. Se fundirmos os dois pontos e adicionar os tempos que estão disponíveis nesses dois pontos, podemos fazer, neste caso, dois em um. Em vez de ser pergunta e resposta, será um debate. Será informações e debate, na generalidade, sobre medidas de impacto

orçamental, porque, no entender da Mesa, as perguntas que foram dirigidas ao Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul são enquadradas no ponto 2.

Ou o Ministro esperará e, quando for o segundo ponto, falará, ou teríamos que fundir os dois pontos. Se calhar, facilitava muito mais os nossos trabalhos, mas quero que os respectivos Grupos Parlamentares se pronunciem sobre a proposta.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do ADI não tem nenhuma objecção em fazer separado ou todo junto o debate. Queremos aqui dizer que estamos imbuídos de bom espírito e queremos ajudar, mas temos um posicionamento. Vamos dar toda a nossa contribuição e pedir esclarecimento, neste primeiro ponto. Daí que nós somos mais a favor da separação. Nos pontos seguintes, como um protesto à Mesa, vamos abdicar-nos do debate. Não iremos participar no debate, mas iremos participar nas votações, dando o nosso sentido de voto. Repito, nos três pontos subsequentes, depois deste primeiro, vamos votar, mas não vamos participar no debate, porque pedimos à Mesa, atempadamente, a documentação e não a tivemos. Queremos dar a melhor contribuição possível.

O Sr. **Presidente**: — Se o protesto advém da distribuição do documento, a Mesa, enquanto o mais alto responsável, deve esclarecer o seguinte: a Mesa distribui todos documentos que lhe chegam, em função dos requisitos formais da própria Assembleia. O documento é dado entrada na Mesa, é reenviado aos Serviços para analisar a sua admissibilidade, e os Serviços seguem a tramitação legal. Havendo o incumprimento de qualquer norma, os Serviços advertem a Mesa e esta comunica ao proponente, para suprir as insuficiências. Feita a supressão das insuficiências, o documento regressa aos Serviços, para emitir o parecer final, se o documento está ou não em condições de ser admitido. Só depois disso, tendo a anuência dos Serviços, a Mesa admite e manda publicar e depois distribuir todas as informações aos excellentíssimos Srs. Deputados. Foi esta a tramitação. O documento teve insuficiências constatadas pelos Serviços, a Mesa advertiu o proponente, que é o Governo. O Governo, em Conselho de Ministros de Terça-feira, supriu a insuficiência. Na Quarta-feira, os Serviços receberam, enviaram e nós agimos em consequência. Portanto, não houve o mínimo atraso da parte da Mesa. Não houve qualquer propósito de sonegação da informação, muito menos, digamos, a vontade de não distribuir os documentos em tempo útil. Portanto, caberá aos Srs. Deputados ajuizar da melhor forma, mas a Mesa não teve culpa neste sentido. Os documentos foram publicados e, para que não haja pessoas que possam reclamar a falta de energia ou a falta de acesso à Internet, para terem os documentos, sugiro uma leitura prévia. Pedimos para se multiplicar, independentemente de ter sido publicado no *Diário*, e enviado para todos os Srs. Deputados, via Internet. Mandámos multiplicar e fizemos a distribuição, hoje, na Sala. Relativamente a este assunto, não podemos fazer milagres. É um assunto, sobretudo, que não depende da Mesa.

É tudo quanto se nos oferece informar, e gostaria de saber qual é o posicionamento dos outros Grupos Parlamentares sobre a condensação ou não dos dois pontos.

Tem a palavra o Sr. Líder da Coligação.

O Sr. **Danielson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — É apenas para dizer que, do nosso lado, não há problemas nenhum. Entendemos que podemos sim fundir o primeiro e o segundo ponto, até para facilitar a troca de informações da parte do Governo, e nós, os Deputados, termos mais elementos para a nossa ponderação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que nós estamos perante um assunto que deve unir-nos a todos, não somente aqui dentro, mas também fora desta Sala. Portanto, para nós, debater este assunto de forma sequencial ou de forma unida é indiferente. Daí que achamos também, como o Líder Parlamentar da Coligação, que talvez fosse melhor, para maior agilização do debate, que se fundissem os dois pontos num só e prosseguíssemos a nossa conversa.

O S. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — De facto, foi distribuído. Para quem nos ouve lá em casa, os Serviços acabam de distribuir agora os folhetos, fazer a distribuição do texto, em papel. Acaba de distribuir, na Sala, as medidas que o Governo pretende implementar. É uma verdade, como disse o Presidente.

A outra verdade é que a Assembleia enviou, por email das Sras. e Srs. Deputados, as iniciativas, sim enviou, ontem, às dezasseis e quarenta e tal, quase dezassete horas. Porque a tecnologia não nos deixa mentir, eu tenho o *email* do horário em que eu recebi, e as Sras. e Srs. Deputados têm o *email*.

Sr. Presidente, como disse o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, nós estamos aqui para aquilo que nos une, não para aquilo que nos separa. Compreenda, eu estou a falar não como Abnildo, mas em nome do Grupo Parlamentar do ADI. Compreenda, Sr. Presidente, nós estamos em estado de emergência, e disse o Ministro dos Assuntos Parlamentares que as medidas de emergência visam facilitar, para nós ultrapassarmos as burocracias.

Bem registado, Sr. Presidente! Então, o Grupo Parlamentar do ADI pode ultrapassar a burocracia. Porque é que a Mesa, então, não ultrapassa a burocracia? E o Sr. Presidente, em Comissão Permanente, frisou que há mecanismos a ser seguidos, na Segunda-feira. O senhor podia convocar uma Conferência de Líderes e dizer que foi constatado a, b, c. Sim, nós precisamos dessa informação! Foi pedido ao Governo mais elementos e o Presidente disse mais, fez alusão ao Regimento da Assembleia Nacional, que os documentos podem ser distribuídos 24 horas antes. Então, vamos fazer as contas: das 17 para às 8, ou para às 9, são 24? É verdade, menos uma, menos mal...

Isto aqui não é questão que eu esteja a fazer... Alguém que nos ouve lá em casa pode dizer, «mas o que é que o Abnildo quer? O que é que essa gente do ADI quer?» Não é isso, Presidente...

*Risos e murmurários.*

Quando saímos desta Sala, nós sabemos como é que fazemos política em São Tomé. Fazemos com tudo!

Aqui é uma questão de Estado, mas acima de tudo é a questão de vida, a questão da saúde. E se nós estamos todos a remar no mesmo barco, Sr. Presidente, então facilite-nos a vida. A Mesa, com o devido respeito, Sr. Presidente, não tomou isso em consideração. Para qualquer alteração da agenda tem que haver a conivência de todos os Deputados presentes. O nosso posicionamento, Sr. Presidente, regimentalmente a alteração da agenda dos trabalhos tem que ter a anuência de todos os Deputados. Fez-se uma proposta, todos nós concordámos. Estamos contra esta segunda proposta que nos está a apresentar. Vamos separar os pontos!

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado entende isto como uma alteração da agenda?

*Murmúrios.*

Vamos dar sequência aos nossos trabalhos.

Se entende que é uma alteração, se for esse o entendimento de todos os Srs. Deputados, vamos manter conforme está, porque a alteração pressupõe não haver um voto contra. Mas rejeito, categoricamente, todas as acusações feitas pelo Líder Parlamentar do ADI à Mesa da Assembleia. Categoricamente! Essas acusações ficam para si.

Portanto, vamos dar sequência aos nossos trabalhos.

Se for esse o entendimento de todos, vamos manter os pontos separados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, como eu sei que não vou sair na televisão, não vale a pena ir lá. Fico aqui.

*Risos.*

Bem, a primeira questão é para me alinhar naquilo que disse o Líder Parlamentar do ADI, sobre os agradecimentos ao Ministério da Saúde, ao Sr. Ministro, ao pessoal médico, ao pessoal de enfermagem, ao pessoal técnico e a todos aqueles que, imbuídos de boa-fé, deram a sua contribuição para que hoje possamos, ainda neste momento, estar sem nenhum caso da Covid-19.

Sr. Presidente, as medidas preventivas mais destacáveis, que tivemos conhecimento, são as quarentenas obrigatórias impostas às pessoas que vieram do exterior, seja santomense ou estrangeiro. Foram medidas muito correctamente tomadas!

Em termos de medidas internas, eu começo por criticar o que estamos a fazer agora. Por exemplo, os micros. Nós estamos a pouca distância, e todos os Deputados vêm falar para o meu mesmo micro. Portanto, não estamos a contribuir em nada para a prevenção, primeira questão.

A segunda questão é sobre a comunicação social. Os jornalistas e os repórteres andam na praça a fazer entrevistas, todos com o mesmo micro, e o mesmo micro para toda gente. Não há respeito à distância regulamentar imposta pelo Ministério da Saúde! Por isso, são questões que precisamos corrigir, para que realmente possamos ser preventivos.

Outra questão que eu saliento, no fim-de-semana, andei por alguns distritos e algumas vilas, as medidas preventivas não podem ser só para Água Grande. As medidas preventivas devem ser para todos os Distritos, todo o Território Nacional. O Governo, em Água Grande, toma medidas, mas nalguns distritos continua tudo na mesma. Como o Líder Parlamentar do ADI disse, é preciso envolver as autoridades locais, é preciso que o Governo obrigue as Câmaras Distritais a seguir as orientações do Ministério da Saúde. Por isso, é bom reforçarmos algumas medidas preventivas. Hoje, o mundo enfrenta quase um milhão de casos da Covid-19, 912 ou 911, por aquilo que eu vi ontem, a quarentena está a terminar e já há um certo relaxamento. Digo relaxamento, porquê? Não estou a inventar! Portanto, estive no Porto, quando estiveram a descarregar o navio de mercadorias. O primeiro contacto que a tripulação do navio faz é com pessoal do Porto. Na altura, eu tinha alertado que a via marítima pode ser o meio mais perigoso de contágio, porque

nós não estamos a fazer o controlo devido às embarcações que chegam ao nosso Porto. É preciso reforçar essas medidas!

É verdade que há uma autoridade sanitária que vai a bordo, mas essa autoridade sanitária resume-se ao contacto directo com o comandante ou com o pessoal de comando do navio. O contacto não é feito com toda a tripulação. Por isso que era bom que o Governo reforçasse algumas medidas preventivas a nível do Porto, em relação às embarcações que chegam ao nosso país.

Outra questão é o distanciamento social, não se está a seguir as orientações do Ministério da Saúde. Passei pelo Cartório, esta manhã, e vi aglomeração de pessoas, uma em cima das outras, à espera da sua vez para entrar para o Cartório. O que é que isso significa, em termos de prevenção? Nada!

Fui às Finanças pagar os impostos de cisa e sobre veículos, na fila para o pagamento, as pessoas estavam uma em cima da outra. Não estamos a sensibilizar a nossa população, não estamos a fazer o esclarecimento necessário às populações sobre essa matéria! É preciso copiarmos aquilo que é bom. Notamos nas outras paragens que a comunicação social, hora a hora, faz o balanço daquilo que é a Covid-19, em todo o mundo, não faz só no seu país, mas em São Tomé e Príncipe não temos.

Felizmente, não temos a doença, peço a Deus que não tenhamos, porque como eu sou do grupo de risco...

*Risos.*

...é melhor não vir para cá. Nós não estamos a respeitar! A comunicação social passa a vida a fazer aquilo que não é necessário, neste momento. Nós temos que, hora a hora, estar a passar mensagens do pessoal técnico de Saúde, das consequências que esse vírus tem no mundo, para que a população realmente sinta que isto é um assunto sério. Eu convidou toda gente, vamos ver o que anda por aí. Há o jogo de Bica 61. Eu, por exemplo, jogo, na Rua 3 de Fevereiro. Uma das coisas que fiz: comprei uma barra de sabão e dois bules de álcool, toda gente que vai jogar a bica, antes, lava às mãos. Quem não lavar às mãos, não joga.

**Uma Voz:** — E a mesa?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Há distância na mesa! Temos a distância de cadeiras. A mesa é quadrada, é de 1 m<sup>2</sup>, toda gente sabe.

*Risos e murmúrios gerais.*

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, quando propus, em Comissão Permanente, o debate e informação sobre esta matéria, foi precisamente para alertarmos sobre algumas incongruências que há em relação a algumas medidas, constantes nas medidas gerais, tomadas pelo Governo. Como não foi aceite a inclusão do segundo ponto no primeiro, vou deixar outra intervenção para depois.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, fiquei sem saber qual é a decisão. Gostaria de saber se se fundiu os dois pontos e se vamos entrar no debate ou não.

É esta questão, porque eu quero participar no debate.

O Sr. **Presidente**: — A ideia inicial é exactamente para permitir o debate. Então, não se fundiu. Agora estamos só no período de informações.

Quando a Mesa propôs a fusão, foi para permitir o debate, porque tal como está no primeiro ponto, não há debate...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — ...é apenas para o pedido de informações e de esclarecimentos. O Ministro responde, se entender, porque o que está aqui é pedido de informações. Não foi bem entendida, estamos a prosseguir o trabalho tal como está previsto na agenda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Daniel Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, corpo técnico e todos que nos acompanham pela Rádio e, creio, pela Televisão, Excelências: Na verdade, em nome da Coligação PCD/MDFM-UDD, gostaria de, em primeiro lugar, saudar Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, saudar, de igual modo, o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, saudar-nos a nós, Assembleia Nacional, porque uma coisa é facto, o nosso país, São Tomé e Príncipe, agiu em tempo útil. Agiu em tempo útil, por

ser um dos primeiros, ao nível dos PALOP, a tomar a decisão de fechar a sua fronteira, suspender algumas acções, sobretudo religiosas. Para quem é cristão católico, como eu, sabe que o período de Quaresma é um período sagrado na nossa vida cristã, mas mesmo assim o Governo teve a coragem de interditar os cultos, as missas, etc., tudo pensando, sim, no bem-estar do nosso povo, pensando na nossa segurança.

Por isso, Excelências, uma palavra de apreço e encorajamento a todos esses órgãos.

Aproveito também para saudar as organizações internacionais: a OMS, que tem feito um trabalho notório no País; todos aqueles que de alguma forma estão a contribuir para que nós possamos ter recursos e equipamentos, estou a referir-me concretamente ao tal empresário chinês, que não me vem agora o nome, e também a DHL, que contra alguns apetites disponibilizou avião para vir para São Tomé e Príncipe, para trazer equipamentos.

Excelências, na verdade, gostaria de dizer que houve uma intervenção em que se falou da orquestra, concretamente o Sr. Deputado Líder da Bancada do ADI. É verdade, temos que trabalhar de forma unida, temos que deixar de lado as nossas vestes partidárias, temos que pensar, única e exclusivamente, como são-tomenses que estão apostados, que estão determinados em tudo fazer para que essa doença não entre no nosso país. E temos que o fazer. É verdade que é a primeira vez que nós nos preparamos com algo deste tipo. Então, é normal, assim entendo, e peço desculpa se outros assim não entenderem, que a equipa de trabalho que está nessa frente vá fazendo acertos, à medida que o tempo passa, vendo sempre essa ou aquela fraqueza. É normal que, no ensaio daquela orquestra sinfónica, haja um ou outro músico que desafine um pouco, mas cabe ao maestro fazer-lhe uma chamada de atenção, para poder melhorar. E é isso que nós queremos, manter o nosso país a salvo, manter o nosso país intacto.

Por isso, Excelências, entendo que as críticas e as contribuições são bem-vindas. Todos os são-tomenses, seja do ADI, seja do PCD, seja do MLSTP/PSD e seja de que cor política for, têm que interiorizar uma coisa na sua cabeça, vamos seguir as orientações dos fazedores da Saúde, ou seja, daquelas pessoas que estão à frente desta luta, *punda xi é clogá quiê naí, ninguê de olhá liso cá bé, nguê cu na tê olha liso tem fá cá bé*. Portanto, isso não vai perdoar ninguém, e todos nós sabemos das nossas fraquezas, em termos de Serviços de Saúde. Foi uma bênção e abençoados são aqueles que, em tempo útil, agiram. Podemos dizer que estamos protegidos, eu não gosto da expressão «o único que ainda não tem», porque pressupõe que estamos à espera que venha a ter. Assim, eu prefiro dizer o único que não tem, e rogar a Deus para que tal não venha a acontecer no nosso país. Mas para isso, a responsabilidade tem que ser partilhada. O povo tem que exigir das autoridades, e o povo tem que ser responsável. Alguns hábitos que tínhamos têm que parar. Temos que ser responsáveis, para o bem de todos. É aquela velha história da corrente da bicicleta: se um dente do carro quebrar, a bicicleta não vai andar, porque a corrente vai sair. Temos que trabalhar de forma unida. Ser unidos e estarmos determinados nesta luta.

Terminou o meu tempo, muito obrigado, mas já que ainda tenho um bocadinho de tempo, dado pelo Governo, gostaria de felicitar a sociedade civil são-tomense, que tem dado sinais de que não está de braços cruzados. Como Deputado, recebo mensagens de muitas pessoas, que não vou citar o nome, preocupadas com aquilo que tem sido o nosso trabalho, enquanto autoridades, para o bem comum.

Também gostaria de destacar, porque se falou aqui de comunicação social, que está ainda um bocado lenta, sim, mas ontem, eram por volta das 21 a 22 horas, ouvi na Rádio Nacional a Banda do Sr. Zé Sardinha. Eles têm uma música apelando ao povo para poder acatar as medidas e lavar as mãos. Têm um ritmo que eu creio ser samba-socopé, depois têm outro que é próprio socopé, ou seja, é bom que a sociedade civil desperte. Estou a enaltecer a Banda do Sr. Zé Sardinha, porque é um contributo que eles estão a dar. Outros também têm que dar.

**Uma Voz:** — Zé Sardinha, não! É a Banda Rock Som.

**O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD):** — Rock Som, não é? Peço desculpa à Banda Rock Som.

Portanto, meus caros, a missão é nossa. Sr. Presidente, nós, enquanto Assembleia Nacional, temos que também continuar a passar a mensagem. Felicito também o Gabinete de Comunicação e Imagem da Assembleia Nacional, que sei que está a fazer um trabalho para alimentar o nosso sítio na Internet com mensagens, aconselhando e orientando a nossa população.

Eu sou um apaixonado pelo *santomé*, não gosto de usá-lo só de qualquer maneira, mas tenho que dizer isso ao povo de São Tomé e Príncipe: «*Xi kabalu ku sa ku quatlu opé na ska pô ku son kloga fá, é ska bluguna, non sé nosentxi ku tê dôsu, xi dwentxi sé kloga bi naí, qua ka da ku non mali dadu*» *kabalu ku tê quatlu opé*», estou a referir-me às nações da Europa, países cheios de recursos, comparando connosco, os Estados Unidos da América, o Brasil, a China, sofreram o que sofreram, «*iné tê quatlu opé. kantu opé ku non sa kuê? Xi non na tendê konsê fá, qua ka bi da ku non mali dadu*».

Portanto, meus caros, é esta mensagem que eu gostaria de trazer, em nome da minha Coligação.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

**O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, as minhas saudações.

Gostaria de me congratular com as medidas que o Governo tomou neste período de estado de emergência e também saudar aqueles que estão na linha da frente, quanto ao desempenho destas

medidas. Tenho no meu pensamento o pessoal da Saúde, que neste momento tem uma verdadeira frente de luta contra o coronavírus.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, o voto que eu faço é de que essas medidas sejam mais bem executadas e também devem ser reforçadas. A execução deve ser boa, porque eu gostaria que, no final, quando se tivesse que fazer contas, houvesse apenas elogios e não críticas negativas.

Quanto ao reforço, nós sabemos a nossa situação, temos que investir seriamente na prevenção, porque não estamos em condições clínicas, neste momento, para assegurar o tratamento, caso a coisa advenha. Portanto, para pedir que nessa frente de prevenção estejamos sempre atentos e proceder a reforços das medidas de prevenção, sempre que se achar necessário, e isso é competência dos membros do Executivo que estão a comandar esta frente de combate, neste momento.

Eram essas considerações breves que eu tinha que fazer.

Quanto às questões, quando entrarmos no debate da lei, terei outras intervenções a fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. Aérton do Rosário (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Colegas Deputados, bom dia.

Porque o Deputado que me antecedeu, Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, insistiu na pergunta que vou fazer directamente ao Sr. Ministro da Saúde, relativamente à articulação entre o Governo Central e o Governo Regional, gostaria de solicitar ao Sr. Ministro se há ou não essa articulação entre os governos. Porque antes mesmo de se decretar o estado de emergência, numa reunião com o Sr. Ministro, insisti na necessidade dessa articulação, para que o País fosse visto no seu todo, porque não sabemos de onde poderá vir o problema.

Ouvindo também algumas reclamações do Governo Regional, gostaria que o Sr. Ministro nos esclarecesse se há entre o Governo Central e o Regional articulação, relativamente a esta matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. Alda Ramos (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Peço a palavra para falar sobre algumas ideias relativas a esse nosso inimigo, essa pandemia.

Quero felicitar o Governo pela sua acção e também a sociedade civil, que tem estado a fazer o seu papel, tem estado a sensibilizar distrito por distrito. Que continue a fazer o seu papel, que é muito bem-vindo, bem aceite, e São Tomé e Príncipe agradece.

Gostaria de apelar ao Governo, porque é necessário redobrar os esforços com relação à sensibilização. Sabemos que cada sãotomense também tem essa missão de sensibilizar o outro, no seu canto, porque esta questão não é só do Governo, da Assembleia, dos Deputados, é de todos os sãotomenses, as crianças também.

Fecharam-se as escolas, os cultos, mas é necessário continuar com a sensibilização, para tocar na consciência dos sãotomenses. Existem pessoas ainda a ignorar, a dizer quais lá, isso não é verdade, é uma invenção. Sabemos que às vezes temos alguma dificuldade em acatar algumas instruções, o assunto não está para pouca medida.

Vou referir-me à questão dos funerais. Continua a existir aglomeração de pessoas nos funerais. Falamos da escola, dos cultos, das missas, e os funerais? Carinhas e carinhas com um monte de gente. Por isso, apelo ao Governo para redobrar os esforços com relação a sensibilização.

Assisti a um caso, alguém entrou no quintal do óbito, abraçou as pessoas, deu a mão às pessoas, e quando se lhe chamou atenção, disse: «nada, aqui em São Tomé isso não pega, porque temos muitas folhas.» Por isso, Sr. Ministro, é necessário fazer campanhas. Redobre os esforços, façam aquilo que costumam a fazer na época das vacinas, aquela campanha de sensibilização para vacinação, andem de zona em zona, minuto a minuto, com megafone a informar as pessoas. Não estou a ver isso, sei que a sociedade civil está a fazer sim, mas da parte do Governo não estou a ouvir. Na época da vacinação ouve-se, mas agora não estou a ouvir.

Peço ao Sr. Ministro da Saúde que tome boa nota disto e comece a fazer, pague alguns meninos, para passar de zona em zona, com megafone, *luchans* e *luchans*, cantos e cantos, para informarem e sensibilizarem as pessoas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me cumprimentar a todos.

Primeiramente, quero congratular-me com as medidas de prevenção que o Governo tem tomado, mas como é lógico resido na Região Autónoma do Príncipe e é de conhecimento de todos que o Governo Regional, preocupado também com a questão de prevenção, decidiu convocar a sociedade civil, os empresários, os partidos políticos todos, representados na Região, independentemente de um grupo de crise que o Governo Central criou na Região, para podermos reflectir sobre a prevenção dessa pandemia

na Região Autónoma do Príncipe. Porquê? Porque, dias antes da entrada em vigor do estado de emergência, houve um voo, julgo que foi da TAP, em que alguns turistas fizeram trânsito em São Tomé e foram ao Príncipe, até mesmo cidadãos nacionais residentes em Portugal. Foi quase de surpresa, não contávamos ter mais turistas no Príncipe, eles andaram a circular pela rua e houve alguma agitação, as pessoas ficaram precipitadas, porque poderia haver contaminação.

Bem, o Governo Regional solicitou a nossa opinião e demos o aval para avançar com algumas medidas, dentre elas a suspensão da ligação aérea entre a ilha de São Tomé, suspensão da ligação marítima, por um período, depois seria tomada a decisão no Conselho do Governo Regional.

Entendo que algumas medidas podiam ser mais graves, mas estamos numa luta conjunta e entendo porquê o Governo Regional remeteu ao Governo Central, antecipadamente, essas medidas para análise. O acto administrativo da Região Autónoma do Príncipe não tem que ser aprovado pelo Conselho de Ministros. É uma aberração o Conselho de Ministros indeferir uma resolução do Governo Regional.

#### *Murmúrios.*

São dois órgãos do Estado. Administrativamente, está incorrecto, não pode. Além disso, o Governo Regional é um órgão do Estado, tem poder legislativo. Um poder não se sobrepõe ao outro.

Abriu-se aqui uma guerra, num momento que não deveria ser. Entendo que o Governo Central deveria analisar, conversar com o Governo Regional, dizer que essas medidas são mais duras, não é o momento para as tomarmos, devemos esperar um outro momento, ou implementarmos outras medidas, e não, em Conselho de Ministros, indeferir a resolução do Governo Regional.

A ligação marítima é constante para o Príncipe, pode haver uma transmissão. Os marinheiros estão sempre em contacto no Porto. O que o Governo Regional pensava? Nesses 15 dias, se houve realmente algum caso e o Príncipe identificar algum, então estanca-se. O benefício é para as duas Ilhas, não vem para São Tomé, então trata-se imediatamente. É a dúvida que o Governo Regional tinha, porque não há meios.

Critico a forma como o Governo Central tomou a decisão, ficou mal e devemos unir e trabalhar em conjunto, porque o inimigo é invisível.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

**O Sr. António Barros (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia a todos.

À semelhança de alguns Deputados que me antecederam, também quero felicitar Sua Excelência Sr. Presidente da República, o Governo da República, os profissionais da Saúde, a Assembleia Nacional e todos que, de uma ou outra forma, têm contribuído para que possamos evitar a entrada desse inimigo. É um inimigo que a meu ver nos obriga a unir. Contra o coronavírus, do meu ponto de vista, não existe partidos políticos, religião, não existe nada. Existe apenas a necessidade de todos nos unirmos, para o combate a essa pandemia, porque toda gente sabe que nunca se viu coisa igual. Já surgiram várias doenças no mundo, mas nunca se viu uma com esta dimensão. A coisa é muito séria! Por isso, felicito as medidas que o Governo tomou e faço um apelo a toda a população de São Tomé e Príncipe, no sentido de seguir as orientações.

Expliquei a algumas pessoas, quando me perguntavam: «se não temos casos, porquê essas medidas?» Essas medidas são necessárias. Se não se tomar medidas, para evitar aglomeração de pessoas, quando surgir um caso, não será apenas um, mas poderá estar já em 1000. Havendo seguimento dessas medidas, cada um no seu lugar, se houver aquilo que ninguém espera e que não desejamos, teremos a certeza de que não está tão alastrado e poderá ser controlado.

Vou fazer uma pergunta ao Sr. Ministro, porque há uma coisa que me preocupa. O entendimento que tenho disto e o que vejo na televisão, o número elevado de mortes não é derivado do efeito da própria doença. Não é a própria doença que tem estado a matar demais. A doença está a matar, mas uma boa parte de pessoas está a morrer, é por falta de atendimento. A forma como o contágio é rápido, manda um número inesperado de pessoas para o hospital ou centro de saúde e não há capacidade de atendimento para toda essa gente, e muitas pessoas morrem por falta de atendimento, tanto é que em alguns países está-se a fazer escolha de quem vive e quem morre. Houve um caso, não sei se é confirmado, porque no facebook há muitas coisas que não correspondem à verdade, mas um padre idoso abdicou do seu ventilador, que é um equipamento muito importante na luta pela sobrevivência dos doentes, para entregar a um jovem. O idoso morreu.

Por isso, vou fazer essa pergunta directa ao Sr. Ministro da Saúde. Fala-se de ventiladores. É verdade que mesmo os países desenvolvidos têm tido dificuldade, mesmo com dinheiro não têm conseguido comprar. Pelo que tenho ouvido, o ventilador é um equipamento muito importante, quando as pessoas já estão numa fase crítica, para ajudar na respiração. Esta não é a minha área, não entendo bem, mas é isso que entendi.

Quero perguntar ao Sr. Ministro se aqui em São Tomé já temos algum ventilador e quanto temos, só para ter essa informação, porque é das coisas que me preocupa muito. Se temos ventiladores ou não, quantos temos, o que estamos a fazer para os adquirir?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. Ana Rita (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

À semelhança daqueles que me antecederam, junto a minha voz, para felicitar o Governo, a Assembleia e outras instituições, pelas medidas que estão a ser implementadas, na prevenção da pandemia. Das medidas que estão a ser implementadas, acho que devemos nos concentrar mais no âmbito da prevenção. O Deputado que me antecedeu solicitou quantos ventiladores temos. Sabemos qual é a situação do nosso Sistema de Saúde. Por isso, é importante que nos concentremos na prevenção, porque há lacunas, as medidas internas não estão a ser implementadas. Já foi dito aqui, continuamos a ver pessoas nas praias, nos funerais, nas lojas, porque ainda não estão sensibilizadas. Por exemplo, cheguei a uma loja ontem e a questão de distanciamento era um caos. Havia pessoas acumuladas, umas em cima das outras. Quando comecei a falar, levaram a mal.

Temos que envolver as Câmaras, vamos olhar para os mercados. O mercado é um caos, não existe distanciamento, nem higiene, não existe nada. Ainda hoje mandei alguém ao mercado, para saber se havia, pelo menos, lavatórios na porta de entrada, para que as pessoas e vendedoras lavassem as mãos. A pessoa me disse que só havia um lavatório perto da Padaria Miguel Bernardo, uma acção da ADRA.

As pessoas não vão deixar de ir ao mercado. Então, o Governo deveria colocar nas portas, pelo menos, um lavatório, para que se lave as mãos, antes de entrar.

Também gostaria de deixar aqui um apelo à população, às senhoras e às pessoas que frequentam o mercado, que evitem ir frequentemente ao mercado. Quem puder fazer compras para 3 dias ou 1 semana, façam isso.

Sr. Ministros, essas são as medidas que poderíamos ver nas medidas de sensibilização.

No âmbito da prevenção, tenho estado a ler, muito foi dito! Há pouco tempo algo me chamou atenção: a vitamina D. Na Itália houve um estudo, onde se dizia que todos os pacientes com o coronavírus testaram baixo nível de vitamina D. A vitamina D não é uma cura, mas faz a prevenção do agravamento da doença. Por isso, seria bom que no programa de sensibilização aconselhássemos as pessoas a exporem-se ao sol, pelo menos, 30 minutos ao dia, e consumir mais peixes, ovos, alimentos ricos em vitamina D, porque tudo isso ajuda. Nessa altura, tenho estado a dizer às pessoas que, além do distanciamento, lavagem das mãos, para se exporem ao sol durante 30 minutos, consumam mais ovos. A hora aconselhável para estarem ao sol, de manhã, é das 10 às 11 horas e 30 minutos, e à tarde, das 15 às 16 horas e 30 minutos.

As pessoas podem expor-se ao sol em sua casa. Expondo-nos ao sol, temos a vitamina D.

Fico por aqui, mais uma vez, congratulando-me com o Governo, pelas medidas, e que sejam duros nas medidas preventivas. O não cumprimento tem de ter penalidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo dos Santos.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar a todos que estão envolvidos nesta luta titânica, a sociedade civil em particular, que tomou a iniciativa de percorrer o País com campanhas de sensibilização, explicando e fazendo diversos apelos e, neste particular, quero dizer que todos nós estamos a contribuir pouco, muito pouco mesmo, porque todos nós também podemos contribuir para as campanhas de sensibilização. Lanço um desafio ao Governo, o que é que o próprio patrão está a fazer? A nível do atendimento público, os diversos serviços controlam o acesso, para que lá dentro não haja aglomeração, como alguns já falaram cá, mas as pessoas que fazem o controlo exterior não pressionam para que exista o distanciamento entre os utentes do serviço. Ficam todos apinhados, uns em cima dos outros.

Dos mercados é desnecessário falar, já sabemos. O Governo precisa de reforçar, acentuar e agravar, no bom sentido do termo, muitas medidas. Soube, há pouco tempo, que todo pessoal que saiu de um dado local está aglomerado no outro. Não estamos a fazer nada! Precisamos de, urgentemente, inverter um conjunto de práticas que estão instaladas e que em nada abonam ao bem do País.

Sr. Ministro, os bares e restaurantes, os que ainda continuam a funcionar, estarão a cumprir as regras mínimas que a ocasião exige?

Sr. Presidente, esta é a minha contribuição, mas apelo ao Governo, para que seja mais contundente nas medidas, a partir dos próprios serviços públicos, de uma forma em geral.

O Sr. Presidente: — Temos outros dois inscritos, os Srs. Deputados Felisberto Afonso e Levy Nazaré, que os seus Grupos Parlamentares já não têm tempo, de seguida está a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, mas antes há uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, é um pedido à Mesa.

Se me permite, tendo em conta que estamos neste processo, como muitos já disseram aqui, estamos todos no mesmo barco, a trabalhar com o mesmo objectivo, numa sinfonia, gostaria que dentro desta sinfonia, porque fui o proponente, na reunião da Segunda-feira, que pediu aqui a presença do Sr. Ministro da Saúde, para responder a algumas perguntas, e havia dito na altura que tinha algumas perguntas.

Não vou acusar os meus colegas de terem gasto o tempo, como já me fizeram numa das reuniões plenárias, não, não gastaram o tempo, tiveram boas intervenções, intervenções pertinentes, apenas o tempo é que não é suficiente. Por isso, gostaria de pedir ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, se me permitir, dentro do vosso 25 minutos, me conceder 2 minutos, só para fazer algumas perguntas, que acho pertinentes, ao Sr. Ministro da Saúde.

Apenas isso.

O Sr. Presidente: — Aguardo a reacção do Governo.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, o Governo concede dois minutos e meio a cada um dos Deputados que não têm tempo.

O Sr. Presidente: — Portanto, são dois minutos e meio para o Sr. Deputado Felisberto Afonso e o mesmo tempo para o Sr. Deputado Levy Nazaré, 5 minutos do Governo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. Beatriz Azevedo (MCI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Tomo a palavra, para não deixar indiferente a representação dos Deputados do Movimento de Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe e para juntar a nossa voz a todos aqueles que nos antecederam.

Gostaria de dizer, mais uma vez, muito obrigado aos Srs. Membros do Governo, por terem adoptado a situação de emergência em São Tomé e Príncipe, uma forma de estarmos separados daquilo que provoca o medo a nível de todo o mundo, que é o maldito coronavírus.

Quero agradecer também às pessoas que têm estado a trabalhar na prevenção, na sensibilização da população de São Tomé e Príncipe, dar força e dizer que todos juntos seremos poucos, mas juntos poderemos fazer alguma coisa para o bem-estar deste país.

Sr. Ministro da Saúde, a minha questão é a seguinte: é do conhecimento do Sr. Ministro da Saúde que na Área Distrital de Saúde de Caué, há quase dois anos e tal, água não escorre nas torneiras. O que é que tem feito, para prevenir o coronavírus, caso venha a acontecer no nosso país? Foi reabilitado o Hospital de Angolares, recentemente, mas não tiveram o cuidado de colocar pelo menos um depósito cisterna, como forma de conservar a água.

Como não tenho muito tempo, só tenho 3 minutos, gostaria de apelar a quem de direito, de forma que se envie uma equipa de bombeiros ao Distrito de Caué, e que fique destacada em Angolares, porque sabemos que a água vem às 7 e até às 9 horas já não dispomos dela.

O Distrito de Caué, principalmente Angolares, que era zona onde chovia, frequentemente, em boa verdade, há coisa de 2 para 3 meses, nós que somos oriundos do Distrito, sentimos que o peso da chuva já não é o mesmo de outrora. Isto levanta uma preocupação. Não tendo água, como é que a população vai fazer o combate, em termos de higienização. Vi, na Câmara Distrital de Caué, um pequeno balde de água, colocado à porta. Assim que os utentes chegam, há um elemento que, por meio de uma jarra, os ajuda a lavarem as mãos. Será que essa forma é razoável? Os trabalhadores de Saúde de Angolares vão catar água a um riacho, que chamamos Água Zónido, em pequenos baldes, para os serviços. À entrada do Hospital, providenciou-se meios para a lavagem das mãos, mas ali se usa jarras de plástico. Será essa a forma de combater?

São todas essas questões que eu, como cidadã do Distrito e do País, quero dizer que estou preocupada. Como cristã que sou, peço a Deus, todos os dias, todo o momento, para que essa doença não entre no nosso País, porque aquilo que estamos a ver a nível doutros países, não desejamos nem aos animais, muito menos ao pecador.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Pinto.

O Sr. Américo Pinto (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Associo a minha voz à dos que me antecederam, para felicitar ao Governo quanto às medidas que foram tomadas, e também quero aproveitar para saudar e felicitar os profissionais de Saúde, que estão na linha da frente neste combate sem tréguas contra a pandemia que assola hoje o mundo.

É claro que, quando a pandemia começou, pouco se sabia do agente causador desse desastre. As coisas evoluíram, investigações foram feitas e, hoje, já se tem uma gama de informações que permitem aos Estados fazerem intervenções mais acertadas e mais eficazes contra a pandemia. Entretanto, assistimos que os países que têm uma economia robusta enfrentam tremendas dificuldades, para debelar esse flagelo. Se estivermos atentos, apercebemo-nos de um facto: os países que têm mais dificuldades são aqueles que tomaram a decisão com um pouco de atraso, e esses é que têm mais dificuldades.

São Tomé e Príncipe, zero caso. Parabéns ao Governo e a todos os sãotomenses. A porta de entrada está encerrada, temos pessoas em quarentena, mas é preciso se acautelar, porque os problemas podem estar ali na porta de entrada. As pessoas estão alojadas em hotéis e ultimamente se descobriu que, para além da garganta, o vírus aloja-se muito nas conchas nasais. Descobriu-se também que, antes dos 14 dias,

isto é, uma semana depois de se contrair a infecção, o vírus já pode ser passado de uma pessoa para outra.

O que é que eu quero com isso alertar? Que, mesmo em quarentena, deve haver preservação da distância. As pessoas, em quarentena, não devem se conviver, como normalmente se convive. Não devem partilhar piscinas. Não devem receber nada, nem alimentos que vêm de casa, e não devem sair para a rua. É preciso que haja todo um trabalho lá onde existem quarentenas, porque a quarentena, se não for bem gerida, poderá ser um desastre, e pôr em causa todo o esforço que os sãotomenses têm estado a fazer.

Nós perdemos dois grandes músicos africanos, estou a falar de Mano Dibango e de Jacob...

**Vozes:** — Dia de mentira, não é verdade.

**O Sr. Américo Pinto (MLSTP/PSD):** — Não? Bem, mas nós já temos um sãotomense, jovem, que perdeu a vida em Portugal.

Para além desta situação, há uma outra que eu gostaria de pedir ao Governo. Quando alguém tosse, ou quando alguém espirra, uma grande carga viral vai para o chão. Ainda que preservemos a distância, evitando a contaminação, esses vírus todos vão para o chão, e nós sabemos como é que está o nosso mercado, o que assistimos nos funerais, nas ruas da capital, nos estabelecimentos comerciais. Como esta carga viral toda vai para o chão, são os nossos calçados que vão permitir a transferência do vírus de um local para outro. Então, torna-se necessário dar uma atenção muito particular à desinfecção dos calçados. E eu gostaria de propor ao Governo, por causa disso, que haja acções para que, nas entradas para a capital e para os distritos, que haja recipientes com desinfectantes, para se desinfectar os pés.

Portanto, é esta a minha modesta contribuição.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

**O Sr. Levy Nazaré (ADI):** — Falo mesmo aqui.

Mais uma vez, obrigado ao Governo por me conceder esses dois minutos e meio. Por uma questão de coerência, que sempre me pautou, se na reunião de Segunda-feira pedimos a presença, e houve uma grande discussão para termos a presença dos Srs. Ministros aqui. Não é hoje que eu iria perder esta oportunidade de não só questionar o Sr. Ministro da Saúde sobre alguns aspectos, como também participar no debate que vamos ter aqui, independentemente, do tempo muito curto que recebemos os documentos.

Sr. Ministro, permita um exercício, porque não tenho muito tempo, é só acenar com a cabeça, se estou certo ou errado.

Segundo os cientistas, os médicos, o vírus pode ficar 14 dias para se manifestar...

*O Sr. Ministro da Saúde assentiu, fazendo gesto com a cabeça.*

**O Sr. Levy Nazaré (ADI):** — ...mais ou menos, nunca 30, 40 ou 50 dias, pelo menos até agora, aquilo que eu vou ouvindo.

Nós, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, fechamos a fronteira...

**O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Em 21 de Março.

**O Sr. Levy Nazaré (ADI):** — ...no dia 21. Então, estamos a poucos dias para fazer os tais 15 dias. Até hoje, o Sr. Ministro da Saúde diz sempre, e nós ouvimos, que não há casos confirmados e ainda não há pelo menos sintomas que levem a crer que há. Vimos que já chegaram os medicamentos para os testes. Não temos condições de fazê-los aqui, mas pelo menos para testar e enviar. Então, o que eu quero dizer com isto é: se tivermos mais 1 semana, eu alargo mesmo, mais 2 semanas, que não haja casos detectados, mesmo aqueles que estão em quarentena, saem, continua a não haver casos e continua a não haver sintomas, e como se diz que o vírus não anda por si só, que o vírus não voa, não salta, significa que, em princípio, daqui a 15 dias, se não houver casos e não houver sintomas, é porque ele não conseguiu entrar.

Sr. Ministro, se daqui a 15 dias não entrar, então a responsabilidade, se ele vier a entrar depois, é só do Governo, porque só há duas formas dele entrar: aeroporto ou porto.

**O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Pirogas.

**O Sr. Levy Nazaré (ADI):** — Hem? Pirogas? Sim, dessas formas, mas tem que haver, obviamente, controlo e vigilância. O que é que eu quero dizer com isso? Vamos rezar, como todos já rezaram, para não entrar. Daqui a 15 dias, não há casos, não nada, então é no porto e no aeroporto que temos que focar toda a nossa atenção, porque o vírus não anda, não voa, não vem do ar nem do mar, só através de navios ou aviões. Felizmente, até por sermos insular, somos uma ilha, isto é bom. Felizmente! Então, é rezar para que continuemos assim, e depois todas as acções têm que estar viradas, mesmo para esses aviões que nos trazem as ditas ajudas.

Para terminar, sobre aquilo que muitos disseram, mercado, feira, etc., se estamos em estado de emergência, foi declarado estado de emergência em saúde pública, a nível nacional, então este é o momento para a autoridade do Estado funcionar. Esse não é o momento para fazer política com autoridade do Estado, nem mesmo para o Governo. Não é só para a oposição, é para o Governo também. A autoridade do estado tem que funcionar, não há outra hipótese! Primeiro, sensibilização, sensibilização, campanha, campanha, como estão a fazer algumas instituições e a sociedade civil. Muito bem!

A Câmara tem que ser envolvida, os Comandos Distritais da Polícia têm que estar envolvidos, e depois a autoridade do Estado tem que funcionar.

**Uma voz:** — Borracha, não é?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Eu não disse isso, mas as pessoas percebem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: Eu já estou ultrapassado, mas quero dizer ao Sr. Presidente que tenho estado a acompanhar, através das redes sociais, quer na Europa, quer nos países asiáticos, quer na África, o que se está a passar. Essa pandemia é pior que uma guerra.

Na minha opinião, a melhor medida que se tomou foi decretar o estado de emergência. Foi a primeira etapa que cumprimos e temos vindo a cumprir. A sociedade civil está connosco! Quando digo que há solução neste País, efectivamente, tem solução. É apenas uma questão de organização. A organização é o maior factor.

O nosso povo quer desenvolvimento e merece de nós consideração. Se conseguirmos organizar e se o coronavírus não entrar em São Tomé e Príncipe, será algo de grande impacto.

Assim sendo, vamos aumentar a produção e a produtividade, sem quaisquer problemas, o que poderá atrair muita gente para o nosso país.

Felictito o primeiro trabalhador deste país, que é Sua Excelência o Presidente da República, o Sr. Evaristo Carvalho. Felictito a Assembleia Nacional, o Governo e todo o povo sâo-tomense que contribuiu para que, até agora, não tivéssemos a presença desse vírus no nosso seio.

Estou feliz e quero contar com as diligências, não só do Governo, mas de todos nós. Temos que contribuir!

Não são só as pessoas que trabalham nos hotéis e que vendem nas escolas é que têm fome. Todo o povo tem fome! Se o Governo estiver a resolver o problema de uma pessoa, deve receber toda gente. A solução é trabalhar. Se trabalharmos, garanto-vos que vamos contribuir para eliminarmos esse vírus.

Por último, Sr. Presidente, quero falar da Estrada n.º 1. Quero que o Governo resolva o problema daquela via, de forma a escoarmos os produtos para o nosso mercado. Estamos em péssima situação, em Lembá. Pedi que pudéssemos iniciar a reabilitação da estrada de Neves a Guadalupe, mas o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul disse que vamos iniciar a partir da cidade capital. Em Lembá, temos mais condições de abastecer o mercado, comparando com Lobata. Temos potencialidades em Lembá, em termos de pescado, matabala, fruta-pão, banana, batata-doce. Não sei se Lobata consegue nos enfrentar.

*Murmúrios e risos.*

Então, podem desenrascar. Nós sabemos, estamos numa situação difícil. Eu sei que o Governo está numa situação difícil. Que dê essa estrada um jeito, para podermos escoar os produtos. Avizinha-se a Gravana, vamos ter muito peixe e produtos, não queremos que haja quem morra a fome em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Felisberto Afonso. A sua intervenção impõe que haja um desafio entre os distritos que mais produzem. Isto é muito importante!

Temos mais dois inscritos, um do Grupo Parlamentar do ADI, que não tem tempo, mas o Governo está a conceder 2 minutos, e, por fim, o Sr. Deputado António Barros.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Muito obrigado ao Governo, por me ter concedido 2 minutos, mas é só para também dar aqui a minha contribuição, não é propriamente uma pergunta ao Governo.

Fechamos as escolas, uma medida excelente; deixamos as crianças em casa, mas eu gostaria de sugerir ao Governo que aproveitássemos este período, em que as crianças estão em casa, já temos dois programas muito importantes que passam na Televisão, as lições de língua portuguesa, da professora Fernanda Pontífice, e também as lições de inglês, dadas pelo professor Lawrence.

Acho de devíamos aproveitar esses dois programas, esses dois momentos, para ocuparmos um pouco o espaço televisivo, porque em grande parte das nossas casas as famílias têm antenas parabólicas. Esse período em que as pessoas estão em casa, estão mais viradas para novelas, e vão se distrair com relação

às aulas. Quando retomarmos as aulas, poderemos ter problemas sérios. Por isso, acho que devia haver uma sensibilização, é uma tarefa que cabe a nós todos, sensibilizarmos as crianças e virá-las para esses programas educativos que a Televisão dispõe. Penso que o Governo deve usar a sua influência, no sentido de pedir à Televisão que passasse mais vezes esses programas, quer o programa da professora Pontífice, que é um programa que nos ajuda com relação à língua portuguesa, e o programa também do professor Lawrence.

Eu gostaria de aproveitar também para felicitar e agradecer a professora Pontífice por essa contribuição ao País.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, serei breve.

Sr. Ministro, é que eu me dei conta de uma situação. Como os outros Deputados, fico muito perto das pessoas, embora neste momento haja recomendações de que não pode haver aglomeração, mas sabemos e ouvimos o que as pessoas dizem. Há uma coisa que eu quero aqui dizer, porque nas redes sociais toda gente está a explicar tudo sobre a doença, toda gente está a dar todo tipo de indicação sobre a doença, e muitas dessas indicações não correspondem à verdade. Eu, pelo menos, sei que enquanto a OMS não confirmar, não devo fazer fé, mas muitos africanos e muitos são-tomenses estão a alimentar coisas, muitas das quais até já caíram por terra. Primeiro, porque a doença não entrava na África, porque tem calor, caiu por terra. Porque o negro é resistente, não apanha, caiu por terra. O negro não morre, caiu por terra. No entanto, há muita gente ainda a alimentar-se disso, porque há pessoas que me disseram que somos pretos e isso não nos afecta. Portanto, eu gostaria que o Governo concentrasse a campanha nessa direcção. Os são-tomenses têm que saber que não está aprovado, não é verdade. Disseram que a temperatura a 26 graus mata o vírus. Nós não devíamos estar preocupados, porque estamos com mais de 30 graus, não é?

Uma voz: — 28 graus.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — 28 graus. Disseram que a temperatura a 26 graus mata o vírus. Não! Os são-tomenses têm que saber que não, é mentira! Pelo menos até agora, é mentira! O calor não mata nada, porque já entrou nos países que têm calor e está-se a alastrar. É verdade que de forma mais reduzida, em relação a Europa, mas está-se a alastrar e também está a matar, na África. Portanto, isto que estou a dizer é o que eu sinto que existe na cabeça de muitos são-tomenses, e terá que haver uma campanha, para as pessoas saberem que não, nós somos iguais e todos os seres humanos, estamos expostos, e podemos contrair a doença a qualquer momento, podemos morrer também a qualquer momento.

Portanto, é esta atenção que eu queria chamar, porque há muita gente a alimentar-se desses mitos que já caíram por terra, mas mesmo assim as pessoas continuam a acreditar neles.

O Sr. Ministério da Saúde deve concentrar-se nisso e as pessoas têm que saber que, enquanto não for orientação da OMS, nada serve.

O Sr. Presidente: — Nenhum dos grupos parlamentares tem tempo, portanto, vamos passar a palavra aos membros do Governo, para responderem e esclarecerem as questões que foram aqui levantadas.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares: — Nesta fase, vou só prestar dois ou três esclarecimentos rápidos e depois o Sr. Ministro vai fazer o enquadramento das questões levantadas.

Primeira questão, desmistificar um bocado o que aconteceu com os atrasos nas documentações e fazer a *mea culpa* do Governo, naturalmente, penitenciar-nos aqui perante os Srs. Deputados. A verdade é que, quando saímos da Conferência de Líderes, a sessão estava inicialmente agendada para a Sexta-feira. Daí que, quando, na Segunda-feira, fomos contactados pelos Serviços da Assembleia, para reorganizar alguns processos enviados, como tínhamos o Conselho de Ministros na Terça-feira, achámos, na altura, que na Quarta-feira de manhã poderíamos suprir essas irregularidades, digamos assim, e o Srs. Deputados teriam tempo para receber a documentação. Acontece que, na Terça-feira, a convocatória, quando saiu, a plenária foi agendada para a Quinta-feira, daí este atraso. No que toca à parte do Governo, reconhecemos e penitenciámo-nos.

Aproveito também para lançar um apelo ao Grupo Parlamentar do ADI, nomeadamente o seu Líder Parlamentar, Abnildo d'Oliveira, meu correligionário de Mé-Zóchi, para que reveja a sua posição, porque como eu disse inicialmente esta luta é de todos. É do Estado são-tomense e de certeza que da parte das Sras. e Srs. Deputados do ADI há contribuições e sugestões valiosas para o debate, e não deveríamos perder esta oportunidade.

Segunda parte, um esclarecimento rápido sobre a questão do Príncipe. Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Carlos Pinheiro que o Governo comprehende e respeita as sensibilidades e preocupações naturais dos nossos concidadãos do Príncipe, mas o Príncipe tem um estatuto político administrativo próprio, e nele não encerra as competências que o Sr. Deputado ou que o Governo Regional terá aludido. Portanto, não compete ao Governo Regional suspender o espaço aéreo. Daí que o Governo Regional remeteu essa

proposta ao Governo, foi analisada exaustivamente em Conselho de Ministros, todos os prós e os contra, e o Governo achou que, nesta fase, não faria sentido fechar as fronteiras entre as duas ilhas, até pelo respeito ao princípio de unidade do Estado, porque depois corriam o risco de abrir um precedente: o Distrito de Caué também pediria para encerrar a estrada, o Distrito de Lembá também. Analisando essas questões todas, achamos que para já não se justifica.

Naturalmente que é um processo dinâmico e se a evolução do vírus assim o disser, nós tomaremos todas as medidas que forem necessárias.

Para finalizar, duas questões levantadas.

Sr. Deputado José António Miguel, a questão para dar a programação na TVS, está a ser cuidada, o próprio Ministério da Educação terá programas específicos a partir da Sexta ou Segunda-feira, na Televisão e na Rádio, para ocupar o tempo dos alunos que estão em casa. Mas agradeço o seu reparo.

Também a preocupação do Deputado António Barros, sobre informações fidedignas. O Governo adoptou uma estratégia de comunicação, às Segundas e Quartas-feiras, o Sr. Ministro da Saúde fala, às Sextas-feiras fala o Sr. Primeiro-Ministro, no final da reunião do Comité de Crise. Naturalmente também, a partir de hoje, creio que será lançado um site oficial, virados só para a Covid-19. Portanto, é das intervenções desse site do Ministério da Saúde, das informações da OMS, é que as pessoas têm que beber, informações credíveis e fidedignas. Quem quiser depois acreditar nas redes sociais, nos perfis falsos, aí não temos como controlar.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

Uma voz: — Interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do ADI, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Abnaldo d' Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, tendo em conta a explicação de Sua Excelência o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, que se penitenciou quanto à questão da documentação, o Grupo Parlamentar do ADI, atendendo a essa explicação, retira a acusação à Mesa, pese embora seja a Mesa que tenha marcado a plenária. Portanto, ficam livres os Deputados para poderem participar nos debates e nos trabalhos.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. Ministro da Saúde (Edgar Neves): — Sr. Presidente, Srs. Ilustres Deputados, Caros Membros do Governo: Começo por dizer que todas às vezes que entro na Assembleia Nacional, entro com um nível de conhecimento e saio com os meus conhecimentos mais elevados. O que é que eu quero dizer? Que este palco sempre foi e tem sido, para mim, um momento de grande aprendizagem. Por acaso nunca fui mau aluno e a humildade sempre fez parte da minha vida.

Agradeço-vos imenso pelas contribuições, nós estamos num processo de aprendizagem e seria muito difícil e quase que anormal que a orquestra fosse totalmente afinada.

O caminho faz-se caminhado, vamos aprendendo com os erros. Faço menção aqui a um ditado chinês que diz: «não devemos dar topada na mesma pedra duas vezes». Topadas iremos dar, mas não deve ser na mesma pedra.

Houve 14 intervenções dos Srs. Deputados, como algumas sobrepõem-se em matéria de temas, eu tratei de sistematizar a minha intervenção em quatro pontos.

Primeiro ponto, preparação e prevenção, segundo ponto, informação e comunicação, terceiro, assistência e resposta rápida, e quarto ponto que é mais de caráter genérico.

Assim sendo, ouvi muito atentamente, aliás ouço sempre atentamente, o Sr. Líder Parlamentar do ADI, a quem agradeço pelos conselhos, levantou uma questão que eu vou colocar no campo de assistência, que diz respeito à inventariação daquilo que existe. Cai na prevenção, cai na assistência, mas eu começaria por dizer que entre os materiais que existem, eu vou mencionar alguns, aventais, batas, botas, concentradores de oxigênio, desfibriladores, esfigmomanómetro, estetoscópio, exaustores, factos de proteção, laringoscópios, luvas, máscaras, óculos, oxímetros, termômetros, ventiladores, viseiras, lixívia, álcool 70%, sacos de resíduos, sabão, desinfetantes, isso para mencionar um bocado. É uma quantidade de materiais e consumíveis muito grande, que nós fomos recebendo dos nossos parceiros, também tínhamos as nossas reservas. O avião cargueiro da DHL chegou com materiais da Organização Mundial da Saúde, estão a ser quantificados e nas próximas horas o Presidente do Comité de Crise fará a apresentação, para que a Nação saiba com que contamos nesse momento.

É verdade também dizer que temos carências, há coisas que estão em falta, e aqui falaria já dos concentradores de oxigênios e dos ventiladores, que estão em processo junto a vários parceiros, e o

Governo também está a ver com parceiros multilaterais e bilaterais, no sentido de podermos obter, o mais rapidamente, esses ventiladores, depois há vários modelos e categorias, maior ou menor qualidade, e talvez um esforço para ver se o mais rapidamente conseguiremos ter esses instrumentos.

Sobre a coordenação, não cabe a mim fazer a avaliação dos ministros de linha da frente ou menos linha da frente, cada um tem as suas funções e acredito que todos nós estamos a tentar dar o melhor de si. Neste dar o melhor de si, é verdade, entendo que o Governo ou o Estado tem que fazer mais, tem que fazer melhor, e começa também pelos Srs. Deputados. Todos nós somos hoje soldados de saúde pública. O fazer mais começa por mim.

Já tinha feito uma proposta em tempos, os partidos políticos, que estão habituados a fazer campanhas, podem perfeitamente reconverter o tipo de intervenção de campanhas, sob a orientação do Ministério da Saúde, porque no terreno têm a sua juventude, têm a associação de mulheres, e podem ir ao terreno, como se tivéssemos a data das eleições marcada para amanhã.

Quanto aos testes rápidos, nós defendemos sempre a utilização dos testes rápidos, contra aquilo que a OMS dizia. Neste sentido, tratamos de comprar testes rápidos na Alemanha, já foram adquiridos, mas por razões de transporte ainda não chegaram, já estavam a caminho, foram bloqueados em França, voltaram para a Alemanha, os materiais da Espanha que também vinham no mesmo sentido também voltaram para a Alemanha, está o fornecedor a fazer tudo no sentido poder conseguir.

Os testes que temos feito são os PCR, quites de colecta que são examinados em laboratórios preparados para tal.

Em matéria de prevenção, ainda hoje tivemos um grande exercício com o Sr. Secretário de Estado para o Comércio, o Diretor da ENAPORT, técnicos especialista do Ministério da Saúde, porque temos, no Porto, um barco com mais de 180 contentores. Com a COMPREK, todas as medidas estão a ser tomadas para reduzir o risco de infecção. Medidas técnicas, modelos de comunicação, redução das equipas que devem ir ao navio. São Tomé e Príncipe, a nível dos portos, está inserido numa associação dos portos da Região da África Ocidental e África Central e guia-se por orientações, e há experiências deles, assim como experiências de outros países mais avançados, como a Singapura, onde tudo indica que os próximos navios já não obrigarão a ida de especialistas, sobretudo os da Saúde, ao navio, porque tudo será tratado à distância. No fundo, reduzir sempre o número.

Há aquele grupo que tem que ir, há os marinheiros, os estivadores e mais todas as medidas de proteção individual, assim como a COMPREK, que ficou com o compromisso de fazer a desinfestação do navio e dos contentores.

A comunicação social, é verdade, também no campo de prevenção tem que se intensificar, tem que fazer mais. Estamos perfeitamente conscientes de que, quer a nível da comunicação directa, os meios da comunicação em massa, como as equipas todas, e aqui há, sem dúvida, uma palavra de agradecimento também aos sectores da sociedade civil, que estão no terreno a fazer campanhas de sensibilização, informação e educação, para mudança de comportamentos.

Quanto à articulação com o Governo Regional, eu e a Directora dos Cuidados de Saúde estivemos na Região Autónoma do Príncipe, do dia 18 a 21, todos os dias com o Presidente do Governo Regional, participamos em várias actividades, demos a nossa contribuição, estivemos na reunião do Comitê de Crise da Região e tratamos dos articulados, fizemos as visitas ao terreno. Antes disso, já lá tinha estado uma outra equipa do Ministério, no campo de infecciólogia e da vigilância epidemiológica. Portanto, acredito que a articulação pode ser ainda melhor, mas mesmo em matéria de consumíveis se está a preparar para reforçar a Região Autónoma do Príncipe.

O redobrar dos esforços, sem dúvidas, temos que o fazer. Portanto, eu refiro-me às intervenções dos Srs. Deputados Abnildo d' Oliveira, meu amigo Arlindo Ramos, Aérton, Alda Ramos. Sem dúvida, o redobrar de informação e as medidas de contenção do plano de contingência têm que ser, no terreno, mais apertados.

Sr. Deputado Carlos Pinheiro, por acaso, eu fui ao Príncipe no voo do dia 18, juntamente com o Presidente do Governo Regional. Então, durante a recomendação do Comitê de Crise, deparamos que tinha sido eventualmente uma falha, na medida em que não temos receio de dizer, os passageiros que seguiram não deviam ter seguido, mas seguiram. E nós também estávamos sob o mesmo risco. Mas o Governo tomou as medidas, mesmo na Região Autónoma, de fazer a quarentena domiciliar, ainda sob ameaça de força a uma das pessoas que estava a prestar resistência. Houve situações de colaboração total, para se fazer o melhor possível.

Sr. Deputado António Barros, sobre a questão de ventiladores, nós temos ventiladores, a nível do bloco operatório, naturalmente insuficientes para uma situação de que nós estamos a projectar. Estamos a fazer o cenário não do menos mal. Estamos a trabalhar na base do pior cenário. E no pior cenário, nós prevemos entre 800 e 1000 pessoas, quase ao mesmo tempo doentes, sendo a grande maioria não com situações graves.

Por isso é que se está a pensar em articulação com as câmaras, é fundamental. Ainda na Segunda-feira tivemos uma reunião com as câmaras distritais, que também se articulam com as delegacias de saúde, para tentar melhorar a coordenação nos distritos. Melhorar e intensificar. Porque há um mau aspecto que nós por natureza não gostamos de tocar, mas alguém tocou, os funerais. Estamos a falar dum funeral hoje, outro amanhã. Se tivermos que fazer 20, 30, como é que faremos? Onde? Os maqueiros, os coveiros, o transporte, as medidas de proteção total que têm que ser tomadas, o tratamento do corpo, tudo isto

estamos a estudar, todo esse cenário, e voltamos muito brevemente a sentar-nos com as câmaras, para montar já o programa de preparação.

Há questões de ordem científica sobre a vitamina D, sobre o factor calor, sobre os anti-palúdicos. São questões que não estão no ponto de vista científico, e alguém dizia aqui, acho que é o Sr. Deputado António Barros, nós nos guiamos por aquilo que OMS nos orienta, são estudos, são pesquisas. Em São Tomé e Príncipe nós vamos aderir também e sujeitar-nos a um trabalho de investigação, porque nós utilizamos anti-palúdicos, como a cloroquina e artemisina.

Sr. Deputado Danilo fala, vai esse na mesma linha de maior contundência, e é verdade, tem que haver maior contundência.

A água, Sra. Deputada Beatriz Azevedo, é um problema que ultrapassa o Ministério da Saúde, mas é uma preocupação muito grande que temos que ter. A água é fundamental. A água e sabão são as duas coisas essenciais, e o Governo terá necessariamente que, perante este cenário, intensificar, redobrar atenção, para resolver, não sei porque meios, de engenharias, depósitos, isto ou aquilo, mas tem que haver água, e tem toda razão.

O Sr. Deputado Américo Pinto também tocou em questões bastante interessantes sobre os cuidados a ter nos polos de quarentena, os riscos que há, as medidas todas de higienização individual e colectivas são importantes. Acho que vai levar muito tempo.

Os períodos de incubação. Sobre os períodos de incubação, o Sr. Deputado Levy Nazaré faz um raciocínio, do ponto de vista teórico, bastante interessante. Mas na ciência não nos podemos guiar nesta matéria, porque os períodos de incubação não são necessariamente até 14 dias.

São questões estatísticas. Mas já houve situações em que os períodos de incubação ultrapassaram os 14 dias.

Portanto, aqui não há barreira completamente rígida, mas raciocinando como está a fazer, naturalmente que teríamos a situação controlada. Mas não temos o controlo de toda a população. Aqui era a testagem massiva. Para nós que estamos a trabalhar, seria bom podermos testar o maior número de pessoas como alguns países estão a fazer e está a resultar. Aí tinha-se a comprovação, este está livre, ou não está, seria uma maior segurança. Por isso, é que nós não podemos, temos que redobrar, redobrar, redobrar a vigilância, em relação a quem esteja em quarentena colectiva, as quarentenas domiciliares que há, e todos nós.

Sobre a contribuição do Sr. Deputado António Miguel, falou o meu colega e a desmitificação é necessário fazer-se.

Sr. Deputado Felisberto Afonso, agradeço também pela sua intervenção, é preciso pensarmos. Há uma fase que virá, que é a fase de recuperação e obriga a saber como é que vamos sair disto. Desde ponto de vista económico-financeiro e social, duma forma geral, como é que vamos sair disto? É a terceira fase da pandemia.

Não quero consumir muito tempo, mas gostaria de dizer que há a linha 115, que está em funcionamento, há os sites, estamos a fazer o máximo, no sentido de melhorar as respostas.

Por fim, recebo de bom grado os reconhecimentos e os estímulos que são feitos aos trabalhadores da Saúde, serei o fiel transmissor e fá-lo-ei sempre. Por isso, acho que pessoalmente não sou merecedor disto, mas os que estão na linha de frente, sim. Queria dizer que já tivemos a oportunidade de discutir e estamos a tentar melhorar, com os nossos parceiros incontornáveis, que são a comunicação social, as medidas de proteção, porque eles também estão expostos a medidas de contenção.

Os materiais que temos, devemos ter algum cuidado, é preciso saber utilizá-los no momento certo e usá-los bem. Há muita gente a utilizar as máscaras, mas não estão a utilizá-las bem. Não precisa usá-las nesta fase e as luvas a mesma coisa. É um cuidado muito importante a ter, porque as máscaras e as luvas mal utilizadas transforma-se numa arma contra a própria pessoa. Se eu não sei descalçar luvas, se eu tenho que tocar as máscaras e a mesmo tempo manusear uma série de coisas, quando tirar a máscara estou infectado. Para isso também estamos a fazer formações, duma forma geral, e em particular para os técnicos da Saúde, desde maqueiro, coveiros, técnicos de apoio aos diagnósticos, enfermeiros, aos médicos, etc. É uma cadeia que tem de funcionar de início até ao fim, para evitar o bloqueio dos dentes do carro.

Estaremos Sr. Presidente, Srs. Deputados, completamente abertos a receber todos os subsídios que julgarem. Peço-vos encarecidamente, apontem críticas, digam. Estamos todos na frente de luta para melhorarmos, mas também voltando ao princípio: intensificar começa por mim, da mesma forma como nós dizemos que acabar com o paludismo começa comigo.

Para terminar, nós não podemos nos esquecer das outras doenças, ao longo desse cenário: temos o paludismo aqui, temos o HIV-Sida aqui, temos a tuberculose, e temos que, diariamente, fazer as campanhas. A pulverização intra-domiciliar focalizada continua, não podemos nos distrair, porque nós temos o grande desafio também que são estas doenças.

Eu não sei se respondi a todas as questões, eventualmente poderá haver alguma questão.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Nós já não temos tempo para este ponto da ordem do dia. Gostaríamos de propor que nós continuássemos até às 15 horas, ou suspendêssemos e retomássemos às 14 horas e 30 minutos, porque os Deputados da Região Autónoma do Príncipe regressam amanhã.

Começamos com 90 minutos de atraso. Portanto, gostaria de ouvir antes a reação dos distintos grupos parlamentares.

*Murmúrios.*

Vamos aguardar a reação dos grupos parlamentares.

Sairmos daqui às 13 horas e dizer que vamos retomar às 14 horas é uma farsa. Por isso, estou a propor 14 horas e 30 minutos.

Nós não vamos almoçar aqui, não há almoço aqui na Assembleia, por causa da prevenção. Quem fornece o almoço não está em condições de evitar o contágio. É esse o problema. Qual é a situação então?

Senhores, podemos começar a ouvir?

Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, ou então peço que os Líderes Parlamentares se encontrem e façam um acerto. É preferível?

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto, enquanto porta-voz dos Líderes Parlamentares.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Num pequeno acerto entre nós, consciencializamo-nos em prosseguir com o encontro até às 15 horas.

O Sr. **Presidente**: — Essa proposta é unânime.

Tem palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sim, acertamos, mas temos que convir também que algumas pessoas podem padecer de uma ou outra situação e ter necessidade de pôr alguma coisa na barriga. Como é consensual esse ponto, a nossa Bancada é de opinião que possamos continuar os trabalhos, mas sem impedimento que um deputado possa sair, ver uma ou outra coisa para lanchar e voltar. Sem esse impedimento, caso um ou outro deputado tenha necessidade de se ausentar, porque há pessoas que têm questão de regimento médico e outras coisas.

O Sr. **Presidente**: — Podemos improvisar bolachas de água e sal? Para pessoas que são diabéticas e têm que comer alguma coisa.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Para quem vive longe?

O Sr. **Presidente**: — Estou a falar de questão de emergência.

*Risos.*

Estamos no estado de emergência. Podemos improvisar eventualmente bolachas de água e sal para as pessoas que têm problema de saúde.

Vamos passar de imediato para o segundo ponto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, tendo em conta a explicação dada pelo Sr. Ministro da Saúde, gostaria de propor, Sras. e Srs. Deputados, uma salva de palmas para todo o pessoal da saúde que está à frente desse trabalho preventivo.

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos, de seguida, analisar o segundo ponto da ordem do dia, peço ao Sr. Secretário que faça a apresentação do ponto da ordem do dia.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, o Sr. Ministro da Saúde, gostaria de reagir a esse gesto do Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Edgar Neves): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia abandonar a Assembleia sem reagir, de coração, a proposta do Sr. Deputado Arlindo Ramos, acarinizada também, de coração, por todos os Srs. Deputados. Levarei este gesto como uma demonstração de solidariedade, de coragem e de estímulo. Levo no coração, muito obrigado.

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário, faça a apresentação do segundo ponto, se faz favor.

O Sr. **Secretário** (Elálcio da Marta): — Sr. Presidente, passo agora a efectuar a leitura do segundo ponto da ordem do dia: «Discussão e votação na generalidade da proposta de lei n.º 14/XI/3.º/2020 – Medidas Orçamentais Extraordinárias para fazer face à Covid-19.»

O Sr. **Presidente**: — Tal como já havia dito, a iniciativa é do Governo, deu entrada na Mesa da Assembleia na passada Sexta-feira. Seguida a sua tramitação, só ontem estava em condições de se publicar no *Diário da Assembleia Nacional*.

Estando no período de férias, as Comissões não estão autorizadas pelo Plenário para funcionar, por isso não tem o parecer da respectiva Comissão.

Peço ao Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, ou a quem este indicar, para fazer a apresentação da iniciativa.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, como vimos no primeiro ponto da plenária de hoje, falamos em termos gerais sobre essa problemática do coronavírus, estamos no estado de emergência e são precisas medidas de emergência.

Neste âmbito, não podemos nos esquecer que essas questões de emergência acarretam despesas imprevistas. Daí que o Governo, considerando que há necessidade de adopção de medidas legais, excepcionais e temporárias, para lidar com os efeitos financeiros, económicos e sociais desta pandemia, propõe esta iniciativa à Assembleia Nacional, que é muito simples e generalista, no fundo tem apenas 2 artigos. O 1.º artigo, solicitando à Assembleia autorização para que o Governo possa adoptar as medidas legais excepcionais e temporárias para lidar com os impactos negativos a nível social, económico e financeiro da Covid-19, e o 2.º artigo, naturalmente, respeitando as competências da Assembleia Nacional, o Governo compromete-se a remeter mensalmente à Assembleia Nacional o relatório detalhado das medidas adoptadas, dos encargos financeiros, fontes de eventuais receitas e a forma como serão feitas as despesas, no que concerne a este grande combate contra o coronavírus.

Em termos gerais, é isto que me cumpre dizer na apresentação desta proposta de lei.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a iniciativa tem como anexo uma listagem dos sectores que terão a intervenção do Governo para mitigar as dificuldades e os prejuízos que possam advir nesse período de prevenção e de contenção da pandemia.

Feita a apresentação, estão abertas as inscrições, para pedido de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Vila Nova.

O Sr. **Carlos Vila Nova (ADI)**: — Sr. Presidente, através de si, cumprimento a Mesa, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Venho trazer uma informação em jeito de esclarecimento, porque julgo ser importante para as acções de todas autoridades nacionais, sobretudo as do Governo.

Tem a ver com as operações do serviço da DHL em São Tomé. A DHL nunca teve e não tem uma delegação em São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe faz parte dos poucos países do mundo que não têm essa delegação, o que faz com que todas as suas operações são feitas recorrendo aos voos comerciais, apenas, com os quais têm contrato, e não são com todas as companhias aéreas.

Em São Tomé e Príncipe, esse serviço é feito, recorrendo a um prestador de serviço que tem as funções de receber os envios e fazê-los chegar aos seus destinatários, recolher o que são os envios e fazê-los chegar à DHL.

Os pontos de entrega de todos os envios, a partir de São Tomé, são enviados a Libreville. Apenas Libreville – Gabão, nenhum outro país recebe. De modo que a companhia aérea, com a qual a DHL tem contrato para São Tomé, é a CEIBA. A partir do momento que a CEIBA fechou o seu espaço aéreo, as operações tornaram-se muito mais complicadas. Isso fez com que, pontualmente, teve que se recorrer a uma ou outra companhia aérea.

Neste momento, todos sabemos que os aviões estão em terra, os espaços aéreos estão fechados e essa operação para São Tomé está seriamente comprometida.

Trago isto, porque muito provavelmente, espero bem, à semelhança de outros Deputados que me antecederam, que não venhamos a ter necessidade de recorrer a este serviço, mas se tivermos, é bom estarmos munidos com informações que nos permitam fazer a operacionalidade.

Gostaria de dizer que a última operação, que se fez, foi feita de uma forma extraordinária com intervenção das autoridades e, sobretudo, com intervenção das organizações ao nível mundial vocacionadas para o efeito: saúde, infância e outras, que usam o seu poder de autoridade e de acção para que eles se mobilizem, porque há um poder de mobilização muito grande. Não nos esqueçamos de que estamos a falar de uma multinacional, talvez das maiores que existem no mundo, estamos a falar de uma empresa que tem seus próprios meios operacionais. Para quem sabe, sobretudo os mais viajados, a DHL opera com os seus meios próprios e nunca aconteceu em São Tomé, porque essa delegação não tem condições para este fim. Quando será uma delegação? Não sei. O prestador também não sabe. A única coisa que eu posso dizer é que mesmo com as intervenções das autoridades e de todas as organizações, sem o apoio do prestador de serviço, essa última operação e outras que já se fizeram da mesma forma, não

nos lembramos mais, mas já aconteceu, quando houve sobretudo dúvidas quanto à epidemia de ébola e outras questões a que São Tomé teve que fazer face, houve operações extraordinárias, e sem a intervenção do prestador de serviço tornam-se muito mais difíceis.

Trago esta informação para que se saiba como agir e que o prestador de serviço, pelas ligações pessoais que tenho, está totalmente disponível a todo momento para colaborar.

Nada de pensar que é uma coisa que não se faz, porque não se quer. É uma coisa que também tem a sua complexidade e todos estarão informados.

Se houver alguma dúvida, estou disponível para trazer mais esclarecimentos.

**O Sr. Presidente:** — Estão abertas as inscrições para o debate na generalidade. Portanto, é a iniciativa e seus anexos.

**O Sr. Idalécio Quaresma (ADI):** — Anexos? Não há anexos.

**O Sr. Presidente:** — Tem anexos.

**O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças, Economia Azul (Osvaldo Vaz):** — Isso são informações complementares.

**O Sr. Presidente:** — Ah, informação complementar.

Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Sr. Presidente, vinha justamente questionar a Mesa sobre o que temos. No *Diário* temos uma proposta submetida pelo Governo com alguns artigos e depois recebemos também o anexo. Até o Presidente da Assembleia tinha dúvidas do que se tratava esse documento, e gostaríamos que o Governo pudesse explicar realmente o que é isso, para depois prosseguirmos o debate.

**O Sr. Presidente:** — Pedido de esclarecimento aceite.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, decidimos trazer este documento aos Srs. Deputados como informação complementar, para contextualizar o debate e perceberem as medidas que estão a ser asseguradas pelo Governo, no âmbito do «Plano de Mitigação Económica, Financeira e Social à Covid-19».

**O Sr. Presidente:** — Satisfaz, Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira?

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Sr. Presidente, penso que não satisfaz a explicação. Do que consiste os documentos sim, mas o seu alcance, não, porque nós, os Deputados, aprovamos aqui uma lei especial para autorizar o Governo a fazer face à Covid-19, é necessário que algumas questões estejam devidamente explícitas.

Se este documento faz parte ou deve fazer parte da lei, deve constar como um anexo. Não o sendo, só discutirmos a lei geral e tal, fica muito genérico e não específica a própria lei em si. A Assembleia deve conferir ao Governo um instrumento, porque essas medidas, não sendo aprovadas na Assembleia, os próprios Deputados não vão saber o que o Governo vai ou não. O que é que o Governo vai fazer ao nível das Finanças Públicas? Ao nível do Turismo, etc.,etc.?

**O Sr. Presidente:** — O Governo quer voltar a esclarecer.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Como dissemos desde o início, este é um processo dinâmico, as medidas que estão expressas neste documento hoje podem já não ser daqui a 1 semana, podem não ser daqui a 1 mês. Então, nesta lógica, teríamos que vir à Assembleia semanalmente com novas medidas que podem ser actualizadas. Por isso é que apresentamos a proposta de lei generalista e com a obrigatoriedade de o Governo, mensalmente, remeter à Assembleia o relatório das despesas que serão feitas, no âmbito desta situação excepcional.

**O Sr. Presidente:** — Mais intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

**O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, tinha uma intervenção a fazer sobre este assunto, mas efectivamente, por uma razão de coerência na estruturação do texto, no seu todo, sugeriria que o texto

das medidas estivesse incorporado ao texto da lei, mas com uma pequena nuance apenas, seriam medidas indicativas.

Como disse o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, a situação é dinâmica, pode exigir adaptações e ajustamento a todo instante. Seria bom que ficasse essa referência de medidas indicativas.

O Sr. Presidente: — Está feita uma proposta: «medidas indicativas», sujeitas à adaptação, em função da evolução da pandemia.

Concorda, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, o Governo aceita a proposta da Bancada do MLSTP/PSD.

O Sr. Presidente: — Está aceite a proposta, vamos ter que adoptar este documento como anexo à lei, sujeito à adaptação, em função da evolução da pandemia.

Vamos votar a proposta.

*Submetida à votação, foi aprovada, com 46 votos a favor e 3 abstenções.*

Estamos a analisar o documento na generalidade, mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, neste ponto, gostaria de felicitar o Governo, por este esforço que fez, para analisar a situação e chegar aos resultados a que chegou.

Felictito também o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, pelo dinamismo que empregou na elaboração deste documento, e toda a sua equipa técnica, que esteve envolvida na preparação deste documento.

Este documento, a sua leitura, revela-nos que tentou ser abrangente, mas é verdade também que, por mais exaustiva que uma reflexão seja, ela nunca será totalmente abrangente. Vejo que houve uma preocupação de tocar em todas as actividades e todos os operadores económicos, sociais, etc., etc.. E fomos até aos estudantes de São Tomé e Príncipe e doentes, que estão lá fora, com muitos problemas, que sabemos, todos estão aqui contemplados.

É verdade que, quanto à gestão disso, houve uma precaução. Essa precaução foi muito ventilada na última reunião que tivemos em Comissão Permanente, que há necessidade de controlo. Estamos num período em que a emergência pode requerer intervenções inesperadas e há necessidade de que esses controlos se façam mesmo *a posteriori*, mas há necessidade de que eles se façam.

Queria felicitar ao Governo por essa prudência que consta no texto do projecto de lei.

Quanto ao ponto 3, medidas de retoma económica: «disponibilização de uma linha de crédito; implementação das medidas do plano de desenvolvimento do sector agropecuário, florestal e pesqueiro de médio prazo; implementação do sistema de governação electrónica integrada; e disponibilização de uma linha de crédito de apoio à importação de bens.»

É verdade que todos nós conhecemos a estrutura, as fraquezas e as vulnerabilidades do nosso sistema económico. É uma economia que infelizmente não consegue dar resposta às necessidades da produção interna, mas onde as populações precisam de viver, e a solução com que até agora temos convivido é a importação.

Ora, hoje em dia, nas características do mundo, com a pandemia, a autarcia vai conviver connosco durante muito tempo. Os países normalmente tradicionais doadores têm os seus problemas. Neste momento, estão a meter as mãos nas bolsas, estão a injectar dinheiro no mercado, por razões do coronavírus, mas eles têm seus modos de vida, dos quais não se vão abdicar, e esses modos de vida exigem a continuação do sistema económico que têm, senão esses modos de vida não conseguem manter-se.

Passado o coronavírus, vão ter que reestabelecer os equilíbrios. Esses equilíbrios, certamente, vão-lhes exigir fecharem-se também, para conseguir repor a máquina a funcionar, para garantir a satisfação e a continuidade do seu modo de vida. Quer dizer que, agora e depois do coronavírus, vamos enfrentar momentos sérios de adaptação, para podermos resolver os nossos problemas de satisfação interna.

Aqui sou obrigado a remeter-me a um precedente que já tivemos aqui em São Tomé e Príncipe. No início de 1980, tivemos aqui uma crise, não pelas mesmas razões. Naquele momento, estávamos no período de partido único, que era a força política dirigente da sociedade e do Estado, que lançou a palavra de ordem: «Comecemos desde já a plantar!». Esta palavra de ordem está ainda válida neste momento. Graças a esta palavra de ordem, ainda ontem conversava com um camarada meu, muito dos quintais que vemos hoje com plantas de fruteira, foi devido àquele momento.

Desde já, não sei qual é o plano de intervenção do Ministério da Agricultura nesta questão. Neste momento, não sei qual é o plano de sensibilização que temos, para saber como levar essa mensagem aos pequenos, médios e grandes agricultores, para desde já se começar a plantar e prever os problemas que hão-de-vir no pós-coronavírus, porque a situação, aparentemente não é fácil de ser resolvida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, não quis usar a prerrogativa da declaração de voto, porque sabia que iria falar de seguida. O meu sentido de voto em abster-me é exactamente porque não concordo com a forma como este documento está para ser um anexo à proposta de lei. Sendo anexo, vai valer enquanto tal.

Porquê que não concordo, na minha modesta opinião? É porque o documento é muito vago, por isso mesmo o actor da proposta diz medidas indicativas. De facto, a forma vaga como está só pode ser indicativa.

No anexo deveria vir medidas mais detalhadas e mais concretas.

Na discussão que nós tivemos na Segunda-feira, na reunião da Comissão Permanente, fiz a proposta para nós termos aqui, hoje, os Srs. Ministros. Apoiei a aprovação da realização dessa reunião plenária, porque eu esperava que o Governo, hoje, iria trazer medidas mais concretas para fazer face a esta situação que nós vivemos. Não podia deixar de aceitar a realização desta reunião plenária. Eu tinha que a apoiar, porque o País precisa, a actividade económica precisa, os cidadãos precisam.

Agradeço o Sr. Ministro e a sua equipa, pelo esforço na apresentação deste documento, mas esperava algumas medidas mais concretas, para nós sabermos e aprovarmos aqui.

Se nós estamos a seguir as informações e a comunicação social dos outros países, concernente à covid, a questão da saúde já saiu da Sala.

Sr. Ministro da Saúde, estamos a seguir as medidas económicas que os governos estão a tomar.

Estamos a seguir em Cabo Verde, que é a nossa referência aqui na África.

Em Portugal, que é o país que normalmente é a nossa referência, o governo tomou medidas específicas, em matéria económica, de segurança social e de trabalho, dizendo mesmo: «reduzir para 66% aquelas situações de pessoas ou empresas que não têm actividade económica.», é uma medida concreta; «garantir o pagamento de salários em 30%, 40%, 50%», aquilo que for, são medidas concretas sobre o salário; «baixar a taxa ou isentar o pagamento do fornecimento de energia e água, num período de 3 meses».

Estou a dar exemplos concretos. Já que o Estado é sócio da CST, o pagamento de telefones, internet, quer dizer, medidas mais concretas. Isto sinceramente é o que eu estava à espera hoje, para nós debatermos, no sentido de ajudar.

Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, as minhas sinceras desculpas. É verdade que as situações vão-se alterando de momento para momento, mas essas medidas têm que ser concretas, depois poderão ser reavaliadas, se a implementação for favorável ou não. É isto sinceramente que eu esperava, por isso que eu havia dito aqui que, independentemente daquilo que o meu Grupo Parlamentar iria fazer, eu iria participar no debate, porque para mim seria uma incoerência política terrível não participar, depois daquilo que nós ouvimos na Segunda-feira, em reunião da Comissão Permanente.

E não é por causa da justificação do Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, que eu agradeço, sobre o porquê de os documentos chegarem tarde, que agora não vou participar no debate. Eu iria participar na mesma, porque não mudou nada. Não são necessárias 24 horas para se ler este documento. Não preciso de 24 horas para ler esse documento e participar no debate. Por isso, eu o li e tenho aqui algumas questões a trazer ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Eu estou a falar deste documento que serve de elementos indicativos, proposto pelo Líder do MLSTP/PSD. Diz o ponto 1. «Governo.

A. Geral, v) Apoio às empresas que demonstrem dificuldades, por conta da pandemia de COVID-19, através de incentivos fiscais, como estímulo à manutenção do emprego e não ao desemprego. »A minha pergunta concreta é: que estímulo?

«B. Sector da Saúde, ii) Disponibilização de medicamentos, reagentes e consumíveis hospitalares, para aumentar a capacidade de stock e responder às exigências neste período de contingência. » A quem e que instituições?

«C. Sector Empresarial em Geral». Eu tinha uma pergunta, mais já vi na parte final. Eu estava a perguntar, porque dizia no «C. Sector Empresarial em Geral, ii) Dispensa de juros de mora e outros acréscimos legais sobre dívidas fiscais e para-fiscais acumuladas durante o período do estado de emergência ou que tendo sido acumuladas com referência ao período anterior, e que sejam notificadas durante o estado de emergência. ».

Eu escrevi aqui dívidas bancárias, mas depois vi que estava na última página, « B. Medidas não convencionais a serem implementadas pelos bancos. » Eu reterei essa mesma pergunta.

Tinha outra questão, quanto ao sector do turismo, atribuição duma compensação monetária aos trabalhadores afectados. Qual? Qual é a percentagem? Essas medidas têm que ser claras, para as pessoas saberem. Qual é a percentagem? Tem-se que dizer, se é 10% ou 20%. Não tem que ser o valor, mas pelo menos em percentagem. Isso iria ajudar. Deixava de ser tão vago este documento, para fazer parte do texto como elemento indicativo.

Também já vi que quanto às empresas está na parte de trás, porque eu também pus, «e as empresas». Porque está aqui a dizer só, «aos trabalhadores». Mais também há o tecido empresarial económico, mas já vi que está na parte final do documento.

No sector informal, os desempregados poderão ser empregados na agricultura, pesca e saneamento do meio. Bom, eu fiquei na dúvida se aqui é que é o sector informal. Eu tenho muitas dúvidas se é, porque só fala sector informal, só fala de desempregados do trabalho agrícola. O sector de informal não é só isso, não abrange só isso.

Está aí o Sr. Secretário de Estado para o Comércio e o próprio Ministro das Finanças também sabe que de facto o que estamos a falar com o sector informal da nossa economia.

E daí eu perguntava, esse sector informal qual é a diferença com alínea e) ponto ii). Alínea e) ponto ii) fala da agricultura e pecuária, está aí o Sr. Ministro, no ponto ii) diz: «*Disponibilização de sementes, materiais e equipamentos e outros insumos para a agricultura*». Então, qual é a diferença deste ponto com o que está atrás, no Sector da agricultura?

Tinha outra questão, «*Administração pública indireta e empresarial*». E eu dizia que estava à espera de mais neste ponto, porque está a falar concretamente da EMAE, mas eu vi que o ponto está mais focado apenas na questão do pessoal que trabalha naquelas empresas. A preocupação do texto é mais para questão do despedimento do pessoal, tendo em conta a baixa de actividades. É o que está no texto. E a alínea a seguir, «introdução pela EMAE de mecanismos que possibilitem o pagamento de faturas, através da Internet». Quer dizer, eu estava à espera de ver o quê que a EMAE e o Governo têm para a população, que sai afectada com a falta de dinâmica económica. É essa a minha maior preocupação.

É verdade que devemos preocupar-nos com os funcionários que lá estão, se se vai reduzir o trabalho, como é que fica a questão dos funcionários que trabalham na EMAE, mas estou a falar da população em geral, com a questão de pagamento das faturas.

Depois, para terminar, Sr. Ministro, Proteção Social, apoio às pessoas carenciadas, aos doentes santomense e aos estudantes no exterior. Que apoios? Nós temos estudantes no exterior, apoios aos estudantes no exterior. Nós temos que dizer que o Governo vai enviar a esses estudantes uma verba. Se mandava 300 dólares, passará a ser 100 ou 50 dólares, não sei. Que apoio aos estudantes?

Nós temos situações dos nossos doentes em Portugal e com essa situação a coisa se complica. Então, por aqui só, apoio, apoio, apoio, não. O Governo deve, não tem que ser hoje, Sr. Ministro, mas de acordo com isto que cá está, dizer claramente ao País quais são as medidas concretas que vai adoptar, passar na comunicação social, para os jornalistas fazerem o seu trabalho devido, chamar o Ministro, como nós estamos a assistir lá fora, todos os dias, Ministro das Finanças, Ministro da Economia, Ministro de Trabalho, todos os dias na televisão, para explicar essas medidas económicas, que têm impacto nessa situação toda.

Então, é este o meu apoio, porque de facto a proposta é essa, está apenas algo indicativo, mas deve ser complementado não com isto. Na minha opinião, isto não serve. Precisa vir com medidas mais concretas, aquilo que o Governo vai adoptar, e não pode ser como o Sr. Ministro Wuando disse, de acordo com evolução, não. As medidas têm que ser concretas, depois podem ser alteradas, consoante a evolução da situação da pandemia que nós vivemos.

Para terminar mesmo, não podemos ser desonestos intelectualmente. Nós sabemos da nossa realidade económica, sabemos! Não é a Covid-19 que vai fazer milagres agora, que o dinheiro vai aparecer dum momento para outro. Não é! Independentemente de ser este Governo, podia ser outro, do ADI, do PCD, do MLSTP, outro governo qualquer. Não é a pandemia que nos vai fazer milagre agora para São Tomé e Príncipe. Por isso, o Governo, na sua comunicação, deve ser claro. Se há possibilidade de aperto, para facilitar algumas medidas substanciais devido à situação, há.

Já agora, eu não sei como é que está essa coisa de petróleo para as futuras gerações. Não há como, em casos excepcionais, ir busca? Estou a perguntar, porque não sei.

Não há um fundo de petróleo que fica na reserva dos Estados Unidos, qualquer coisa assim? Porque se o FMI disse para se perdoar dívidas, se temos aquele dinheiro lá, ninguém vai ficar chateado se pedirmos a essas instituições esse valor, para fazer face à nossa pandemia. Pandemia nossa mundial, mas que nos vai afectar. Mesmo que não entrou, vai afectar o tecido económico empresarial do País.

Por isso, é preciso também não mentir ao povo. O Governo não pode mentir nessa situação, que vai apoiar, vai apoiar com essas coisas. Mas vai apoiar com que dinheiro?

Então, o Governo tem que dizer se há dinheiro, se há essa margem orçamentar para, então é só essa margem e ponto final. Se há forma de ir buscar dinheiro, como o fundo de petróleo ou outros fundos que nós não sabemos se há, vai-se ver como ir buscar. Mas ninguém vai criticar o Governo, se há a possibilidade de ir buscar o dinheiro de petróleo, que estamos a usar o dinheiro de futuras gerações.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, boa tarde e muito obrigado.

É só para dizer também que o meu sentido de voto foi abstenção, porque desde o princípio eu não entendi que poderíamos considerar este documento como anexo a esta lei. Não fazia nenhum sentido, de facto.

Tendo em atenção também aquilo que dizia o Ministro e o que defendeu o Deputado, nós estamos de facto num período de emergência. Sendo o período de emergência, sempre foi necessário o Governo vir ao Parlamento.

Por isso, em termos de alterações que for necessário fazer, poder-se-á fazer. Estamos num período excepcional, a situação impõe, logo podemos vir para aqui sempre que for necessário.

Já que o documento foi adoptado como anexo, eu gostaria de dizer ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e ao Governo, de uma forma geral, que andei a vascular o documento e não vi cá o Sector da Educação. Não sei o que é que o Governo pretende fazer como medidas excepcionais para esse sector, ao nível do ensino. Porque dizia inicialmente que as crianças estão em casa. O que é que essas crianças estão a fazer em casa? É um aspecto.

Outro aspecto, ao nível das universidades, nós sabemos que os estudantes pagam propinas. Como é que se vai fazer com relação às propinas desses estudantes que não estão a ter aulas e que nem há alternativas?

Noutros países onde há condições, estão a ter aulas virtuais, não só nas universidades, mesmo no ensino secundário, mas nós aqui não temos essas condições.

Nesse caso, é preciso encontrarmos uma forma de ver como compensar esses alunos, sobretudo aqueles das universidades que pagam propinas, por um lado, como é que vai ser essa questão? Não estando cá, espero que o Governo esteja de facto a estudar uma forma de encontrar medidas compensatórias para esses estudantes universitários. Quem fala de estudante falará das próprias universidades. É algo que não está cá e é preciso vermos como é que poderemos acrescentar esses aspectos aqui neste documento considerado de anexo.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Há mais inscritos, mas o Ministro das Finanças pediu a palavra, se calhar vamos ouvi-lo, porque poderá ajudar a esclarecer algumas questões e diminuir, se calhar, as intervenções.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças, e Economia Azul: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo, muito boa tarde.

Sras. e Srs. Deputados, eu vou começar primeiro pela situação real do País.

A partir de 31 de Março, as nossas receitas correntes vão cair assustadoramente. Sempre foram provenientes dos direitos aduaneiros e da Direção dos Impostos, as duas áreas fundamentais da cobrança de receitas.

Sabemos que, perante este facto, estamos confinados e a nossa receita provinha fundamentalmente de importação de bens dos direitos aduaneiros, que vai cair assustadoramente. Então, não teremos recursos para suportar as nossas despesas correntes. Ponto aceite, mas precisamos sobreviver.

Este trabalho foi elaborado e nós não colocamos exactamente percentagens, porque estamos em negociações com os nossos parceiros e, após a confirmação, por isso é que nós dissemos que mandaríamos os relatórios mensais e, a partir daí, começaremos a publicar e a projetar as normas, em função da realidade. Porque o nosso povo, quando se diz 60% do seu salário, quer 60% do salário. E que não se venha com conversa amanhã, dizendo que não, não deu para 60%, porque foi prometido.

Nós já fizemos o estudo com os nossos parceiros, já definimos os tectos e dividimos por sector. A Administração Pública, enquanto estiver a funcionar, temos que suportar as despesas normais de salários.

Nós definimos o nosso processo, em duas vertentes: uma vertente de que tudo fica fechado, pode haver um caso aqui, pode haver confinamento, e não há hipótese de ninguém sair. Como é que vamos sobreviver? Fizemos uma estimativa que estamos a negociar com o parceiro.

Outra situação é, como nós estamos agora, não aparece nenhum caso, há sectores que fecham, porque a actividade tem a ver com exterior, nomeadamente o turismo, mas há sectores que vão funcionando. Como é que nós vamos resolver isso? Também temos um esboço neste sentido.

Por isso é que nós pedimos à Assembleia, e nós não nos ariscamos em fazer aquilo que os países fazem. Estão a falar porque têm recursos. Nós temos que falar quando a coisa estiver confirmada.

Acontece, porém, que há algumas despesas que, pela sua velocidade, não podem parar, têm que ser feitas.

Aqui está, segundo o Sr. Deputado Vice-Presidente, «Apoio às empresas que demostram dificuldades». Qual apoio? Nós, com a Segurança Social, há dois tipos de empresas. Há empresas que são formais, que pagam os seus direitos, e há empresas que não pagam nada à Segurança Social, que estão no informal. E essas que estão no formal, em função do tecto que nós definimos, primeiro para manter os trabalhadores. As empresas estão todas falidas e não vão conseguir pagar o salário aos trabalhadores. E nesse momento, como é que vai ser? Nós já definimos um tecto do salário mínimo nacional e do salário máximo nacional da grelha do regime geral. Como é que vai funcionar? Como nós estamos a negociar com os parceiros, nós não quisemos aqui colocar a percentagem que vamos dar.

O turismo, por exemplo, o sector hoteleiro já fechou as portas. Nós precisamos salvaguardar isto. E na nossa programação está como é que nós vamos resolver esta situação. Temos duas hipóteses. Temos a hipótese dos trabalhadores terem um valor mensal. E o quê que acontece? Nós não vamos dar aquilo que não temos. E, nesta possibilidade, em função daquilo que ele declarou à Segurança Social que recebia e em função da margem que nós criamos entre o salário base nacional e o salário base, o maior do regime geral, fizemos os cálculos com o apoio da Direção do Ministério de Trabalho, estamos a estimar os valores.

Já temos valores estimados, só que não podemos colocar, porque não sabemos qual é a percentagem com que o nosso parceiro nos vai ajudar. Por isso é que dissemos que apresentaremos relatórios mensais.

E mais, quanto à disponibilização de medicamentos, nós estamos a falar em reagentes e consumíveis hospitalares, estamos a falar da questão de comprarmos medicamentos, estamos confinados e precisamos comprar medicamentos, temos que alugar um avião, tudo isso está no processo que nós submetemos. Estamos a negociar com os nossos parceiros, para nos dizerem «ok, vamos dar-vos X». Em função desse X é que nós funcionaremos. Estamos a pedir, por isso é que fizemos duas coisas. Pedimos autorização, mas nos relatórios mensais constam.

Qual é a percentagem da atribuição da compensação remuneratória aos trabalhadores afectados? Na nossa Lei de Trabalho, não existe subsídios de desemprego. Não existindo subsídio de desemprego, todo nosso processo vai cair, mas no sistema de proteção social. Nós fizemos o cálculo e só usamos a expressão «remuneração compensatória», não podemos usar subsídio de desemprego, porque a Lei não permite.

Neste caso, também fizemos os cálculos, porque nós fizemos assim: a força activa do trabalho de São Tomé e Príncipe, de acordo com os dados, são 73 000. O sector da Administração Pública, nós somamos o da administração central, dos setores autónomos, e nós temos 14 325, e estimamos, nesta modalidade, 15 000 para o nosso parceiro, em termos de segurança.

O sector formal, dos dados que recebemos da Segurança Social, são vinte seis mil e pouco. A diferença nós colocamos no sector informal e, no sector informal, Sras. e Srs. Deputados, estão todos. Quem do turismo não está registado, está ali, *palaiês*, todos fazem parte do sector informal, que é a força activa.

Nós fizemos um levantamento, com ajuda do Ministério de Trabalho, com os dados que têm, podem não ser fiáveis, mas fizemos um cálculo, se essas pessoas não trabalham, do que que nós vamos dar, de 1100 a 4 400 dobras, e também fizemos as distribuições. Mas só que estamos a fazer uma análise, sem termos a certeza de quanto é que o parceiro nos vai dar. Quando o parceiro confirmar quanto é que nos vai dar é que saberemos qual é a percentagem que vamos aplicar a cada um dos beneficiários.

Relativamente ao sector informal, que se fala em desempregados contra a prestação de trabalho, o que está aqui é uma filosofia que nós queremos utilizar, para ver se nós podemos formalizar muito mais esse sector informal. Pode ser uma oportunidade para o efeito. Alguém que trabalha no sector informal que fechou as portas vai beneficiar dum apoio que o Estado vai dar, vamos supor um salário mínimo. Nós estaremos numa situação de dificuldade terrível. Não podemos usar essa força de trabalho para a agricultura? Nós não podemos usar essa força de trabalho para o saneamento básico? O objetivo nosso é este, para não dar o valor só de graça. Para a pessoa fazer alguma coisa, caso seja necessário e possível. Então, o que está cá, apoio aos desempregados contra a prestação de trabalho, são essas pessoas que vêm do sector informal, que nós queremos aproveitar essa força de trabalho, se a agricultura estiver a precisar de mão-de-obra, para produzirmos localmente. Temos que partir da hipótese que podemos chegar ao ponto de nos alimentarmos só com produtos locais, quase. Então, temos que imaginar isso.

**Uma voz:** — É difícil.

*Murmúrios.*

**O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças, e Economia Azul:** — Difícil, mas nós temos que o projectar.

É justamente por isso que estamos a falar de apoio e não estamos a colocar a percentagem. Sabemos que se colocarmos a percentagem aqui, cada um vai dizer «eu vou receber 60% do salário, 70% do salário, 50% do salário. Se nós não dermos essa percentagem, a pressão será maior. O que nós dissermos terá que ser o que vamos dar, e não podemos vacilar neste momento.

Apoio aos doentes são-tomenses no exterior e aos estudantes. Sras. e Srs. Deputados, o País tem muita dívida com os estudantes que estão lá fora e os doentes. Não é porque não quer, é porque não tem condições. No nosso projecto, o que estamos a negociar com os nossos parceiros é pagarmos os estudantes e os doentes regularmente. Porquê? Estão em países em que não podem sair, estão fechados em casa, precisam obrigatoriamente de dinheiro. Os nossos doentes, fundamentalmente em Portugal, correm dois riscos. O risco de sentirem-se mal e não conseguirem ir ao hospital, porque não têm como ir ao hospital, e o risco de irem ao hospital, e já sabemos o que pode acontecer. Então, precisam de recursos, pelo menos durante essa fase crítica, para poderem adquirir medicamentos e comprar alimentos, sem grandes sobressaltos.

Pusemos a palavra apoio, porque estamos a negociar com os nossos parceiros, e a nossa proposta é pagar regularmente. Se pusermos aqui que vamos pagar aos nossos doentes regularmente o valor x, depois os parceiros disserem não, estão a dar 100, só 50. Então, vamos dar só 50 e aqui vão dizer que prometemos x e não demos, porquê?

Se notarem outros países, mesmo Portugal, muitas vezes tomam uma decisão de manhã, a tarde tomam outra, porque existe alguma flexibilidade. Se não existir flexibilidade, não há como. Mas estamos a falar de países que têm recursos próprios, não é o nosso caso.

Quanto aos impostos, incentivos fiscais, como somos um país pobre, não dissemos às pessoas para não pagarem os impostos. Flexibilizamos. Quem tiver condições de pagar os impostos, paga os seus impostos.

Quem não tiver, porque há um trabalho que estamos a fazer, no momento não será cobrado o juro de mora, neste período crítico. Esta dívida será reequacionada após a crise, propusemos que os bancos comerciais não penhem os bens das pessoas nesta fase crítica, por não pagarem as prestações, e, quanto aos impostos, flexibilizamos. Se eu não o imposto, a Direcção dos Impostos cobra o juro de mora. Neste período, não se cobrará juros de mora, mas a dívida não é anulada. Tenho dívida com o Estado, ok, mas neste período não posso pagar e tenho o benefício de não sofrer o juro de mora, para acrescentar a minha dívida. Após isso terei que regularizar, estabelecendo um critério ou modalidade de pagamento. Para isso também já temos mais ou menos um procedimento de como resolver.

O que pedimos? Estamos a pedir à Assembleia Nacional que cada sector, em função das circunstâncias, vai pronunciar-se, de certeza absoluta. Criando uma equipa para fazer esse trabalho, obrigatoriamente tínhamos que estimar valores, mas porque não temos recursos para estes valores, estamos a negociar com o FMI, o Banco Mundial e outros parceiros. Não seria de todo prudente chegarmos aqui e dizer que vamos dar 60% do salário. Entraria num clima muito forte.

Até hoje, que estamos a falar, a despesa com o pessoal da Administração Pública toda está resolvida. O nosso problema é a partir de Abril e estamos a trabalhar, a todo gás, para isso.

Quanto ao crédito das empresas, o Banco Central já tomou algumas decisões que não queríamos que saísse à rua antes de a Assembleia pronunciar-se sobre aquilo que solicitamos, porque a partir daí vamos começar, quase todos os dias, em função dos sectores, da realidade com os nossos parceiros, a fazer sair medidas concretas e relatórios mensais à Assembleia Nacional. Foi mais ou menos isso que programarmos.

Também quero dizer ao Sr. Deputado Felisberto Afonso que o assunto da Estrada n.º1 não tem nada a ver com o Ministro das Finanças, foi o Banco Mundial que estipulou.

Acredito que o Distrito de Lobata é autossuficiente, e o Sr. Deputado sabe disso, em tudo.

**O Sr. Presidente:** — Temos nove inscritos e vamos esgotar o tempo que cada um tem disponível. Tem palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

**O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD):** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Gostaria de focar dois momentos em relação a essas medidas. Um momento que é no decorrer do plano de emergência e outro que é realmente após o plano de emergência.

Pude prestar atenção aqui sobre algumas medidas, confesso que o que me chamou atenção tem a ver com o sector hoteleiro e da restauração. Receio as consequências com o fechamento do País em termos de presença de turistas, porque, se não estou em erro, Sr. Ministro das Finanças, são quase 30% a contribuição do sector turístico para o nosso Orçamento. Não podemos, de forma alguma, distrair-nos em relação a isso. Neste sector há muitos chefes de famílias que correm sérios riscos de não ter como garantir a alimentação da sua família e honrar outros compromissos que advém da sua vida quotidiana. Daí que era importante prestar atenção e ver concretamente o que o Governo propõe para este sector.

A proposta de abertura de uma linha de crédito agrada-me, entretanto, acho que uma das condições necessárias para concorrer a essa linha de crédito seria garantia de não despedimento. Acho que era importante, nestas horas, o sector empresarial ser mais criativo. Acompanhamos, pela comunica social, como é que alguns sectores ligados à hotelaria e turismo têm feito. Quem era só da restauração começou a preparar e entregar directamente nas residências *take away*, ou seja, tem-se que inovar, tem-se que encontrar soluções que se adaptem ao momento, mas acho que a garantia do não despedimento deveria ser uma das condições para acesso a essa linha de crédito, independentemente de outras benesses.

Chamou-me atenção também a preocupação com os idosos. Sofrem duas vezes, é o grupo de risco, entretanto, a protecção social, creio eu, tem uma estratégia de, em cada 3 meses, libertar o subsídio de alguns idosos. Acho que o Governo deveria encontrar uma forma de ser mensalmente, para que esses idosos tenham sempre o valor, que já é muito pequeno, disponível mensalmente, e nunca deixar acumular.

Tem outros aspectos aqui, mas não vou entrar em detalhes, porque estou a ser condenado pelo tempo, creio que outros colegas quererão falar também, mas permitam-me falar sobre o período pós-emergência, aposta na produção interna, agricultura.

O Sr. Ministro da Agricultura está cá, depois vai nos explicar o que tem em carteira, mas gostaria de chamar atenção ao Governo, mãos duras para com as pessoas que roubam nos lotes, nas parcelas agrícolas! Não tem como o cidadão gastar o seu tempo produzindo e o outro estar ali à espera para, quando estiver no bom momento, ir lá buscar. Não pode! Tem-se que ter mão pesada mesmo!

Recentemente, ouvi na Radio Nacional um agricultor que reclamava isso. Como se põe na cadeia quem rouba dinheiro, quem desvia bens do Estado e aquela que rouba na parcela agrícola, 2 dias depois está solto? Não pode! É o momento de botar mão pesada nisso, para evitar e desaconselhar essa prática, porque, verdade seja dita, grande parte das pessoas que roubam nas parcelas agrícolas são pessoas com força de trabalho. Têm que trabalhar!

Era essa a contribuição que gostaria de trazer.

**O Sr. Presidente:** — Tem palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

**O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Caros Deputados, boa tarde.

Durante a manhã e mesmo esta tarde estamos a debater uma série de assuntos que considero essenciais e com a sua explicação o Sr. Ministro das Finanças debelou algumas dúvidas que eu tinha, mas quero felicitá-lo pelo trabalho. Não é fácil, neste período, fazer esta listagem objectiva dos assuntos a ter em conta, face ao momento actual que atravessamos.

Estou de acordo com os colegas meus que disseram que é necessário ter as estatísticas, conjunto de dados precisos, aliás isto é motivo para cada dia incentivarmos os sectores, exigirmos dos sectores que têm pessoas que trabalham em dados estatísticos, para os aprimorarem, para terem todo esse conjunto de informações que facilitem o Governo, neste tipo de situações.

Este é o momento de nós todos pormos as mãos, porque é fundamental criarmos todas as condições e munirmos o Governo desse instrumento fundamental, que é este documento que estamos a discutir.

Eu pude ver que se visita uma série de sectores. Agora mais do que nunca já estamos a verificar a importância vital, por exemplo, da agricultura. Temos acompanhado uma campanha que o Ministério da Agricultura, na pessoa do Sr. Ministro, tem estado a fazer. Se continuarmos com a agricultura, se continuarmos com a produção agropecuária, é importantíssimo para a nossa própria subsistência. E mais, agora que estamos no período excepcional, é necessário que criemos todas as condições, para avançarmos bem e de uma forma organizada e certeira, porque só assim conseguiremos ultrapassar todas essas questões.

No caso de medicamentos, quando o Sr. Ministro da Saúde esteve cá, e mesmo algumas intervenções mostraram que é preciso um conjunto de instrumentos, melhorar os postos sanitários, melhorar um conjunto de questões, mas para isso o Governo tem que ter uma mão aberta, livre para poder avançar. Neste caso, estou plenamente de acordo que, com relatórios periódicos, poderemos avançar.

O Sr. Presidente: — Tem palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, fico feliz vendo o semblante do Sr. Presidente e outros Deputados ao concordarem com alguns Deputados, sobretudo os da minha Bancada, quanto à necessidade de termos um documento à altura. Porquê? É verdade que se pode ler este documento em 1, 2 horas, não é o caso, mas um trabalho de equipa, para analisar, estruturar ideias e estarmos em consenso, para facilitar a nossa tomada de decisão, é sempre importante. Portanto, o trabalho de equipa é muito importante, por isso reivindicávamos sempre essa documentação.

Ultrapassado isso e a questão técnica e a jurídica, concordo que alguns aspectos deveriam ser mais precisos. O Sr. Ministro fala do sector informal, mas no documento não está devidamente claro quais são as ajudas ao sector informal, e era necessário especificar também. Não se está a falar do valor, a quantidade que se vai dar, mas é necessário que nessas medidas pudessem estar explícitos alguns elementos do sector informal que poderiam ser abrangidos. Dizer a população em geral, é muito genérico.

Falou aqui alguém e bem, hoje, na questão de prevenção, muitos jovens e, de uma forma geral, a população são-tomense, consomem muito as redes sociais, nomeadamente o facebook, mas tem custos. Daí que, sendo a CST uma Companhia com participação do Estado são-tomense, por que não oferecer 50 dobras de saldo uma vez por mês, que são 2 euros? Não só a CST como a UNITEL, todas as companhias telefónicas que usam esse serviço, para facilitar que as pessoas tenham acesso a informação também, e não só por meio da rádio e da televisão.

Falou-se da saúde, implementação do plano de contingência, disponibilização de materiais, reagentes, consumíveis hospitalares. Estamos a ver do ponto de vista curativo, e preventivo? Do ponto de vista de prevenção, queria pedir ao Governo para ajudar também o sector privado, nomeadamente as farmácias. No mercado há o álcool a 96 e 100 graus, quando o aconselhamento é álcool a 70 graus. Como se pode conciliar e apoiar?

Tenho outras questões, mas vou deixar para os meus colegas poderem intervir. Poderei fazê-las por escrito.

O Sr. Presidente: — Seja bem-vindo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, quando recebi a convocatória, depois recebi esses documentos, e a convocatória fala de medidas orçamentais para fazer face às despesas provocadas durante o período de estado de emergência, fiquei baralhado. Esperava que, dentro dessas medidas orçamentais, viesse uma proposta com as medidas que iríamos tomar dentro do Orçamento já aprovado pela Assembleia, reafectação, restrição de despesa.

Em alguns países, até no programa de investimento público tem sido restringido, anulado alguns investimentos, para fazer face à crise. Eu esperava que o Governo trouxesse uma proposta, ao nível do Orçamento que já está aprovado, do que podemos fazer para reafectar algumas verbas, algumas questões de aspecto concreto, como muitos Deputados já disseram aqui.

Outra questão é dizer ao Sr. Ministro que temos que aproveitar os recursos internos que temos. A proposta de medidas que temos são gerais, medidas para agora e para o pós-Covid-19, que não sabemos quando vai ser. Deveria ser uma medida concreta para esta fase.

No sector do Turismo, por exemplo, não sei qual é o volume de receita que tem, não conheço; não sei qual é o volume do fundo das Pescas que existe para apoio aos pescadores; no Ministério da Justiça, o cofre da Justiça, com tanta cobrança que se fez, tantos emolumentos, não sei quanto é que tem. É preciso que o Ministro das Finanças vá a esses fundos autónomos buscar algum dinheiro, para fazer face às despesas que temos que fazer nesta fase. O que está cá são medidas gerais.

Quando o Sr. Ministro vem com o problema de governação electrónica, já temos um projecto de governação electrónica há muitos anos, nunca mais acaba. Vem outra vez negociar com parceiros o projecto de governação electrónica? Não! Vamos para medidas concretas.

No âmbito do turismo, sei e algumas pessoas disseram-me, o Grupo Pestana tem mandado o pessoal para casa, com férias obrigatórias, por um período de 2 meses, com garantias de salários pagos.

O Ministério do Turismo deveria encarregar-se de avaliar o impacto que terá no Sector do Turismo, aí sim, aconselho o Sr. Ministro, porque nesta área os parceiros podem estar sensíveis em apoiar, porque é a área mais afectada neste momento. A partir das 17, 18 horas, não há mais nada. Os restaurantes já fecharam quase todos. Há uma necessidade de encontrarmos compensação social, porque os fundos não podem servir só para pagar viagens, pintar os ministérios, comprar móveis, pneus para carros. Não! Neste momento, têm que servir também para essas coisas.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

**O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, com o estado de emergência, naturalmente estamos metidos num pequeno confinamento, porquê? Porque a nossa circulação é mais limitada, temos menos acesso aos espaços, ou não temos mesmo. O Sr. Deputado falou aqui em jogar à carta, em condições normais também não devemos, nessas mesmas de  $1m^2$ , porque estamos todos uns ao lado doutros, é verdade. E aumenta, Sr. Ministro das Finanças, consideravelmente o consumo nas nossas casas.

Dai que quero trazer propostas muito concretas. Ao aumentarmos o consumo nas nossas casas, precisamos de ter maior disponibilidade financeira. Como? Precisamos de repensar como pagar a energia. Que o Estado encontre uma forma de, enquanto durar esse tempo, e não é durar o estado de emergência, porque estamos aqui a falar do estado de emergência, que pode acabar nos próximos 15 dias, mas a situação não se reestabelecerá com o fim do estado de emergência. Vamos, de certeza, continuar com o espaço aéreo fechado e essa coisa toda. Logo, a situação económica continuará bastante complicada e as nossas vidas também.

Portanto, o pagamento de água e energia tem que ser repensado no período de confinamento, permitam-me a expressão.

As prestações bancárias, não é só das pessoas que directamente serão afectadas com o desemprego ou não. Todos nós, perante o confinamento, de sairmos menos de casa, de poder estar menos tempo com os amigos, vamos ter maior consumo nas nossas casas, e é preciso ter o poder de compra. Com os miúdos em casa, não vão à escola, aumenta a vontade de comer a cada segundo.

Terceiro aspecto, a CST e a UNITEL podem partilhar, de acordo com a proposta do Governo, para propostas muito concretas, manter hoje o que são os carregamentos, porque como sabem, estando mais confinados navega-se mais, consome-se mais Internet. Estou querendo entrar na especialidade, mas não é, proponho que as companhias mantenham os valores de recarga, mas que dobrem os gigas, criem bónus em dobro, para possibilitar que as pessoas possam estar mais tempo a navegar, pelo menos passa o tempo.

Sr. Ministro, temos ainda um paradoxal. Temos sãotomenses residentes em São Tomé que estão retidos no estrangeiro, muitos que trabalham para o Estado e outros não. Como será a vida desse pessoal, a situação desses conterrâneos, o salário deles, para os que trabalham para o Estado? E os que não trabalham para o Estado, o que vai acontecer? Foram para regressar, fechou-se o espaço, quando é que se vai abrir? Como é que vão viver por lá? Precisamos também ter esses assuntos em atenção.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

**O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD):** — Primeiramente é para me alinhar na perspectiva de análise que apontou o Sr. Deputado Levy Nazaré, porque efectivamente essas medidas que nos são propostas, analisadas, são despesas e é necessário termos o conhecimento daquilo que chamo de contrapeso das receitas, para sustentar essas despesas.

O Sr. Ministro brindou-nos com informações de que efectivamente está a trabalhar também nessa direcção, mas acho que é de tranquilizar que a preocupação já está na forja, está sendo trabalhada, mas acho que essa frente de captação de receitas precisa de muito dinamismo e de muito conhecimento do meio, precisa de alguém para pilotar, e essa pessoa tem que ter dinamismo, conhecimento, experiência e maturidade, para poder efectivamente saber onde estão esses meios e como caminhar, para os trazer rapidamente, com a urgência que a situação exige.

A minha recomendação é que o Governo tome isso em consideração e que encontre efetivamente o perfil que mais se enquadre na conduzir desse processo.

Também gostaria de felicitar o Governo, porque nós temos valores neste país, e esses valores emergem dos principais equilíbrios que conseguimos estabelecer aqui, e exigem de nós dois princípios: o princípio da segurança, é isso que vamos à procura com o estado de emergência sanitária, neste momento, mas também é o princípio da defesa, do respeito dos direitos. E é nisto que eu me alinho, equilibrar a segurança com os direitos das pessoas. Todos temos o direito de segurança, mas todos temos também direitos aos direitos. É o equilíbrio e a associação desses dois que eu vejo na elaboração desse trabalho. As dificuldades estão a surgir, o Governo tem uma função de interesse e proteção geral, vai à procura dos meios e das condições, para salvaguardar os direitos das pessoas, sem perder de vista a segurança de todos nós. Essa segurança exige uma associação equilibrada entre duas forças. Força da segurança pública e a força da defesa, respeitando sempre os direitos das pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Eu peço a palavra, porque estive a ler o documento e é só uma chamada de atenção.

Aqueles que são tão ligados à área da Educação já falaram, é a questão dos meninos que estão em casa neste momento, porque se fechou as escolas, mas falaram mais na parte educativa em si e venho falar mais das refeições que foram suspensas, porque as escolas estão fechadas, e os meninos não vão para escola. Temos muitos meninos que dependem daquelas refeições que eram servidas nas escolas. Neste plano não vejo nada, nenhuma orientação que nos leve a dizer que podemos preservar aquelas crianças ou a preparação de refeições para aquelas crianças, cujos problemas são bastante acentuados. Não consta no documento que foi apresentado. Eu gostaria que prestassem atenção a isto também na fase da elaboração do documento, porque sabemos que muitas crianças mesmo, segundo informações são cerca de 55 500 de refeições diárias que forneciam. Portanto, agora todas essas crianças estão confinadas em casa, nos quintais ou nos bairros, em brincadeiras, e os pais também não têm muitos recursos para poder dar-lhes o pequeno-almoço, almoço e jantar.

Eu gostaria de chamar atenção ao Governo neste sentido.

O Sr. Presidente: — Já não temos mais inscritos, então, passo a palavra ao Sr. Ministro da Agricultura, para depois analisarmos a questão e submetermos o projeto à votação.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas** (Francisco Ramos): — Sr. Presidente e o corpo directivo, Srs. Deputados, muito boa tarde.

Tenho pouco tempo para aquilo que eu gostaria de falar, mas vou tentar resumir.

O documento ora apresentado foi de uma forma sintética, pois é um documento do Governo, onde todos os ministérios fizeram o seu plano de contingência. Logo, poupou-se os Deputados e, ao se poupar os Deputados, surgem enumeras questões, que estão em todo o documento. A crise é igualzinha a moeda. A moeda tem duas faces. Agora estamos na face má, mas esta face má tem outra face que nos permite também ver quem somos, a onde é que estamos e o que é que temos que fazer, para continuarmos a viver.

As pessoas ainda não se consciencializaram de agricultura neste país é a maior. Esta é uma oportunidade para nós podermos refletir que agricultura é a maior. E posso garantir-vos que, mais cedo ou mais tarde, a agricultura é que vai cobrir as despesas, através de receitas de todos os outros ministérios.

Num país tão vulnerável como São Tomé e Príncipe, nós temos uma economia que depende da importação, logo, a nossa segurança alimentar está em risco.

Para dizer-vos com sinceridade, talvez o XVII Governo previu que podia haver esta crise. É assim que negociámos o COMPRAN, em que está tudo que nós projetamos, que é um dia viver do consumo interno. Mas é verdade que o coronavírus nos antecipou e nós não pudemos, primeiramente, pôr em evidência o nosso projecto, para a evolução económica de São Tomé e Príncipe.

Vamos arrancar com uma campanha, ainda não temos o slogan, estamos com vários em cima da mesa, mas o objectivo vai ser plantar e transformar, para podermos dar de comer à nossa população, o que tem que ser feito.

Concernente a estratégias, reunimos e conseguimos fazer plataforma entre os parceiros agrícola e estamos a ser assessorados pelo Sistema das Nações Unidas, a FAO e o FIDA.

Em jeito de informação, é verdade que temos que garantir também aqueles que vão produzir. Logo, o Governo aprovou um decreto para a criação de postos de controlo obrigatório, que vão estar inseridos em caminhos, posso dizer, únicas passagens, e todas as viaturas e pessoas deverão ser vistoriadas, porque o furto tem causado desânimo, tem causado grande impedimento no desenvolvimento da agricultura e pecuária neste país.

Temos que mudar também algumas atitudes. Há pessoas que fazem o transpasso falso. Transpasso falso significa o quê? Vendem os seus respetivos lotes, quando receberam lotes gratuitamente. Uma vez que não gostariam de continuar o usufruto desses lotes, deviam entregar ao dono, mas não o fazem. Muitos recebem e vendem, entre aspas, aquilo que não os pertence. Nessa conjuntura, temos que mudar também a forma como as terras foram entregues. Nós temos áreas de cultivo hortícola e alimentar, que neste

momento já são parceladas, e vamos trabalhar no sentido de agrupar essas parcelas, de forma a podermos dar mais apoios em termos de irrigação e máquinas para o tratamento das parcelas, e melhorar o cultivo de hortícolas em estufas. Fizemos um exercício e vimos que é possível, tivemos em Janeiro o quilo do tomate a 5 dobras e toda gente viu. A partir daí, os agricultores começaram a ir ao Ministério da Agricultura, porque não temos mercado, não temos mercado. Não! Nós temos muito mercado em São Tomé. O tomate a 5 dobras podia exigir a sua transformação em insumo. Imaginam, como disse aqui alguém, nós temos 55 000 crianças, isto já é um grande mercado.

Também já estamos a fazer o exercício de produzir pão através de produtos locais. Já fazemos o pão com as farinhas de mandioca, de fruta, de banana e de matabala.

Como já me fazem sinal, é verdade que o tempo é muito curto, no entanto, o sector de pesquisa vai ter que acelerar a sua actividade.

Para dizer também que os agricultores, todos juntos, são um banco. Nós temos 12 000 agricultores e, se fizermos uma poupança de 100 dobras por mês, teremos por volta de 1 200 000 00 (um milhão e duzentas mil dobras), equivalente a 50 000 euros. Isso é uma poupança. Qualquer dia temos que contar com os nossos próprios recursos. As terras foram divididas há cerca de 25 anos, quer dizer que teríamos uma poupança de 1 500 000 00 (um milhão e quinhentos mil euros), que podia estar na sua rotatividade, para desenvolver a economia.

No entanto, apelamos também à pessoas, para não invadirem as parcelas dos outros. Estamos contra essa prática, não a apoiamos. Estamos a ver que, ultimamente, tem havido a prática de invasão das parcelas, portanto, há um sector competente que distribui terras, que é o Ministério da Agricultura, e não acolhemos essa prática má.

No entanto, fizemos ultimamente o levantamento do que temos como produto alimentar e chegamos à conclusão de que, pelo menos para os próximos 6 meses, teremos comida localmente, e estamos agora a fazer um levantamento nas parcelas.

Portanto, como vêm, o meu tempo acabou, mas eu quero dizer-vos que, embora os técnicos da Agricultura sejam os que muito mal recebem, ainda nos confrontamos com a ausência de quadros capacitados.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro da Agricultura.

Temos apenas 2 minutos e há dois membros do Governo que querem intervir.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro do Plano, Finanças e Economia Azul: — Sr. Presidente, gostaríamos de solicitar a colaboração das Sras. e Srs. Deputados, relativamente ao momento em que vivemos, porque temos o nosso foco em salvar vidas, salvar o emprego e rendimentos e garantir medidas e apoio social de maneira sustentável. E para isso nós gostaríamos de contar com as contribuições das Sras. e Srs. Deputados, para nos enviarem, como forma de melhorarmos ainda mais o nosso trabalho, porque queremos que seja um trabalho único.

Sr. Deputado Arlindo Ramos, tem razão, porque nós contabilizamos todos recursos. Neste estado de emergência, já definimos prioridades e todo o recurso financeiro do Estado está disponível, seja em que conta for. E nós temos que resolver o problema de prioridades. Só isso é que eu queria dizer.

Nesta fase de emergência não trouxemos proposta de alteração ao Orçamento, pela própria incerteza, mas após terminar isto teremos que apresentar, é claro, um orçamento rectificativo face à realidade. Por isso, mensalmente, vamos ter que apresentar relatórios de conta de tudo que será feito em relação a este período, que é mesmo de emergência.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Já não há mais inscritos, vamos submeter a proposta de lei à votação, na generalidade. Peço os Serviços para fazerem a distribuição dos boletins. Têm 2 minutos para a distribuição.

O Sr. Secretário (Eláckio da Marta): — Sr. Presidente, a Deputada Alda pediu a palavra.

O Sr. Presidente: — Já não temos tempo.

Façam a distribuição dos boletins.

É que no período de votação não pode haver movimentos na Sala, muito menos dos funcionários.

*Pausa para a distribuição dos boletins e votação.*

O Sr. Presidente: — Medidas sanitárias extraordinárias para o combate à Covid-19. Já ouvimos várias intervenções, vamos submeter a proposta de lei à votação, na generalidade.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com 48 votos a favor.*

Vamos passar à analisar na especialidade. Recebemos um requerimento subscrito por 5 Srs. Deputados, que requerem que se avoque ao Plenário a votação na especialidade. Portanto, os Srs. Deputados Danilo Santos, Filomena Monteiro, Aérton do Rosário, Cristina Dias e António Barros.

Vamos submeter o requerimento à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 48 votos a favor.*

Vamos analisar a proposta de lei na especialidade, começando pelo preâmbulo. Alguma proposta de emenda, correcção?

Não havendo, passemos à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Artigo 1º. Proposta de correcção ou emenda?

Sr. Deputado Abnildo, aqui também há uma questão, temos que saber se isto é para durante o período de emergência. É que não há período de emergência, há o estado de emergência. O período de contingência é para mais além.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira**: — Neste artigo 1º vem o parágrafo único, e nós adoptámos aqui o documento para que possa constar um anexo. A minha proposta seria que este parágrafo único seria o ponto 1 e acrescentar um ponto 2: «Fazem parte também da presente Lei o documento em anexo».

O Sr. **Presidente**: — Há uma proposta de introdução. O parágrafo único passará a ser ponto 1 e introdução de um segundo ponto, com que redacção, Sr. Líder?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Ponto 2: «Faz parte da presente Lei o documento em anexo». Portanto, as correcções foram feitas.

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim. «Faz parte da presente Lei as medidas indicativas constantes...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — «...do documento em anexo».

O Sr. **Presidente**: — Há uma proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — Relativamente ao artigo 1º, Objecto, tenho algumas dúvidas, relativamente à última parte do artigo, quando se refere apenas às medidas durante o período de emergência.

O Sr. **Presidente**: — Durante o período de contingência.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — Ah, obrigado, porque esse período de contingência não está definido de forma estanque.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, é o artigo 2º. Pensei que já estivéssemos...

O Sr. **Presidente**: — Não, estamos a analisar o artigo 1º, com uma proposta de aditamento do ponto 2. Alguma reacção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — É para discordar da proposta feita pelo Deputado Abnildo, até porque eu não considero que neste documento estejam já detalhadas as medidas que o Governo vai tomar. Por isso é que, no próprio artigo 1º, objecto, já especifica quais são as medidas, em termos gerais, daquilo que o Governo vai fazer. O que se precisa, depois, se calhar, é submeter à Assembleia detalhes de cada medida, por sector.

Por isso, julgo desnecessário colocar um ponto 2, neste primeiro artigo.

O Sr. **Presidente**: — Há uma proposta de aditamento e o Deputado contraria.

Mais reacções? Estamos a analisar o artigo 1º.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — Presidente, é só para lembrar que nós já tínhamos adoptado este documento como anexo à proposta de lei, enquanto documento indicativo. Só que o nosso Deputado Aérton do Rosário estava ausente da Sala. Portanto, já tínhamos votado o documento, como anexo à proposta de lei.

O Sr. Presidente: — Portanto, o Sr. Deputado Aérton retira?

Muito obrigado.

Vamos submeter o artigo 1.º à votação, com a emenda introduzida. Neste caso, aditamento. Todos entenderam?

O parágrafo único passa a ser o ponto 1 e o ponto 2, que foi proposto pelo Líder Parlamentar do ADI, seria: «Faz parte da presente Lei as medidas indicativas constantes no anexo».

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — É só para dizer que o ponto 1 passa a ser: contingência e não emergência. Não é isso?

O Sr. Presidente: — Sim, sim. Já foi substituído. Também é uma correção. Durante o período de contingência e não durante o período de emergência.

Podemos submeter à votação, com as alterações introduzidas?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Tenho só uma dúvida que eu gostaria que me esclarecessem. O artigo 1.º é objecto, não é?

O Sr. Presidente: — Sim.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — É o objecto que define a Lei. Portanto, eu não sei, no artigo 1.º, devíamos ter esse 2.º ponto proposto. Podíamos, talvez, encontrar uma disposição transitória, ou qualquer outra coisa que pudesse fazer referência ao anexo à Lei.

O Sr. Presidente: — Também tinha a mesma dúvida. Ainda bem! Portanto, podemos incluir um artigo 3.º, disposição transitória.

Concorda, Sr. Deputado, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD?

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu convivo com a arrumação que se fez, mas só que tenho dificuldades em perceber por que é que esse anexo estaria contido numa disposição transitória.

O Sr. Presidente: — Ou um artigo normal.

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — A não ser que seja um artigo normal. Agora, o título para este artigo, também não estou a ver agora.

Uma voz: — Parte integrante.

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — Está aí uma proposta que eu acho que seria acolhida.

O Sr. Presidente: — O artigo 3.º seria «parte integrante»?

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — «Parte integrante da presente Lei».

O Sr. Presidente: — Epígrafe. Então, depois do artigo 2.º, vamos chegar aí.

Sr. Deputado Arlindo Ramos, convive com a proposta?

Muito bem.

Vamos submeter à votação o artigo 1.º, tal como vinha na iniciativa inicial, com alteração apenas da palavra contingência, que substitui a palavra emergência.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Artigo 2.º, fiscalização e controlo. Aí temos, de acordo com a Lei de Legística, pôr os verbos todos no presente e não no futuro. Portanto, no número 2: «O relatório previsto no número anterior deve...» e não deverá.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Era só para propor que a sugestão feita pelo Líder Parlamentar do ADI, que seria o ponto 2 do artigo 1.º, que passasse a ser o artigo 2.º e o 2.º passasse ao 3.º. é uma sugestão.

O Sr. **Presidente**: — Uma sugestão. Portanto, o artigo 2.º seria «parte integrante» e artigo 3.º «fiscalização e controlo»? É esta a sugestão? Portanto, também não levanta grande questão.

Alguma reacção?

Não sendo o caso, então, estamos a analisar o novo artigo 2.º «parte integrante».

«Faz parte da presente Lei as medidas indicativas constantes no anexo». Alguma reacção?

Vamos submeter à votação o novo artigo 2.º.

*Submetido à votação, foi aprovado com 48 votos a favor e 1 abstenção.*

Agora, o novo artigo 3.º, fiscalização e controlo, com a redacção do anterior artigo 2.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, é só para não concordar com o *timing* que o Governo pede para apresentar o relatório a esta augusta Assembleia. Eu entendo que, sendo um momento de emergência e contingência, o Governo devia apresentar o relatório, semanal e não mensalmente. Assim, nós iríamos ficar à espera de 1 mês inteiro. O que é que diremos aos nossos concidadãos? Quer dizer, é muito tempo para um período de emergência. É uma fiscalização muito demorada. Nós precisamos fiscalizar o Governo nesta altura do campeonato, nesta altura de emergência, de estado crítico da saúde e da economia, que mexe com a situação social.

Se possível, diariamente! Não sendo este o caso, por causa também das dificuldades que o Governo possa ter, pelo menos que esse relatório fosse apresentado numa semana e, *quiçá*, se fosse mesmo possível, chamar o Governo, semanalmente, durante este tempo de contingência, de forma que pudesse explicar e dar esclarecimentos daquilo que está a acontecer, não só em termos das actividades sanitárias, como também em termos das actividades económicas e sociais.

O Sr. **Presidente**: — Há uma proposta, mas o próprio Deputado, se calhar, fez uma boa sugestão. Não é exequível o Governo apresentar relatórios semanais. No entanto, nada impede que se chame o Governo, semanal ou quinzenal, durante este período, mas que o relatório fosse mesmo mensal. No entanto, há duas reacções.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Concordo com a proposta de apresentação mensal, mas acho que deveria deixar claro «procedido de um debate», não só entregar o relatório, porque entregar o relatório, o Governo vem, entrega e vai-se embora. Não! Temos que discutir. Logo, eu gostaria de acrescentar que, nessa entrega, depois o Ministro tem que vir para um debate. «...procedida de um debate sobre o relatório».

O Sr. **Presidente**: — É uma emenda ao ponto 1?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sim, sim. E essa proposta, exactamente, tem a ver com aquilo que discutimos aqui. Como nós não temos as medidas concretas, o que aprovámos, que o meu voto foi abstenção, são medidas indicativas, mas, com a evolução da situação, o Governo vai aplicando as medidas concretas, que devem ser debatidas. Por isso é que eu apresento essa proposta de «precedida de um debate parlamentar».

O Sr. **Presidente**: — Há uma dúvida da Mesa. Esse debate conclui-se com quê? Aprovação? Rejeição? Porque tem que ficar claro na lei. Não se pode debater, depois não haver nenhuma conclusão.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Eu não sei se é possível haver debate, sem votação? É possível?

O Sr. **Presidente**: — Debate pressupõe haver uma conclusão. Apenas isso.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Debate, para?

O Sr. **Presidente**: — Pressupõe uma conclusão.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sim! Que pode ser ...

O Sr. **Presidente**: — Não pode ser só debate.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Ham, um debate. Não tem que ser aprovado o debate. É um debate!

O Sr. Presidente: — «Procedida de um debate». Apenas isso?

Portanto, há uma proposta de emenda ao ponto 1: «O Governo deve remeter, mensalmente, à Assembleia Nacional...»...

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Eu não entendi o verbo. Precedida ou procedida?

O Sr. Presidente: — É precedida ou procedida? Preceder, pressupõe, antes, não é? É pro. Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, eu discordo da introdução deste ponto. Primeiro, é que nós estamos a falar de uma proposta de lei do Governo, que estabelece algumas medidas indicativas para o período de estado de emergência ou período de contingência, como se diz.

Depois, esse relatório é apresentado, mensalmente, e nós, a nível da Assembleia, regimentalmente, temos várias modalidades de debate. Podemos submeter esse relatório a um debate, em plenária, mediante aquilo que o Regimento estabelece. Portanto, não há necessidade de termos esta proposta «procedida de um debate», porque nós temos, a nível do Regimento, as modalidades de debates. Depois da 2.ª Comissão, ou a comissão que entender, analisar o relatório, submete-lo e propor à Mesa um debate sobre o relatório.

O Sr. Presidente: — Convive com a contraproposta, Sr. Vice-Presidente?

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Eu retiro a minha proposta.

O Sr. Presidente: — Mais intervenções? Não é o caso, portanto, vamos submeter o artigo 3.º à votação, com a redacção do anterior artigo 2.º, apenas com a correcção do verbo, do futuro para o presente.

Submetido à votação, foi aprovado com 48 votos a favor e 1 abstenção.

Artigo 4.º, entrada em vigor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Só tenho uma dúvida. Não sei se a entrada em vigor desta lei seria a partir da primeira declaração do estado de emergência ou em termos legais. Portanto, nós tínhamos que dar o efeito retroactivo à lei. Não sei se é possível fazer isso. Porque são medidas indicativas para fazer face a um determinado tempo. Esse tempo não começou hoje, nem começa amanhã, nem começa quando a publicarem. Portanto, já estamos no período.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — É para concordar com a intervenção e proposta do Sr. Deputado Arlindo Ramos, tendo em conta o artigo que acabámos de aprovar. Ponto 2: «O relatório previsto no número anterior deve abranger medidas e encargos já assumidos a partir de 17 de Março». Logo, terá que ter efeito retroactivo.

O Sr. Presidente: — Redacção, há uma proposta. Não há reacção? «A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir do mês de...»...

**Umas vozes:** — 17 de Março.

O Sr. Presidente: — «...17 de Março». Vamos fazer de novo a leitura da redacção do artigo 4.º, entrada em vigor: «A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir do dia 17 de Março de 2020.» É isto?

**Uma voz:** — Não!

O Sr. Presidente: — Há um não, qual é a melhor redacção?

Murmúrios.

Propostas de correcção. Entra em vigor, nos termos legais?

Há várias propostas, uma única para nós nos atermos e depois fazer a correcção.

Tem a palavra o Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. Aérton do Rosário (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, apenas para contribuir com uma proposta de texto: «A presente Lei entra em vigor, nos termos legais, sendo que os seus efeitos...»...

**Uma voz:** — Com efeito a partir de Março.

**O Sr. Aérton do Rosário (MLSTP/PSD):** — «Com efeito retroactivo a partir de 17 de Março».

**O Sr. Presidente:** — «Com efeito retroactivo...»....

**O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa):** — «Com efeitos, a partir de 17 de Março».

**O Sr. Presidente:** — A partir ou retroactivo? Qual é a proposta?

**O Sr. Arlindo Ramos (ADI):** — A partir.

**Sr. Presidente:** — «A presente Lei entra em vigor, nos termos legais, com efeito a partir do dia 17 de Março de 2020».

Alguma reacção?

Não sendo o caso, podemos submeter à votação o artigo 4.º, com a emenda introduzida.

*Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 votos a favor.*

Passemos à votação final global da proposta de lei.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Passemos ao terceiro ponto da ordem do dia.

Tem palavra o Sr. Secretário.

**O Sr. Secretário (Elácio da Marta):** — Passo a efectuar a leitura do terceiro ponto da ordem do dia, «Discussão e votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 13/XI/3.ª/20, Alteração à Lei n.º 13/2019 – Que aprova o Código do IVA».

**O Sr. Presidente:** — De igual modo, foi dado entrada na Mesa da Assembleia a proposta de lei, por iniciativa do Governo. Não estando as comissões competentes a funcionar, não carece de pareceres, vou pedir ao Sr. Ministro, para fazer a sua apresentação.

**O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Esta iniciativa briga com a necessidade de adiamento da entrada em vigor da Lei do IVA. Discutimos uma iniciativa parecida no mês passado, aqui na Assembleia Nacional, só que pelo facto de a Lei ter entrado em vigor e o Governo ter introduzido a outra iniciativa fora de prazo, levantou-se alguma questão, sobretudo a nível de alguns decretos e algumas normas que esta Lei do IVA iria revogar. Então, introduzimos essa iniciativa para clarificar este aspecto, para que não reste dúvida no futuro em relação a isto, acrescentando um artigo que faz a reprise das normas que a Lei do IVA revogava, nesse caso, porque já tinha entrado em vigor, nomeadamente o imposto sobre o consumo, imposto sobre o consumo aos serviços transacionados, regulamento do imposto de selo, o artigo 129.º da tabela geral do imposto de selo e o artigo 11.º do regulamento de selo de assistência.

São estas as novidades, digamos assim, que introduzimos nesta nova iniciativa.

**O Sr. Presidente:** — Feita a apresentação, estamos a analisar o projecto de lei na generalidade. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Tendo em conta que a feitura da lei, a sua aplicação e a revisão são um processo dinâmico que deve ir ao encontro da necessidade da própria sociedade, entendemos que de facto o exercício que fizemos no mês passado, creio eu, ou há sensivelmente algumas semanas, sobre o Código do IVA, em que o nosso posicionamento era de que o caminho proposto não era aquele que teria sido apresentado e aprovado pela Assembleia. Hoje o Estado está nesta situação, ainda mais com a questão do coronavírus e o impacto económico negativo da necessidade de arrecadação de receita, porque havia uma lacuna que era preciso preencher. E sempre chamamos atenção para esse elemento.

Por isso, uma vez mais, gostaria de reiterar aqui ao Governo, particularmente, que o nosso posicionamento, enquanto Grupo Parlamentar do ADI, que de facto o País precisa funcionar como uma orquestra. Quando levantamos questões pertinentes concernente à entrada em vigor desta lei e tudo quanto tem implicância, quer dizer que estávamos certos. Hoje, estamos aqui justamente e, mais uma vez, para a alteração da Lei do IVA.

Sr. Ministro, apenas gostaria de reiterar este nosso posicionamento e a nossa disponibilidade em querer trabalhar, mas os meus colegas Deputados poderão trazer mais alguns elementos daquilo que tem sido a nossa reflexão sobre isso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. Aérton do Rosário (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho dúvida, olhando para o documento que nos foi submetido, e porque também o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira voltou à carga relativamente à forma como se aprovou o primeiro documento. Gostaria de fazer uma pergunta directa ao Sr. Deputado: qual a diferença entre o artigo 3.º e o artigo 4.º, presente neste documento?

O Sr. Presidente: — Uma pergunta feita, o Deputado responde se bem entender. Não é regimentalmente obrigado, mas se quiser poderá responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Sr. Deputado Aérton, penso que é desnecessária esta intervenção. Basta ver o corpo da lei, a outra proposta que aprovámos e esta aqui. Há um artigo «repristinação», portanto, a diferença está aí. Não sei o que o Sr. Deputado entende desta diferença ou ao perguntar-me qual é a diferença da entrada em vigor. Basta ver a proposta antiga, que é a Lei que já aprovamos, foi ao Presidente da República e não foi promulgada, e ver esta iniciativa de agora.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, nós aqui ao nível da Assembleia devemos ter muita atenção e estamos também numa fase de constante aprendizagem. De acordo com a Lei das Regras de Legística, o Presidente da República só tem duas formas, quando qualquer projecto de lei lhe chega às mãos: tem que vetar ou então promulgar. E há uma pergunta que se coloca e reclama resposta. O que fez o Sr. Presidente da República com o documento que lhe chegou às mãos? Vetou? Então, estamos num procedimento errado. Não vamos poder aprovar isso com 28, 29 ou com 30 votos. É um aspecto que se impõe, uma pergunta que não quer calar. Não podemos pensar que todos aqui não estamos a dar conta das coisas. É preciso termos atenção que há pessoas aqui que estão a dar conta das coisas.

O Sr. Presidente da República tem que nos dizer exactamente o que fez ou o que irá fazer com o documento que está nas suas mãos.

É um aspecto que deveríamos reflectir, não obstante o facto de não termos tempo, mas também não podemos nos refugiar na questão do tempo e tentar passar por cima das coisas. Impõe-se que a Mesa da Assembleia nos explique o que se passa, se tem alguma carta, algum documento, alguma coisa que vem da Presidência da República a dizer o que foi feito do outro documento.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José António Miguel, já que fez a pergunta à Mesa, devo esclarecer-lhe o seguinte: não estamos a analisar a proposta de lei que foi remetida ao Presidente da República, para promulgação ou veto. Estamos perante uma nova iniciativa. Não tem nada a ver.

O documento que foi remetido a Sua Excelência o Presidente da República, para promulgação ou veto, como bem diz, a seu tempo, vamos analisar. Esta é uma nova iniciativa, o Sr. Ministro disse aqui. Apenas isso que posso explicar.

O Sr. Ministro, que representa o Governo, que é o proponente da iniciativa, disse aqui e bem, «nós submetemos uma nova iniciativa». Logo, não tem nada a ver com aquilo que se aprovou, se enviou ao Presidente da República para promulgação ou veto, como disse. Ao seu tempo, em função da posição que o Sr. Presidente da República tomar, dentro do *timing* regimental, vai-se analisar

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Entendo que o Sr. Presidente da Assembleia quis trazer esse assunto para plenária, para ser aprovado pelos Deputados, mas acho que foi um exercício desnecessário. Não se trata de uma nova iniciativa. O corpo da presente proposta de lei é tudo idêntico ao que aprovámos anteriormente, só foi introduzido um artigo que se chamou de repristinação.

No artigo 4.º já dissemos que «a presente lei entra em vigor nos termos legais, tendo efeitos retroativos à data de 1 de Março». Se o Presidente pediu que se fizesse uma correcção, poder-se-ia fazer a correcção e enviar outra vez ao Presidente da República.

Sr. Presidente, estamos a cometer um grande erro! Não era necessário o Governo fazer esta iniciativa. Era só uma questão de introduzirmos alteração na lei que já aprovámos.

É uma nova iniciativa, vai essa iniciativa, o que é que o Sr. Presidente da República vai fazer com a que tem lá? Ele vai anular, porque recebeu uma outra?

Temos que ser coerentes com aquilo que fazemos, porque se era para introduzir alguma alteração a Mesa poderia fazer. Fazia e mandava ao Sr. Presidente.

Sei que não é procedimento correcto, mas também não é correcto o Governo trazer uma nova iniciativa para uma lei que já fizemos um exercício próprio, o Governo havia introduzido outra iniciativa.

Estamos a chover no molhado!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, apenas um esclarecimento.

O Presidente não submete a iniciativa à apreciação da Assembleia, por sua livre vontade. Há sempre um proponente que assume a iniciativa, ela vai para os Serviços que recomenda. Estando a Assembleia a funcionar em pleno, haverá outras démarches, nesse caso que é na comissão, que analisa e recomenda à Mesa o que deve fazer.

Não é o Presidente da Assembleia que decidiu trazer a lei para a plenária, não. É a recomendação. Se não estivesse dentro da norma regimental, não viria. Se me disserem, dentro do Regimento, tendo sido aprovado uma lei mesmo na sua versão final global, enviada ao Presidente da República, para promulgação ou veto, não é uma norma jurídica que está em vigor, pode ou não haver uma iniciativa com o mesmo título? Aqui não veda, porque a lei ainda não está no ordenamento jurídico do País. Enquanto não foi publicada, esta lei não existe.

Quando estivermos a evocar algum erro cometido pela Mesa, seria bom, até para ajudar, evocar os artigos do Regimento que foi violado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, na senda ainda da nossa orquestra sinfónica, pedi a palavra, porque fiquei com a sensação de que, aquando da discussão do dito projecto que foi à Presidência, houve uma contribuição muito activa, e gostaria que a Mesa nos dissesse, se fosse possível, a Mesa tomou em consideração aquilo que foram as contribuições dos Srs. Deputados Arlindo Ramos e Levy Nazaré, para melhorar o corpo daquele projecto, que ainda não é lei, disse muito bem o Sr. Presidente. Daí que o que aprovamos tinha a contribuição desses Srs. Deputados, e fez-me confusão ouvir a intervenção do maestro Líder Parlamentar do ADI, ao tentar apontar a falha, insuficiência no corpo da lei, à augusta Assembleia. Fez-me confusão, porque é algo em que o ADI participou. Alterou-se aquilo que foi a proposta inicial, introduziu-se as alterações do ADI e mandou-se à Presidência. Logo, é aquela coisa que tinha dito, à medida que cada músico falhar, é bom que se concerte, para que a coisa corra bem, mas nunca tentar atribuir a falha da melodia a esse ou aquele músico.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — A lei que foi submetida ao Presidente da República, que participamos e demos a nossa contribuição na redacção, não está em causa. A lei que aprovámos está cá toda, só que foi introduzida com esta nova iniciativa, um novo artigo. O problema é este.

O Presidente da República tem duas formas, como disse aqui o Sr. Deputado José António Miguel, ou vota a lei ou a promulga. Depois de qualquer proposta ser aprovada pela Assembleia, ao sair da Assembleia para o Presidente da República, sai em forma de lei. Agora, só tem efeitos de lei quando o Presidente da República promulgar.

Não acho correcto o exercício que estamos a fazer, em introduzir um artigo novo na lei que já aprovámos anteriormente, que o próprio Deputado Aérton disse que o artigo 4º é a mesma coisa que aquilo que estamos a introduzir agora. Por quê estamos a fazer esse exercício? Se dissemos que a Lei do IVA está suspensa até que se crie condições para a sua aplicação, tudo que é adjacente a essa Lei está suspenso, não é preciso fazer reprise nenhuma. É esse o meu ponto de vista.

Dizer que estamos aqui a fazer este exercício, porque o Governo introduziu uma nova proposta, isso não é verdade. Não é nova proposta, até na numeração. Se o Sr. Presidente ler a introdução, vai ver que a Lei n.º 3 é igual à outra. Não há nenhuma alteração.

O Sr. Presidente: — Estamos a falar de duas coisas completamente diferentes. Se fosse no momento de apreciar a segunda deliberação da Assembleia, nesse caso, teriam toda a razão. Não estamos aqui a discutir a lei que foi aprovada e que foi remetida ao Presidente da República, para promulgação. São coisas distintas. Estamos a misturar as duas coisas, quando não é verdade.

A Mesa não tem competência para, numa lei aprovada pela Assembleia, na sua versão final global, introduzir um novo artigo e enviar para o Presidente da República. Isto é que seria um erro crasso. Não estamos a falar de uma correção de redacção. Estamos a falar de introdução de um novo artigo, que altera o espírito e a letra daquilo que o Plenário aprovou. Neste caso, estamos aqui a referir-nos a uma nova iniciativa.

Nem a Mesa, nem os Serviços têm competência para introduzir este artigo e enviar ao Presidente da República. É por isso que é uma nova iniciativa.

Se a Mesa e os Serviços falharam, então aponte o artigo do Regimento que foi, nesse caso, violado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, este procedimento não existe! Já dissemos que de facto aprovámos uma proposta de lei, enviámos ao Presidente da República e sabemos que só tem que ter

dois destinos, ou veta, ou promulga. Nós todos sabemos dos expedientes que têm sido feitos para que a mesma proposta de lei seja apenas alterada num artigozinho, para trazer outra vez para votarmos e aprovar. Só quero dizer que esse expediente, na nossa perspectiva, não existe, para ficar registado apenas.

Conhecemos a Constituição da Assembleia, sabemos como os Deputados estão distribuídos, como é o figurino da Assembleia, mas precisamos apenas deixar o nosso registo. Isto não existe, para ficar claro!

O Sr. Presidente: — Está registado, mas essas perguntas devem ser dirigidas ao Presidente da República, não à Mesa da Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Sr. Presidente, acho que o Governo não explicou muito bem aos Deputados o propósito desta lei. O artigo 3.º, «repristinação», fala de vários códigos, por exemplo do imposto sobre consumo, os códigos, etc. Justamente quando a Lei do IVA entrou em vigor, revogou aquelas leis. Então, essas leis saíram de vigência, mas a lei não entra em vigência por si só com a alteração da entrada de uma lei posterior. Tem que haver o retorno da lei em vigência, e essa Lei do IVA, o artigo 3.º, é justamente para fazer entrar em vigência todas as leis que estão no artigo 3.º, que é a repristinação dessas leis. É essa confusão que se está a fazer. O artigo 3.º é para fazer entrar em vigência essas leis que a Lei do IVA, ao entrar no dia 1 de Março, revogou. Automaticamente, essas leis não estão em vigor, porque as leis não entram em vigor por si só.

Até tenho aqui uma cábula, «repristinação ocorre quando uma lei é revogada por outra lei posterior à própria nova lei que é revogada». Nesse caso, a lei revogada é a terceira lei, a lei do imposto sobre consumo, etc., porque foi revogada por uma terceira lei, e para entrar em vigor tem que ser repristinada.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pelo esclarecimento. É exactamente isso que se está a fazer.

Mais alguma intervenção?

Não sendo ao caso, vou submeter a proposta à votação, na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovada com 29 votos a favor e 16 abstenções.*

Há um outro requerimento subscrito pelos Srs. Deputados: Danilo Santos, Filomena Monteiro, Aérton do Rosário, Cristina Dias e António Barros, que evocam, nos termos do artigo 63.º, o debate e votação na especialidade da proposta de lei n.º 13/XI/3.º/2020.

O requerimento está admitido, submete-se à votação.

*Submetido à votação, foi aprovada com 29 votos a favor e 16 abstenções.*

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para uma interpelação à Mesa

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, é só pra saber se há mesmo 29 Deputados na Sala.

O Sr. Presidente: — Vamos conferir. Podemos conferir sempre que necessário.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sim, precisamos conferir.

Muito obrigado.

*Pausa para se conferir o número de Deputados presentes na Sala.*

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário, o resultado?

Estão, estão 23 Deputados do MLSTP/PSD, mais 5 do PCD/MDFM-UDD, 1 do MCI e 19 do ADI. Total, 48 Deputados.

Sr. Deputado José António, está conferido. Então, peço aos Srs. Deputados para não saírem mais da Sala, porque estamos no período de votação.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Muito obrigado, Presidente.

É para nós registarmos este momento ímpar do número de Deputados que somos, cada partido político representado na Assembleia e da decisão que houve também em 1.ª Comissão, que não obedeceu ao critério regimental.

Na nossa opinião, o MLSTP/PSD não devia ter 23 Deputados na Sala.

O Sr. Presidente: — Bom, a Mesa não tem conhecimento de nenhuma decisão da 1.ª Comissão, mas pode ser produzido no parecer ou numa acta e que a gente apreciará depois.

Portanto, já houve a votação do requerimento, estamos a apreciar a proposta de lei na especialidade. Portanto, preâmbulo, alguma correcção, proposta de correcção ou de emenda?

Não é o caso, podemos submete-lo à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 19 abstenções.*

Passemos ao artigo 1.º. Alguma proposta de correcção, emenda, aditamento, supressão?  
Não é o caso, passemos à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 19 abstenções.*

Artigo 2.º, norma revogatória. Alguma proposta de correcção, emenda, supressão, aditamento?  
Não é o caso.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 19 abstenções.*

Artigo 3.º, reprise da votação. Alguma proposta de emenda, correcção, alteração?

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 19 abstenções.*

Artigo 4.º, entrada em vigor.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 19 abstenções.*

Passemos à votação final global da proposta de lei.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 19 abstenções.*

Passemos ao quarto e último ponto.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Elálcio da Marta): — Sr. Presidente, trata-se de «discussão e votação, na generalidade, especialidade e final global da proposta de resolução n.º 37/XI/3.ª/2020, Acordo de Financiamento entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

O Sr. **Presidente**: — Como devem compreender, trata-se de um acordo internacional. Os acordos internacionais não carecem de correcção. Não estando a Comissão competente em razão da matéria a funcionar, também não tem parecer.

Portanto, peço ao Sr. Ministro para fazer a apresentação do acordo.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 13 de Fevereiro de 2020, o Governo são-tomense assinou, com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) um acordo de crédito no montante de 970 000 euros, para financiar o Projecto de Apoio à Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição (CONPRAN).

Neste âmbito, em respeito àquilo que define a Lei da Dívida Pública e a Lei Orçamental, o Governo submete esta iniciativa legislativa à Assembleia Nacional, para ratificação.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação, estamos a analisar o Acordo na generalidade. Alguma reacção? Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, primeiro, nós de facto estamos a favor da aprovação deste Acordo.

Segundo, para quem nos ouve lá em casa, trata-se de um Acordo, em termos numéricos bem alcançado, no quadro de São Tomé e Príncipe. Um trabalho concluído pelo actual Governo, mas começado pelo anterior governo. Isto é continuidade de Estado, o que é bom! E seria bom que Sua Exceléncia Sr. Ministro da Agricultura, dissesse a quem está em casa, em traços gerais, aquilo para que vai contribuir. É verdade que nós estamos no período de contingência, vai ajudar uma classe específica, os agricultores e não só, mas seria bom que o Ministro da Agricultura pudesse precisar em que consiste fundamentalmente este Acordo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, eu quero agradecer o Governo pelo trabalho efectuado num período de 5 meses e ter alcançado um rico projecto, que nunca havíamos

alcançado em São Tomé e Príncipe. Este Governo não está a fazer muito, mas também não está parado. Para alcançar este projecto, o Governo teve que se antecipar! Caso, não se antecipasse, com o surgimento desta pandemia, não teríamos conseguido este projecto.

O Ministro da Agricultura tem em carteira muitos projectos, tem iniciativas e face à situação que atravessamos em São Tomé e Príncipe, era bom, Sr. Ministro, que encarássemos este projecto como algo muito sério. Estamos numa péssima situação! Não podemos estar todos os anos a conviver com a baixa da produção. Desde o XVI Governo que isso começou, até agora. A produção, todo ano, baixa. É um insulto! Temos que movimentar este XVII Governo, com nova maioria, vamos encontrar uma solução para o País.

Sr. Ministro, tome este projecto em consideração, vamos reunir todos os médios empresários, pequenos agricultores, e todas as instituições afins, tendo em vista o aumento da produção e da produtividade.

Vamos trabalhar, para garantir São Tomé e Príncipe e o seu povo.

**Uma voz:** — Muito bem!

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Vamos sair do caminho em que estamos! Vamos mudar! Vamos apoiar o sector privado, porque o Governo não pode continuar a ser o maior empregador!

Sr. Ministro, quero agradecer-lhe, pela sua inteligência, a sua dinâmica, por ter conseguido, em 5 meses, junto ao Governo, esse rico projecto.

Peço vida e saúde para todo povo são-tomense. Tenho a firma certeza de que com este Governo vamos aumentar a produção. Estou aqui para apoiar o Governo e todo o povo de São Tomé e Príncipe.

Em termos de agricultura, pesca e pecuária, temos que trabalhar, para abastecer o nosso mercado e todo o País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, como havia dito na Segunda-feira, na reunião da Comissão Permanente, é mais um projecto extremamente importante para o País, numa altura em que estamos a viver esta situação da pandemia.

Quero encorajar o Sr. Ministro da Agricultura e toda a sua equipa, pelo trabalho, para chegarmos a este porto.

De facto, já aqui foi dito hoje, 55 000 crianças são alimentadas pelo Estado são-tomense. Nós, Deputados, sempre temos aqui acções de formação, capacitação, informação com diversas instituições que nos apoiam, a FAO é uma delas, e sabemos da importância, para São Tomé, desse financiamento do FIDA, principalmente no que concerne à segurança alimentar, que não é de se descurar. E eu digo que não é de se descurar, porque não sabemos quanto tempo vai levar esta pandemia, não sabemos quais serão as suas consequências para a actividade económica internacional, que vai afectar, necessariamente, a actividade económica nacional, principalmente quando os são-tomenses mudaram os seus hábitos alimentares. Nós hoje consumimos muito arroz, esparguete, coisas importadas, e a agricultura tem aqui também uma oportunidade para se revelar e manifestar-se, ainda mais com um apoio deste.

É verdade que nós estamos numa situação crítica, mas é também nas adversidades que podemos ir buscar oportunidades. Daí é que eu digo que o Ministério da Agricultura e o Governo, nesta vertente, têm aqui uma oportunidade de ouro para mudar o *chip* dos são-tomenses, no que concerne à nossa agricultura, à nossa capacidade de produção, aos nossos hábitos alimentares.

Peço desculpas se vou fugir um pouco, mas tem tudo a ver, já que está aqui também o Sr. Secretário de Estado para o Comércio, o Sr. Ministro das Finanças, para pensarmos nisso. O sector empresarial tem que parar e decidir aquilo que quer, e o Governo também. Eu vi um encontro, por causa da Covid-19, feito por si, Sr. Secretário de Estado, com os empresários e comerciantes da nossa praça, para garantir e dar segurança ao Governo e à população, de que os produtos não irão acabar, não haverá açambarcamento e que há garantia desses produtos no mercado, e chocou-me só ver lá estrangeiros.

**Uma voz:** — É verdade.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — E não tenho nada contra os estrangeiros. Não sou racista, não sou xenófobo, mas, como é possível um país, que toda a actividade económica, empresarial, comercial, no ramo da alimentação, está nas mãos só de estrangeiros? Salvo o erro, são-tomenses que vi lá foi o Sr. Secretário de Estado, o Presidente da Câmara eleito, que é um são-tomense, mais alguém que talvez estava a representar um empresário estrangeiro. Um país soberano não pode deixar que isso aconteça, e o Governo também tem que fazer algo. Digam-me que estão a proteger amigos, não sei, mas isso não pode continuar a acontecer.

Eu vou sair disto, porque o assunto não é este, mas que fique uma reflexão e que tenhamos vergonha, os santomenses! Podemos ser pobres, sim, mas a pobreza não pode nos sujeitar a tudo!

São Tomé e Príncipe tem muitas expressões, uma delas foi desmistificada pela nossa saudosa Alda do Espírito Santo, que é leve-leve. Ela disse que o leve-leve não é bem aquilo que muita gente interpreta. E Calú Mendes parafraseou isto, numa das suas canções.

Há outras expressões, por exemplo, como: «nçá *pobli contentadu*». Temos que desmistificar isto! É verdade que se pode levar esta expressão para o lado de que não devemos invejar, cobiçar a coisa do outro, mas também que esta condição de pobreza não nos ponha numa condição eterna de que temos que ser pobres! Não! Temos que mudar esse paradigma e trabalhar para que, pouco a pouco, saímos dessa situação. Talvez não será na minha geração, geração dos meus filhos, os meus netos, mas devemos começar a fazer qualquer coisa! Algo está mal, não é normal! Todo o empresário são-tomense vai para a falência? O que é que se passa com os empresários são-tomenses?

Bom, Agricultura, Sr. Ministro, como eu vinha dizendo, é uma oportunidade, obviamente vai contar o meu voto, e penso que de toda gente, ainda mais nesta situação que estamos a viver, mas o sentido de responsabilidade, fazermos a nossa parte, enquanto fiscalizadores, e pela sua performance, que eu conheço e que eu oiço, é um homem muito coerente e muito criterioso, é na gestão desses fundos, direcioná-los, exactamente, para aquilo que o FIDA e o Governo concertaram, e que os resultados sejam visíveis para a população. Que esse resultado possa continuar a ser visível, mesmo pós-Covid-19, para nós mudarmos um pouco a nossa forma de pensar.

Por isso, é uma oportunidade também para o Governo mudar a mentalidade da população, deixar de estar sempre a consumir arroz, arroz, agora já entrou esparguete, como se isso fosse a nossa salvação.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

**A Sra. Alda Ramos (ADI):** — Sr. Ministro da Agricultura, eu peço a palavra para dizer o seguinte: esta pandemia que surgiu vem despertar cada vez mais os são-tomenses com relação ao sector de agricultura. Tem-se feito muita coisa, eu posso testemunhar, com relação ao sector da transformação, mas é preciso sermos muito mais dinâmicos, para que consigamos um dia ter auto-suficiência alimentar. Para isso, eu tinha ouvido o Sr. Ministro, na sua intervenção, tanto é que eu pedi a palavra, mas já não estava dentro do tempo, com relação à produção de farinhas para o fabrico de pão. Sim, é uma boa iniciativa, já fizemos essa experiência várias vezes, a mistura de farinha de trigo com a farinha da mandioca, mistura de farinha de trigo com a farinha de fruta-pão, batata-doce, portanto, nós temos essas potencialidades. No entanto, é necessário ver a questão do preço! O preço da farinha produzida cá em São Tomé deixa muito a desejar! Por isso, é necessário aproveitar bem esse Acordo, para ver o que é que se pode fazer, de forma que a gente consiga produzir o pão para levar para todo canto de São Tomé e Príncipe. Não pode ser só um grupinho.

**Uma voz:** — Agora sim!

**A Sra. Alda Ramos (ADI):** — A farinha da fruta-pão fica cara. Meio quilo dessa farinha está por volta de 50 dobras. A farinha de trigo fica muito mais barata. Portanto, é preciso reflectirem na subvenção da produção dessas farinhas. Se o Governo não começar a pensar na subvenção, ou arranjar outra forma, estamos aqui a falar só de aproveitar produtos locais transformados, transformados, não vamos conseguir. Os transformadores querem colocar os produtos transformados, que são bons produtos, na mesa de todos os são-tomenses.

A Quá Téla não pode existir só para turistas. Esta pandemia é uma ameaça para a ONG QuáTéla. Por isso, é preciso reflectir, Sr. Ministro, peço-lhe encarecidamente!

Para além desses produtos habituais: banana, fruta, outras coisas mais, temos que ir buscar outros produtos, para complementar a nossa dieta alimentar. Permitam-me, partilhar aqui convosco, que se fala muito da moringa. Nós aqui, em São Tomé, temos, mas não se utiliza a moringa como deve ser, Sr. Ministro. A moringa tem potencialidades vitamínicas. Portanto, é necessário fazer uma campanha, uma sensibilização para que as pessoas começem a regressar mesmo à terra, se calhar, ir buscar também noutras paragens do mundo e começar a utilizar. A moringa é forte, tem potencialidades. Para além da potencialidade medicinal, também tem outras potencialidades. Portanto, é necessário ir buscar, para nos ajudar na nossa dieta alimentar. Eu não estou a fazer publicidade, mas sim, estou a apelar à utilização de outros produtos!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

**O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD):** — Queria primeiro saudar o Sr. Ministro da Agricultura e dizer-lhe que realmente é o homem certo no lugar certo, tendo em conta a rapidez com que conseguiu este financiamento e a nossa bênção para o momento em que ele está disponível.

Mas peço concretamente a palavra na senda daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Levy Nazaré. Temos que tentar trabalhar um pouco a partir das escolas, mesmo nas famílias, a mudança da cultura alimentar são-tomense. Era bom olharem também para essa vertente!

As nossas escolas, vou dizer timidamente, já fazem, mas se precisa apostar mais. Aí, não custa nada olhar para a localidade onde moro, que tem a escola com maior horto escolar, vamos tentar desafiar outras escolas, para terem mais superfície para trabalhar, e aí sim começar-se a apostar na alimentação nas escolas. Porquê? Uma vez fiz essa reflexão, algumas pessoas concordaram e outras não. Sou de uma geração que sofreu o impacto do arroz, porque na altura davam arroz nas escolas, a Cruz Vermelha

distribuía cestas com o arroz, e aí o hábito alimentar começou a mudar. O que se tem que fazer é alterar isso. Só que não se altera de uma forma abrupta, tem que se começar mesmo com os mais pequenos, para que eles começem a ganhar gosto e permitir essa mudança de comportamento.

Faço enfase nas escolas, porque acho que os meninos dão muita atenção àquilo que fazem nas escolas, aquilo que os professores dizem, e desafiam geralmente os pais a mudarem a postura, em virtude daquilo que aprendem e interiorizam na escola. Por isso, podemos trabalhar nesta perspectiva, que é dar uma atenção particular às escolas, no que diz respeito à questão da dieta alimentar.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Vicente.

**O Sr. Manuel Vicente (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, boa tarde.

Em primeiro lugar, quero felicitar o Governo, pela conquista deste fundo. Pela primeira vez, o FIDA põe à disposição do Governo são-tomense um valor razoável para a nossa agricultura, e também quero encorajar o Sr. Ministro da Agricultura, que é uma pessoa que conheço bem, homem trabalhador e que conhece bem a nossa agricultura.

Sr. Ministro, estamos no estado de crise a nível mundial e acho que este fundo poderá e deve potencializar os nossos agricultores, no processo de crédito agrícola, para aumentar o produto interno.

Com o anterior projecto PAPAC, eu fazia parte do projecto, fui líder de uma cooperativa de exportação do cacau, desperdiçamos cerca de 1 milhão de dólares, porque o Governo não conseguiu dinamizar documentações para aproveitar aquele fundo. Espero que com este novo projecto isso não volte a acontecer, porque os nossos agricultores e o próprio País precisa desses fundos, para aumentar a produção e a produtividade.

Neste projecto, como vi no documento, vem também fazer parte a reabilitação das pistas rurais e também vai fazer com que os produtores e os horticultores possam beneficiar do projecto, para aumentar a produção.

É por isso que fico muito satisfeito, e os agricultores também estão satisfeitos, porque já ouviram falar deste fundo há algum tempo, na comunicação social, e esperam que o fundo realmente venha a ser implementado na agricultura.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

**O Sr. Levy Nazaré (ADI):** — Sei que já estamos cansados, mas o momento exige algum sacrifício.

Para dizer que, sobre aquilo que disse de mudar o chip, é óbvio que não pode ser uma tarefa apenas do Ministério da Agricultura. Essas políticas têm que ser intersectoriais, para se conseguir o objectivo.

Fazendo jus àquilo que diz sempre o colega Deputado Felisberto Afonso, é preciso aumentar a produtividade dos produtos nacionais, é preciso produzir mais, mas para isso é preciso políticas do Ministério para essa acção. Concomitantemente a essa política, aquilo que disse o Sr. Deputado Danilson Cotú, é preciso a questão da segurança sobre o roubo nas parcelas de quem trabalha. Logo, os Ministérios da Ordem Interna e da Justiça têm que se envolver nessa política, aumentar a produtividade, mas ao mesmo tempo combater fortemente o roubo.

Aquilo que disse a Sra. Deputada Alda Ramos sobre os preços dos produtos locais, políticas administrativas, o Sr. Ministro das Finanças pode tomar políticas protecionistas aos produtos nacional. Estudamos isso em várias disciplinas das universidades, não é nada estranho, nem é preciso ir à universidade para se perceber isso, que é aumentar as taxas alfandegárias para alguns produtos.

Quando começamos a produzir bastante, para que tenhamos a noção de que consigamos alimentar a população, é taxar o arroz, o esparguete, aumentar a taxa. O preço desses produtos vai ter que aumentar. Logo, essas políticas têm que ser todas conjugadas e o Ministério da Agricultura só não vai conseguir.

Se queremos mudar o chip, é preciso aumentar a produção, combater o roubo, investir, como outro Deputado acabou de dizer, dar incentivos, mesmo apoio financeiro àqueles que realmente produzem, para produzirem mais, e controlá-los para não pegarem no dinheiro e comprar carro, casa, etc., controlar de facto essas ajudas e políticas administrativas alfandegárias, para travar essa questão do arroz, que entra ao preço que entra.

De facto a farinha transformada não vai competir com a farinha que é importada, mas por quê vem? O preço é baixo, os importadores importam e vão vender àquele preço, mata o produto nacional.

Logo, essas políticas têm que ser bem conjugadas, se queremos de facto atingir de facto os resultados sobre essas mudanças de hábitos alimentares.

A nossa alimentação é mais rica, mesmo para a saúde do organismo, essa questão de imunidade que se fala hoje por causa da Covid-19, hoje estamos menos imunes também por causados nossos hábitos alimentares. Os mais velhos antigamente eram mais fortes, por causa do tipo de comida com que alimentavam.

Era apenas isso. Falei de chip e queria desenvolver melhor essa minha tese.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Vicente.

O Sr. **Manuel Vicente** (MLSTP/PSD): — Mais uma vez, Sr. Ministro, abriu-me o apetite o Sr. Deputado Levy Nazaré, no que concerne à questão de roubo. O roubo nas parcelas é um fenómeno que tem desmotivado muito os agricultores. Só faz agricultura quem tem paciência e amor. Uma planta dura algum tempo para poder produzir. Põe-se uma planta de bananeira no chão e começa a produzir após os 9 meses. Uma planta de cacauzeiro começa a produzir dentro de 2 a 3 anos. Depois, as pessoas, na calada da noite, passam e vão tirar aquilo que os produtores levaram algum tempo para produzir e para fazer a sua colheita. As pessoas têm estado a fazer esse tipo de actividade, que não é muito bom para a nossa agricultura e tem desmotivado muito.

O que o Governo deve fazer, na minha opinião? Isso vai complicar ainda mais nesta altura de crise. Tem havido já algumas movimentações de roubo nas parcelas dos produtores e é preciso estancarmos isso. Temos os chamados polícias locais. São pessoas que estão mais próximos da polícia e da própria comunidade. É preciso o Governo dinamizar esse tipo de coisa, para estancarmos esse fenómeno que é o roubo, que não é nada bom para os produtores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, boa tarde.

Dou graças a Deus por fazer parte deste Governo e agradeço a Deus por nos ter iluminado todo esse tempo.

Disse aqui o Sr. Deputado Felisberto Afonso que o projecto foi concedido em 5 meses, é uma verdade. Em Outubro do ano passado, tivemos uma equipa de 22 consultores que vieram escutar o Ministro da Agricultura, e elaboraram o projecto, que assinamos em Fevereiro. Outubro para Fevereiro, são 5 meses.

Estamos de parabéns, porque o XVII Governo conseguiu o espaço que tínhamos perdido, que é a confiança dos parceiros. Recuperamo-la e hoje os parceiros querem trabalhar connosco. Basta dizer que, um projecto que vai rondar os 25 milhões de dólares, vamos ter aproximadamente 1.8 milhão que será empréstimo. Neste momento, são 970 000 de dólares que assinamos o Acordo com o FIDA, é 20% daquilo que o FIDA põe nesta primeira fase. O projecto tem vários parceiros: FIDA, Fundo de Ambiente, Fundo Verde, OIT, privados. É um projecto que pegamos agora e temos que ter um bom resultado, sob pena de nunca mais sermos apoiados.

O projecto COMPRAN tem como objectivo principal a segurança alimentar, o próprio nome diz, comercialização, produtividade agrícola e nutrição. Portanto, temos que ter a nossa segurança alimentar garantida, porque é inadmissível a barriga de um povo estar dependente de outros povos.

São Tomé e Príncipe tem capacidade sobreja de produzir tudo e mais alguma coisa para garantir a autossuficiência alimentar. Temos 13 microclimas. O que é preciso é aproveitar a potencialidade que o País nos dá. Hoje não temos produção de leite fresco, temos que passar a produzir o nosso leite fresco, para as nossas crianças, nossos velhos e toda a população. Há possibilidades! Ao ir para Neves, encontramos uma savana com que nada se faz. Podemos aproveitá-la para a criação de vaca leiteira, e isso vai acontecer.

O projecto vem para apoiar 34 000 pessoas, principalmente pessoas que não estão filiadas em associações que já foram beneficiadas. Tínhamos o projecto PAPAC, que criou 4 cooperativas e este projecto COMPRAN vem para a criação de novas cooperativas.

**Uma Voz:** — É só mudar o nome.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Não, não é só mudar o nome. É também mudança de paradigma.

Quero dizer também ao Sr. Deputado Abnildo que geralmente há momento que um governo chega e encontra a lenha arrumada, ou fogo pegado, ou a panela no fogo e esse governo termina de cozinhar, ou põe outros ingredientes, ou põe a panela no chão. O COMPRAN, o XVII Governo foi arranjar a lenha, ajudou o fogo e pôs a panela no fogo. É verdade que os outros vão continuar a cozinhar, para informação.

O grupo alvo serão sobretudo jovens e mulheres com iniciativas, portanto, pessoas que já vêm fazendo marmeladas e outras coisas. Temos que fazer tudo para que sejamos autossuficientes alimentares.

A área de intervenção do projecto abrange as duas Ilhas e temos algo inédito. Este projecto não vai ser normal como os outros. Teremos comités que irão fiscalizar permanentemente as acções. Teremos o comité directivo nacional, que abrangerá todos os ministérios que vão estar ligados ao problema de produção, comercialização e nutrição, vamos ter o comité regional, comité de planeamento participativo regional, que será uma filial, na Região Autónoma do Príncipe. Muitas vezes fazemos o projecto global e tudo fica em São Tomé. A responsabilidade aqui é partilhada. Esta é a parte inédita do projecto, onde estará a Câmara do Comércio, FENAPA, Unidade de Pesquisa de Demonstração Local, técnicos do Ministério da Agricultura, para evitar o desvio dos fundos para outras coisas que não dizem respeito a isso.

Quero garantir-vos que, findo o projecto COMPRAN, teremos um outro São Tomé e Príncipe. Esperemos!

Mas é verdade que concordo plenamente com o Sr. Deputado Levy Nazaré, que tem que haver responsabilização. Muitas vezes as coisas não dão resultado, porque ninguém é chamado à responsabilização. Toda gente que recebe um bem público tem que o devolver.

Logo, vamos pôr em evidência aquilo que chamo 5 C (cooperação, colaboração, comunicação, coordenação e coerência).

Para dizer que, assim que o Presidente da República promulgar, será o início do COMPRAN. Tendo esse início, vamos ter sessões de explcação, ao fundo, do que é o COMPRAN aos Srs. Deputados, para que possam fiscalizar muito bem esse projecto, também sessões à sociedade civil.

Custe o que custar, temos que encontrar forma para sermos autossuficientes em termos alimentar.

Custo de matéria-prima. É verdade que temos, neste momento, a farinha de mandioca muito cara, banana para a produção de pão, mas a verdade é que temos que mudar também a forma como lidamos com a agricultura hoje. Temos uma via de acesso que não facilita, cortes de árvores de fruto, tudo isso encarece a matéria-prima.

Para além de moringa, que já estamos a trabalhar, Sra. Deputado Alda Ramos, temos outros produtos que facilmente podemos fazer aqui em São Tomé, como é o caso de spirulina, que é uma alga cheia de proteína. Temos um projecto com a FAO para a produção de spirulina em São Tomé e Príncipe. Temos também algas marinhas que podem nos dar produção para os nossos gados. Hoje alimentamos porcos e galinhas com rações importadas, vamos ter que produzir a nossa ração internamente.

O hábito alimentar vai mudar, porque as crianças nas escolas vão passar a comer os produtos da terra. Logo, os pais também vão acompanhar essa dinâmica. Não produzimos arroz e podem crer que o arroz não vai ser eterno.

Neste momento, temos a importação de quase tudo. Importamos leite, bata inglesa, cebola, galinha de plástico. Logo, vamos inverter essa situação, esse é que é o objectivo do COMPRAN. Vamos apostar na criação de caprinos, temos produto interno.

Para o assunto de furtos, em finais de Abril, vamos ter instalados postos, que vão diminuir, em grande medida, essa questão de furtos.

Mesmo ao nível da educação, vamos pedir ao Ministério da Educação para que os doutoramentos sejam virados para produtos locais. Muitas vezes fazemos doutoramentos em áreas que não nos servem, porque não temos aqui materiais. Falo da área agrícola. Temos que virar os nossos filhos, que vão fazer doutoramento, para a produção de esparguetes com base em produtos locais, e como melhorar outras coisas com base em produtos locais.

O efeito do COMPRAN tem apoio sobre dois pilares: a inteligência e a humildade.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

**O Sr. José António Miguel (ADI):** — Sr. Presidente, obrigado pela permissão. Queira desculpar-me, acho que temos que rever essa situação. Não podemos estar cá 6 horas e pouco debaixo desse calor. Faça o favor!

**O Sr. Presidente:** — Já estamos no fim. Cada vez que vamos intervindo, vamos ficar mais tempo, em vez de 6 horas.

Vamos concluir o processo, para sairmos do calor.

**Vozes:** — Sim.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Sr. Presidente, vamos passar imediatamente à votação, mas era necessário ter esse procedimento, em nome do meu Grupo Parlamentar, para que fique registado.

Esta é uma questão de Estado, e a questão da credibilidade do Estado também tem a ver com estes aspectos. Podemos fazer política à nossa maneira, mas este Acordo do FIDA iniciou-se com o anterior governo, e é necessário que o Sr. Ministro tenha a honestidade de dizê-lo.

*Murmúrios do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Vamos continuar, não há mais intervenções.

Há uma proposta de resolução que foi publicada, vou pedir ao Sr. Secretário para fazer a leitura da mesma.

**O Sr. Secretário (Eláckio da Marta):** — Passo à leitura do texto final da proposta de resolução.

«Texto final da proposta de resolução n.º 37/XI/3.º/2020 – Que aprova, para ratificação, o Acordo de Financiamento ao Projecto de Apoio a Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição (COMPRAN).

Preâmbulo.

Tendo em conta que a República Democrática de São Tomé e Príncipe assinou, com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), em 13 de Fevereiro de 2020, o Acordo de crédito n.º 2000003309, no montante de 970.000, e o donativo n.º 2000003308, no montante de 3.880 milhões de dólares, para financiar o Projecto de Apoio a Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição (COMPRAN).

Considerando que o referido acordo se destina a assegurar a implementação de um projecto estrategicamente importante para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e agro-transformação de São Tomé e Príncipe.

A Assembleia Nacional resolve, nos termos das alíneas b) e j) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Aprovação.

É aprovado, para ratificação, o Acordo de Financiamento ao Projecto de Apoio a Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição (COMPRAN), assinado na cidade de Roma – Itália, em 13 de Fevereiro de 2020, entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que faz parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 2 de Abril do ano 2020.

O Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Santiago das Neves.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a leitura, apenas uma correcção. «É aprovado, para ratificação». Quem ratifica é o Presidente da República.

Alguma reacção?

Não sendo o caso, vamos submeter a proposta de resolução à aprovação, na generalidade.

*Submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade, com 46 votos.*

Vamos proceder à apreciação, na especialidade. Preâmbulo. Alguma correcção ou proposta de emenda. Não é o caso.

*Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade.*

Artigo 1.º. Aprovação.

Alguma proposta de emenda, de alteração, correcção, supressão?

Também não é o caso.

*Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade.*

O referido artigo foi aprovado igualmente por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

*Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade.*

Passemos à votação final global da proposta de resolução.

*Submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade.*

Com esta última votação, não havendo mais qualquer ponto da ordem do dia a ser analisado, pomos fim à nossa sessão de hoje. Por isso, declaro encerrada a sessão.

*Eram 16 horas e 35 minutos.*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Celmira de Almeida do Sacramento** dos S.L.

**José da Graça Diogo**

**Paulo Jorge Carvalho**

Movimento de Cidadãos Independentes:

**António Monteiro** Fernandes